

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ - UNITAU

Bruna Francischetto

**A QUALIDADE DE VIDA DO AGENTE ESTADUAL DE
EXECUÇÃO PENAL: Estudo no sistema carcerário da
Região de Imperatriz – MA**

Taubaté - SP

2020

Bruna Francischetto

**A QUALIDADE DE VIDA DO AGENTE ESTADUAL DE
EXECUÇÃO PENAL: Estudo no sistema carcerário da
Região de Imperatriz – MA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté - UNITAU.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Leônidas de Oliveira

Co-Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nancy Julieta Inocente

Taubaté - SP

2020

Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBi/ UNITAU
Grupo Especial de Tratamento da Informação - GETI

F818q	<p>Francischetto , Bruna A qualidade de vida do agente estadual de execução penal : em estudo no sistema carcerário da região de Imperatriz – MA / Bruna Francischetto – Taubaté : EdUnitau, 2020. 108 f. : il.</p> <p>Dissertação (mestrado) - Universidade de Taubaté, Departamento de Gestão e Negócios / Eng. Civil e Ambiental , 2020. Orientação : Profa. Dra. Adriana Leônidas de Oliveira , Coorientação : Nancy Juliete Inocente , Departamento de Psicologia.</p> <p>1. Gestão da qualidade. 2. Políticas públicas. 3. Qualidade de vida. 4. Execução penal. I. Título.</p> <p>CDD – 354.81</p>
-------	---

BRUNA FRANCISCHETTO

A QUALIDADE DE VIDA DO AGENTE ESTADUAL DE EXECUÇÃO PENAL:

estudo no sistema carcerário da região de Imperatriz – ma

Dissertação apresentada como requisito obtenção do título de mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté - UNITAU.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Adriana Leônidas de Oliveira

Co-Orientadora: Prof.^a Dr.^a Nancy Julieta Inocente

Data: 22/06/2020

Resultado: Aprovada

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Adriana Leônidas de Oliveira

Universidade de Taubaté

Assinatura



Prof.^a Dr.^a Nancy Julieta Inocente

Universidade de Taubaté

Assinatura



Prof.^a Dr.^a Marilsa de Sá Rodrigues

Universidade de Taubaté

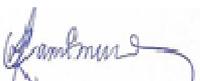
Assinatura



Prof.^a Dr.^a Quesia Postigo Kaminura

Universidade de Taubaté

Assinatura



Prof.^a Dr.^a Leila Urioste Rosso Pires

Faculdade de Tecnologia de Guaratinguetá

Assinatura



No âmbito das dedicatórias, aflora-me o desejo de dedicar a Deus, pois é de onde absorvo força e perseverança para trilhar a jornada escolhida, acalento para minha alma e minha mente e condução para os atos que geram resultados. Dedico também à minha família, minha mãe Maria de Fátima Cavessana Francischetto e ao meu pai Luiz Alberto Francischetto, que por tantas vezes externam seu orgulho diante de minhas conquistas, ao meu irmão Bruno Luis Francischetto que me parabenizava diante de cada etapa concluída. Ademais, dedico este à minha orientadora, professora Dra. Adriana Leônidas de Oliveira, pois disseminando seu conhecimento tornou possível que eu alcançasse a conclusão desta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Externo meus sinceros agradecimentos à toda equipe da Universidade de Taubaté – UNITAU, em especial, à minha orientadora professora Dra. Adriana Leônidas de Oliveira, a qual me instruiu com tamanha sabedoria, compartilhando seu conhecimento, possibilitando que eu alcançasse a etapa final deste trabalho. Agradeço estimadamente ao Professor Dr. Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira por transmitir disciplina e conhecimento, instigando a busca pela perfeição.

Agradeço ainda, aos amigos e também colegas mestrandos da turma especial de Imperatriz 24i, companheiros de trabalhos, pesquisas, angústias e vitórias, que fizeram parte de todas as fases desse universo chamado “Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional - MGDR”.

RESUMO

A pesquisa buscou caracterizar a qualidade de vida do agente estadual de execução penal inserido no sistema carcerário da região de Imperatriz – MA e analisar, segundo a percepção destes profissionais, a influência da função exercida em sua qualidade de vida. Especificamente buscou descrever o perfil sociodemográfico destes profissionais, analisando a natureza e as especificidades da atividade exercida, caracterizando a qualidade de vida destes e investigando a relação entre trabalho e qualidade de vida no exercício da atividade de agente estadual de execução penal. A pesquisa permite conhecer e explorar a temática abordada, alcançando resultados que visam contribuir de forma direta com gestão de políticas públicas voltadas para a saúde do servidor público desta categoria e contribuir com novos estudos realizados sobre o tema pesquisado. O estudo foi conduzido por uma abordagem quantitativa de caráter descritivo, sendo realizado por meio de pesquisa de campo com aplicação de um questionário sociodemográfico, que inclui questões sobre a natureza e as especificidades da atividade do agente estadual de execução penal, bem como também, a aplicação do instrumento *World Health Organization Quality of Life – WHOQOL-bref*. Os instrumentos foram aplicados em numa amostra de 61 (sessenta e um) profissionais que compõem a população desta classe laboral. De acordo com os resultados, 31% dos agentes penitenciários consideram que têm a melhor vida possível. A média de qualidade de vida obtida é de 15,69, distribuída nos domínios físico (16,43%); psicológico (16,41%); social (16,41%); e ambiental (14,14%). Concluiu-se que a qualidade de vida desses profissionais é satisfatória, entretanto, os resultados de insatisfação para os fatores instalações sanitárias do ambiente de trabalho e segurança com a integridade física e psicológica demonstram que os aspectos que mais afetam a qualidade de vida negativamente estão ligados à atividade profissional exercida e ao ambiente de trabalho.

Palavras-chave: Gestão. Desenvolvimento Regional. Qualidade de Vida. Agente Estadual de Execução Penal

ABSTRACT

The research sought to characterize the quality of life of the state criminal enforcement agent inserted in the prison system in the region of Imperatriz - MA and to analyze, according to the perception of these professionals, the influence of the function exercised on their quality of life. Specifically, it sought to describe the sociodemographic profile of these professionals, analyzing the nature and specificities of the activity performed, characterizing their quality of life and investigating the relationship between work and quality of life in the exercise of the activity of state enforcement agent. The research allows to know and explore the theme addressed, achieving results that aim to directly contribute to the management of public policies aimed at the health of public servants in this category and to contribute to new studies carried out on the researched topic. The study was conducted by a quantitative approach of a descriptive character, being carried out through field research with the application of a sociodemographic questionnaire, which includes questions about the nature and specificities of the activity of the state criminal enforcement agent, as well as the application of the World Health Organization Quality of Life - WHOQOL-bref instrument. The instruments were applied to a sample of 61 (sixty-one) professionals who make up the population of this working class. According to the results, 31% of prison staff believe they have the best possible life. The average quality of life obtained is 15.69, distributed in the physical domains (16.43%); psychological (16.41%); social (16.41%); and environmental (14.14%). It was concluded that the quality of life of these professionals is satisfactory, however, the results of dissatisfaction for the health facilities of the work environment and safety with physical and psychological integrity demonstrate which aspects are most affected by the negative quality of life to the professional activity exercised. and the work environment.

Keywords: Management. Regional Development. Quality of life. State criminal enforcement agent.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Informações Gerais Sociodemográficas da Amostra estudada.....	40
Tabela 2. Classificação subjetiva da qualidade de vida dos agentes de execução penal	41
Tabela 3. Médias de percepção de Qualidade de Vida diante dos domínios analisados	42
Tabela 4. Domínio Físico (SPSS).....	44
Tabela 5. Domínio Psicológico (SPSS)	48
Tabela 6. Correlação entre saúde emocional e tempo de atuação	50
Tabela 7. Domínio Relações sociais (SPSS)	50
Tabela 8. Correlação entre reconhecimento social de acordo com a satisfação no trabalho	54
Tabela 9. Domínio Ambiente (SPSS)	59
Tabela 10. Integridade física e psicológica de acordo com o gênero.....	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Idade dos participantes da pesquisa.....	35
Gráfico 2. Tempo de atuação na função de agente estadual de execução penal.....	36
Gráfico 3. Distribuição por gênero.....	37
Gráfico 4. Distribuição por Estado Civil.....	38
Gráfico 5. Grau de Instrução.....	38
Gráfico 6. Renda familiar.....	39
Gráfico 7. Classificação subjetiva da qualidade de vida dos participantes.....	41
Gráfico 8. Domínio Físico (SPSS).....	44
Gráfico 9. Percepção subjetiva da saúde física.....	45
Gráfico 10. Acometimento de patologias físicas ou psicológicas.....	46
Gráfico 11. Agentes submetidos a tratamento médico.....	47
Gráfico 12. Disponibilidade para a prática de exercícios físicos ou esportes.....	47
Gráfico 13. Domínio Psicológico (SPSS).....	49
Gráfico 14. Satisfação pessoal com a saúde emocional.....	49
Gráfico 15. Domínio Relações Sociais (SPSS).....	51
Gráfico 16. Satisfação com o trabalho.....	52
Gráfico 17. Satisfação com a própria situação econômica.....	52
Gráfico 18. Satisfação com o poder de compra.....	53
Gráfico 19. Satisfação com o reconhecimento social.....	54
Gráfico 20. Satisfação com o ambiente de trabalho.....	55
Gráfico 21. Convivência social antes e depois do trabalho de agente.....	56
Gráfico 22. Satisfação com a remuneração.....	56
Gráfico 23. Disponibilidade de tempo para atividades de lazer e cultura.....	57
Gráfico 24. Disponibilidade para atividades de estudo.....	58
Gráfico 25. Disponibilidade de tempo para atividades religiosas.....	58
Gráfico 26. Domínio Ambiente (SPSS).....	59
Gráfico 27. Satisfação com a cidade onde vive.....	60
Gráfico 28. Satisfação com a habitação.....	60
Gráfico 29. Satisfação com ambiente de trabalho.....	61
Gráfico 30. Classificação da segurança com a integridade física e psicológica.....	62

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	Problema.....	12
1.2	Objetivos	12
1.2.1	Objetivo Geral.....	12
1.2.2	Objetivos Específicos.....	13
1.3	Delimitação do estudo.....	13
1.4	Relevância do estudo	13
1.5	Organização do trabalho.....	14
2	REVISÃO DA LITERATURA.....	16
2.1	Qualidade de vida	16
2.1.1	Percepção da Qualidade de Vida	19
2.1.2	Índices de desenvolvimento humano na cidade de Imperatriz – Maranhão	20
2.2	Agente estadual de execução penal	21
2.2.1	Características e Peculiaridades da Função de Agente Estadual de Execução Penal.....	22
2.2.2	O Agente Estadual de Execução Penal frente aos riscos físicos e psicológicos do exercício da função	25
2.2.3	Legislação Pertinente	26
3	MÉTODO	30
3.1	Tipo de pesquisa.....	30
3.2	Área de realização	30
3.3	População e amostra	31
3.4	Instrumentos	31
3.5	Coleta dos dados	32
3.6	Análise dos dados.....	33
4	RESULTADOS	35
4.1	Caracterização da Amostra.....	35
4.2	Percepção da Qualidade de Vida da Amostra: segundo o indivíduo	41
4.3	Mensuração da qualidade de vida extraída da aplicação do instrumento WHOQOL-bref e do questionário sobre informações gerais	42
4.3.1	Qualidade de Vida: Domínio Físico.....	44
4.3.2	Qualidade de Vida: Domínio Psicológico	48

4.3.3 Qualidade de Vida: Domínio Social	50
4.3.4 Qualidade de Vida: Domínio Ambiental	59
5 DISCUSSÃO.....	64
5.1 O perfil do agente estadual de execução penal no Maranhão	64
5.2 A qualidade de vida do agente estadual de execução penal	66
5.3 A saúde física do agente estadual de execução penal	68
5.4 A saúde psicológica do agente estadual de execução penal.....	71
5.5 As relações sociais do agente estadual de execução penal.....	74
5.6 As relações ambientais do agente estadual de execução penal.....	80
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	83
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICE A - Informações Gerais: sociodemográficas e da percepção da qualidade de vida do indivíduo	96
ANEXO A - Whoqol-Bref (Versão em Português)	97
ANEXO B - Carta de Apresentação.....	99
ANEXO C - Termos de Autorização Institucional	100
ANEXO D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para Participantes	103
ANEXO E – Parecer Consubstanciado do CEP	104

1 INTRODUÇÃO

A disseminação da criminalidade no Brasil é fator preponderante para a superlotação carcerária, sendo necessária a implantação de uma logística específica e cautelosa para lidar com o ambiente de reclusão penitenciária, fato que se dá possivelmente diante de um cenário em que o país encontra-se, marcado por intensa e negativa inversão de valores, o que ocasiona o aumento de atos ilícitos e o possível aumento de reclusões carcerárias.

Percebendo-se esta realidade, surgiu a consequente necessidade de se criar um cargo público específico para lidar com a situação prisional do nosso país. E, aqui entra a figura estudada nesta pesquisa, o Agente Penitenciário, que por força de lei, no Estado do Maranhão, é designado como Agente Estadual de Execução Penal.

O agente estadual de execução penal é o servidor público, subordinado ao Governo do Estado, diretamente responsável por garantir a ordem, a vigilância, a disciplina e a segurança das unidades prisionais e dos encarcerados, mediante uma rotina laboral atribuída pela descrição analítica do cargo.

A população estudada é composta por profissionais que atuam de forma contínua nas Unidades Prisionais de Ressocialização e na Penitenciária Regional de Imperatriz - MA.

A função por eles desempenhada apresenta intensa necessidade de autocontrole para lidar com as hipóteses inerentes ao exercício das funções atribuídas.

De acordo com Santana e Cruz (2012), a atividade prática dos agentes estaduais de execução penal é realizada num ambiente insalubre, precário, perigoso e com grande propensão ao desenvolvimento de vários distúrbios. Desta feita, o agente estadual de execução penal está inserido em um quadro laboral extremamente propício ao desencadeamento de uma má qualidade de vida, que se encontra intimamente associada ao ambiente e às funções por estes desempenhadas.

Aos imersos na tipificação do Código Penal Brasileiro, exatas são as normas vinculadas aos seus direitos e deveres, inclusive as que preveem a forma de tratamento e proteção no ambiente carcerário.

Contudo, pouco se conhece sobre as condições as quais os agentes estaduais de execução penal estão submetidos. O cárcere que gera privação de liberdade dos infratores da lei pode também, gerar o afastamento da classe laboral, integrante do sistema carcerário, do convívio com a sociedade.

Questiona-se, se a atividade desempenhada pelos profissionais, objeto deste estudo, compartilha do mesmo sentimento de privação de liberdade e afastamento social que os autores e supostos autores criminais estão inseridos, durante todo o lapso temporal de execução de suas atividades laborais.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (2010) pode se relacionar a qualidade de vida com a saúde física, mental e funcional, bem como, à boa relação com grupos sociais, como por exemplo a família, os amigos, o trabalho, dentre outros.

Desta feita, o presente estudo abordou a temática da Qualidade de Vida – QV do agente estadual de execução penal no sistema carcerário da Região de Imperatriz – MA, visando conhecer a realidade situacional da classe estudada.

1.1 Problema

A abordagem do sistema carcerário em sua grande maioria é voltada para a população encarcerada. Contudo, a classe laboral que rege o funcionamento das unidades prisionais resta também, submetida ao ambiente carcerário. Surgindo então a problemática desta pesquisa, que está adstrita a: Como se caracteriza a qualidade de vida do agente estadual de execução penal inserido no sistema carcerário da região de Imperatriz – MA e qual sua percepção sobre a influência da função exercida em sua qualidade de vida?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Caracterizar a qualidade de vida do agente estadual de execução penal inserido no sistema carcerário da região de Imperatriz – MA e analisar, segundo a

percepção destes profissionais, a influência da função exercida em sua qualidade de vida.

1.2.2 Objetivos Específicos

No intuito alcançar, de forma satisfatória, o objetivo geral deste trabalho, pretende-se:

- a) Caracterizar o perfil sociodemográfico do agente estadual de execução penal inserido do sistema carcerário da região de Imperatriz;
- b) Conhecer as características e especificidades das atividades vinculadas ao cargo de agente estadual de execução penal;
- c) Mensurar a qualidade de vida da amostra da classe profissional estudada, diante análise das seguintes dimensões: física, psicológica, relações sociais e ambientais.

1.3 Delimitação do estudo

A pesquisa delimitou-se à obtenção de resultados referentes à qualidade de vida dos agentes estaduais de execução penal que atuam no sistema carcerário da região de Imperatriz – MA.

1.4 Relevância do estudo

O estudo foi desenvolvido com a pretensão de analisar a qualidade de vida do agente estadual de execução penal na região de Imperatriz – MA, possibilitando a mensuração da qualidade de vida da população desta classe profissional, que foi estudada mediante a análise dos critérios físico, psicológico, das relações sociais e ambientais.

A satisfação pessoal depende de inúmeros fatores, incluindo o trabalho como protagonista da formação e definição do padrão social do indivíduo.

Segundo Vieira (2005, p. 85):

A qualidade de vida de uma pessoa e de seus dependentes depende grandemente da qualidade de vida no trabalho desta pessoa. Para fundamentar isso, basta lembrar que, pelo menos um terço do dia é usado

no trabalho, além do tempo gasto no trajeto feito para ir ao trabalho e retornar; as condições em que é feito este trajeto também têm efeitos sobre a saúde e o bem-estar da pessoa. O indivíduo carrega consigo os seus problemas e suas dificuldades relacionadas com o trabalho, como por exemplo, dificuldades de relacionamento com superiores, colegas e subalternos; se estas relações são ruins, desequilíbrio psicoemocional pode ser a consequência. A possibilidade de ter para si e seus dependentes uma alimentação qualitativa e quantitativamente adequada, bem como a satisfação de outras necessidades básicas, depende essencialmente do poder de compra, ou seja, do salário do trabalhador; a participação em atividade de lazer para redução de fadiga e estresse, normalmente, também custa algo.

Desta forma, o trabalho e as condições de trabalho são fatores condicionantes para qualidade de vida, e, é evidente que a qualidade do trabalho reflete de forma significativa não somente no padrão social, como também na saúde do trabalhador.

A realização da pesquisa permitiu conhecer e explorar a temática abordada, alcançando resultados que visam contribuir de forma direta com a gestão de políticas públicas voltadas para a saúde do servidor público desta categoria, bem como, poderá contribuir com novos estudos relativos ao mesmo tema.

1.5 Organização do trabalho

A presente dissertação se encontra organizada em cinco seções. A primeira seção se perfaz pela dinâmica introdutória, trazendo a descrição do problema, objetivo geral e objetivos específicos, a delimitação do tema, a relevância do estudo e sua forma organizacional.

A segunda seção aborda a revisão de literatura inerente à temática da pesquisa realizada, discorrendo sobre qualidade de vida e percepção da qualidade de vida, retratando a temática da função do agente estadual de execução penal e suas características, assim como, as peculiaridades da função. Ademais, aborda a legislação pertinente ao cargo exercido pela população estudada.

Posteriormente, em sua terceira seção, a dissertação detalha os procedimentos metodológicos utilizados para atingir os objetivos do estudo realizado.

A descrição dos resultados obtidos e a discussão a partir desses dados são apresentadas nas seções quatro e cinco, respectivamente.

Posteriormente, se apresentam as considerações finais, apurando, assim, o composto situacional da qualidade de vida dos profissionais inseridos neste estudo.

Por fim, se encontram as referências utilizadas para a elaboração deste. Os apêndices e anexos desta dissertação são compostos pelos instrumentos e documentos que foram utilizados, quer sejam eles: o questionário sociodemográfico, o WHOQOL-bref, a carta de apresentação, o termo de anuência institucional que autorizou a realização da pesquisa nos estabelecimentos, necessários para o levantamento dos resultados, e o termo de consentimento livre e esclarecido para participantes.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Qualidade de vida

Abordar e discutir a qualidade de vida de pessoas de determinada categoria, de determinada classe social, de determinado ramo de atividade, ou de determinada região deveria ser uma responsabilidade da humanidade, afinal, falar sobre qualidade de vida tange aos mais diversos campos do desenvolvimento social.

O alcance da qualidade de vida é sem dúvida um sucesso, tanto para quem a encontrou, como para os gestores de políticas públicas que passam a lidar com uma realidade menos onerosa às práticas de combate ao adoecimento da população, ao envelhecimento precoce, a má alimentação, a má locomoção urbana, ao combate à criminalidade e demais práticas que exigem a implantação e manutenção de programas e projetos visando o controle socioeconômico.

A força de trabalho é um dos fatores imprescindíveis para a manutenção das atividades produtivas do ser humano, é também o sustentáculo dos campos de produção e das prestações de serviços. Contudo, este fator não pode ser um agravante para o encontro do indivíduo com a apatia social, a ausência da qualidade de vida e o desencadeamento de possíveis patologias, sejam elas físicas ou psicológicas.

A saúde do trabalhador é o ramo da saúde voltada para a coletividade das classes laborais, atendendo aos requisitos da interdisciplinaridade. Em atenção aos cuidados para que o trabalho não seja um fator causador da perda da qualidade de vida do trabalhador, diversas políticas públicas foram criadas ao longo do tempo, a exemplo da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora do Ministério da Saúde, instituída pela portaria ministerial nº 1.823 de 23 de agosto de 2012.

De acordo com Grisci (1999), o trabalho pode ser comumente entendido como um aparato de significados, podendo ser visto como um sacrifício ou uma forma de sobrevivência, como a realização do ser, como um formador da identidade ou puramente como objeto de status social. Ademais, as transformações ocorridas no lapso temporal e no quadro histórico da humanidade trouxeram diversas modificações ao perfil de vida dos trabalhadores.

Lancman e Jardim (2004) demonstram certa preocupação, inerente ao trabalhador, quando aduzem que é necessário atentar-se para a possível influência negativa que a organização do trabalho pode exercer na qualidade de vida do trabalhador, devendo serem observados os quesitos da saúde física e mental, eventualmente afetadas pelo desgaste laboral, o que pode levar o indivíduo ao sofrimento, adoecimento e exclusão.

Existe um ponto de equilíbrio na saúde laboral, este é definido pelas experiências de prazer e sofrimento no ambiente de trabalho, que se deve a utilização de mecanismos que possibilitam mobilizar os trabalhadores, buscando atingir uma relação mais gratificante no trabalho, e à dinâmica de reconhecimento, fator indispensável em meio ao processo de construção da identidade do trabalhador (MENDES, A. M.; ARAÚJO, L. K. R, 2011).

O trabalho é uma partícula fundamental na relação saúde e vida do indivíduo, e tende a estabelecer a relação com o real. O trabalho é considerado como o centro do mundo contemporâneo e esta característica vem sendo constantemente afirmada (ECCEL, GRISCI, TONON, 2010).

Ainda neste sentido, Dejours (2007) afirma que o sofrimento no trabalho é algo inevitável, o sujeito está sempre submetido a probabilidades de se deparar com o inesperado, o que pode ocasionar a sensação de fracasso e incapacidade, o desmotivando. Daí a importância de saber contextualizar o ambiente interno do ser e direcionar o sofrimento, analisando quais são seus possíveis destinos; com sucesso, este sofrimento causado pela angústia do inesperado pode ser transformado em prazer, em criatividade, ou, na medida do insucesso, se transformar em frustração e adoecimento.

É importante que exista uma conexão favorável entre execução dos atos da vida civil, a exemplo do labor, e a saúde e qualidade de vida do ser humano.

Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS:

Há muitas maneiras de promover e manter a saúde. Algumas ficam fora dos limites do setor da saúde. As “circunstâncias em que as pessoas crescem, vivem, trabalham e envelhecem” influenciam fortemente como as pessoas vivem e morrem (3). A educação, habitação, alimentação e emprego influenciam a saúde. (OMS, 2010)

Diante das definições da OMS (2010), pode-se observar, então, que o ambiente laboral e o emprego fazem parte do rol de circunstâncias influenciadoras, as quais o indivíduo se encontra submetido.

De acordo com a Constituição da Organização Mundial de Saúde (1948) – OMS, a qualidade de vida – QV de uma pessoa não está diretamente ligada tão somente à saúde física, ou à inexistência de patologias, mas, encontra-se também atrelada ao estado de bem-estar mental e social. Desta feita, esse complexo que define qualidade de vida deve ser preservado com ímpeto na execução do trabalho do indivíduo, para que, assim, o labor não venha a ser um fator desfavorável para a QV.

A Organização Mundial de Saúde é uma agência criada para conduzir de forma especializada situações inerentes à saúde, de forma universal. É uma agência subordinada à Organização das Nações Unidas, que obteve aprovação estatutária em 22 de julho de 1946, no decorrer da Conferência Internacional da Saúde, sediado em Nova York e convocada pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – ECOSOC.

O princípio fundamental da OMS se encontra disposto no artigo 1º de sua Constituição, sendo definido como a busca pela garantia do nível mais elevado de saúde para todos os seres humanos.

Ainda no que se refere à qualidade de vida, Pereira, Teixeira e Santos (2012) salientam que a qualidade de vida reflete a percepção que tem os indivíduos de que suas necessidades estão sendo satisfeitas, ou ainda, que lhes estejam sendo negadas a oportunidades de encontrar a felicidade.

Para Almeida, Marques e Gutierrez (2012), o conceito de qualidade de vida não é exclusivamente inerente ao campo da saúde, mas, uma tarefa necessariamente multidisciplinar.

Objetivando definir e unificar a forma de mensurar a QV, a OMS criou o instrumento *World Health Organization Quality of Life - WHOQOL-100*, o qual é composto por cem questões que coletam e mensuram dados relacionados ao bem-estar geral do indivíduo.

Posteriormente, surgiu a necessidade de um instrumento mais curto e a OMS desenvolveu uma versão abreviada, com apenas 26 questões; trata-se do WHOQOL – Bref. Assim, o instrumento possibilita o alcance dos resultados sobre a QV da população estudada, de forma confiável, com mais praticidade.

Resta evidenciar que esta versão abreviada compôs os instrumentos utilizados nesta pesquisa.

2.1.1 Percepção da Qualidade de Vida

A mensuração da qualidade de vida de uma determinada categoria depende da percepção do indivíduo.

Minayo et al. (2000) consideram que, no âmbito objetivo da percepção, a qualidade de vida independe da satisfação das necessidades basilares da dignidade humana, como a alimentação, o acesso à água potável, a habitação, o trabalho, a boa saúde e o lazer, porque estas satisfações são elementares para a sobrevivência. Desta feita, aduzem que, associando indicadores apoiados em costumes de grupos sociais, onde o indivíduo se encontra inserido, bem como em materiais de consumo, pode-se chegar a identificação da percepção da qualidade de vida.

Os índices que apontam a percepção da qualidade de vida são indicadores que apresentam pontos positivos, gerando e facilitando o conhecimento acerca dos dados gerais de uma sociedade, que mensuram a qualidade de vida das populações estudadas por meio de suas amostras. Comumente, se atribuem índices relacionados à alimentação, saúde, educação, local de moradia, ambiente de trabalho, meio de locomoção, lazer, dentre outros (ALMEIDA, M. A.; MARQUES, R.; GUTIERREZ, G, 2012).

Gonçalves e Vilarta (2004) adotam, dentre outros, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, como o instrumento indicador consolidado para de uso da percepção da qualidade de vida objetiva, neste instrumento pode-se perceber aspectos socioeconômicos e questões de saúde, que consideram a expectativa de vida ao nascer e taxas de mortalidade da população.

Já a percepção de vida subjetiva, nada mais é do que o aspecto individualizado do agente. Na visão de Minayo et al. (2000), envolve valores não materiais, mas, sentimentais; considera-se o amor, o sentimento de felicidade, convívio social, capacidade de solidariedade e realização pessoal. Sendo, então, necessário avaliar a valorização das variáveis com o olhar focado em conceitos e valores individuais.

Almeida, Marques e Gutierrez (2012) relatam que um dos instrumentos facilitadores para medir a qualidade de vida, no âmbito da percepção subjetiva do indivíduo, é o WHOQOL-100, desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde –

OMS, pois, este visa avaliar de forma conceitual o estado funcional, o bem-estar e a condição geral de saúde dos sujeitos estudados.

Bourdieu (1983) aduz que é necessário que o indivíduo trace um padrão de objetivos a serem alcançados, para que, assim, conquiste qualidade de vida; e esse padrão deve ser de acordo com as preferências e as expectativas de cada indivíduo, que são definidas de acordo com sua classe social e os valores e significados por ela determinados.

Ante todo o exposto e considerando o IDH como indicador confiável para estudo da qualidade de vida objetiva, cabe discutir os valores deste índice no local em que a pesquisa foi desenvolvida, foco da próxima subseção.

2.1.2 Índices de desenvolvimento humano na cidade de Imperatriz – Maranhão

A população estimada da cidade de Imperatriz – Maranhão, no último Censo do IBGE, era de 258.682 mil pessoas. No penúltimo censo, a população estimada era de 247.505 mil. Além disso, a cidade possui uma densidade demográfica 180,79 hab/km².

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2020), Imperatriz-MA possui um Índice de Desenvolvimento Humano no valor de 0,731; distribuídos em 0,697 para a renda, 0,803 para longevidade, e 0,698 para educação. O IDH de Imperatriz está na faixa de classificação Alta, e como se observa, o resultado é fortemente influenciado pela longevidade, que por sua vez, influencia na qualidade de vida.

Segundo o IBGE, em 2017, o salário médio mensal era de 2,0 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 22,8%. Em comparação a outros municípios do Maranhão, Imperatriz ocupava as posições 32 de 217, e 2 de 217, nos Censos de 2010 e 2000, respectivamente.

Já em relação a outros municípios do país, ficava na posição 1938 de 5570 e 1019 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 37,4% da população nessas condições, o que o colocava na posição 217 de 217 dentre as cidades do estado, e na posição 3102 de 5570 dentre as cidades do Brasil (IBGE, 2017).

A taxa de escolarização na faixa etária 6 a 14 anos de idade é de 98,4%. O IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental da rede pública recebeu a pontuação de

5,2, e nos anos finais do ensino fundamental da rede pública teve pontuação de 4,4. No ano de 2018, as matrículas ativas do ensino fundamental ultrapassavam os 40 mil, no pré escolar ultrapassavam 5 mil e no ensino médio, ultrapassam 10 mil.

O PIB per capita em 2016 era de 27.482, 99 R\$. Além disso, o município teve o total de 603.764,47 R\$ (x 1000) receitas realizadas e 564.798,16 R\$ (x 1000) de despesas empenhadas.

No que se refere a saúde, a taxa de mortalidade infantil média na cidade é de 13,66 para 1.000 nascidos vivos. As internações devido a diarreias são de 1,6 para cada 1.000 habitantes. Comparado com todos os municípios do estado, fica nas posições 124 de 217 e 183 de 217, nos Censos de 2010 e 2000, respectivamente. Quando comparado a cidades do Brasil todo, essas posições são de 2220 de 5570 e 1802 de 5570, respectivamente (IBGE, 2017).

O território do município apresenta 48,3% de domicílios com esgotamento sanitário adequado, 69,7% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 22,4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio).

Quando comparado com os outros municípios do estado, fica na posição 7 de 217, 89 de 217 e 2 de 217, respectivamente. Já quando comparado a outras cidades do Brasil, sua posição é 2303 de 5570, 3133 de 5570 e 1672 de 5570, respectivamente (IBGE, 2017).

A partir de tais dados, observa-se que, em geral, o município tem bons indicadores de qualidade objetiva, especialmente em educação, renda e saúde. Contudo, importa fazer um recorte quanto à categoria profissional dos agentes de execução penal, a fim de verificar se tais índices sofrem alterações substanciais, e afetam a qualidade de vida deles.

Assim, a subseção seguinte, traz à discussão as peculiaridades que entornam a atividade laboral desempenhada pelo grupo estudado.

2.2 Agente estadual de execução penal

Diante das necessidades sociais, inúmeras profissões foram criadas ao longo dos tempos. Esse foi, exatamente, um dos fatores que viabilizou o surgimento da função de Agente Penitenciário.

Tal cargo foi, então, instituído no Estado do Maranhão pela Lei Ordinária Estadual nº 9.664, de 17 de julho de 2012, que dispõe sobre o Plano Geral de Carreiras e Cargos dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual - PGCE.

No Estado do Maranhão o Agente penitenciário é denominado como Agente Estadual de Execução Penal, se trata de um servidor público, subordinado ao Estado e que está diretamente inserido no sistema prisional estadual.

De acordo com a Lei nº 8.956 de 2009, que reorganiza o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração do grupo Ocupacional Atividades Penitenciárias do Estado do Maranhão, o cargo de Agente Estadual de Execução Penal encontra-se inserido no grupo ocupacional das atividades penitenciárias, compondo a categoria funcional de serviços penais, com carreira em segurança penal, obedecendo a 3ª, 2ª, 1ª classe e classe especial com níveis I, II, III, IV e V.

Kurowski e Moreno-Jiménez (2002) afirmam que estes profissionais são os responsáveis, detentores de qualificação, para lidar com os serviços de vigilância, custódia e a disciplina de indivíduos submetidos ao cárcere no sistema prisional.

O método utilizado para o desenvolvimento das atividades e o ambiente de realização da função destes profissionais confrontam condições de trabalho que podem gerar riscos para a saúde física e mental destes servidores.

2.2.1 Características e Peculiaridades da Função de Agente Estadual de Execução Penal

A seguir, abordam-se as características e peculiaridades da função de agente estadual de execução penal, mediante os termos da Lei nº 8.956, que Reorganiza o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração do grupo Ocupacional Atividades Penitenciárias do Estado do Maranhão.

Desta feita, tem-se que o agente estadual de execução penal é o profissional diretamente responsável pela realização de atividades de média complexidade penal, atividades que envolvem o planejamento e a execução dos serviços de segurança, vigilância e a custódia de presos que se encontram recolhidos nos estabelecimentos penais para a execução das penas privativas de liberdade e das medidas de segurança necessárias. Devendo também, executar programas e ações

voltadas à execução penal para reintegração dos presos, e assessorar, e possivelmente até dirigir, unidades penais.

Muitas são as funções atribuídas a estes profissionais. De acordo com a descrição analítica das responsabilidades constante na arquitetura do cargo, definida pela Secretaria de Estado de Segurança Pública Cidadã, tem-se que o agente estadual de execução penal é responsável por garantir a ordem, a disciplina e a segurança das unidades penais e dos que ali se encontram presos, devendo, ainda, efetuar rondas periódicas e manter a segurança do estabelecimento penal.

Ademais, também lhe é atribuída a responsabilidade de fiscalizar o trabalho e o comportamento da população carcerária, observando os regulamentos e normas próprias, conforme a Lei de Execução Penal - LEP e outros documentos internacionais. Devem sempre, informar às autoridades superiores sobre as ocorrências surgidas no período de trabalho, verificar e comunicar a administração da unidade prisional sobre as condições de limpeza e higiene das celas, bem como, das instalações sanitárias de uso dos presos.

O agente estadual de execução penal, quando habilitado for, conduzirá as viaturas de transportes do sistema penal. É de sua responsabilidade, operar o sistema de rádio e comunicação na área do sistema penal, interna e externamente.

É salutar evidenciar que, a lei previu a importância de garantir a qualificação continuada deste profissional, que por sua vez, tem a responsabilidade de frequentar cursos de formação, aperfeiçoamento e treinamentos inerentes às suas atividades.

Ademais, os agentes devem registrar as ocorrências em livro especial e oficial, bem como, coordenar trabalhos desenvolvidos na sua área. Devem, ainda, fiscalizar a entrada e a saída de pessoas e veículos dos estabelecimentos penais, inclusive, executando revistas corporais.

Como medida preventiva para a tardia percepção de atos de fuga carcerária, o agente estadual de execução penal deve efetuar, juntamente com inspetor penitenciário, a conferência periódica da população carcerária, conforme dispuserem as portarias e/ou regulamentos internos.

Ainda como atribuição de responsabilidade, os agentes devem executar serviços de vigilância e custódia interna e externa; esta última, entendida como sendo a condução de presos, mediante escolta, no interior dos estabelecimentos penais, e também fora deles.

Por fim, cabe ao agente zelar pela manutenção, conservação e uso correto das armas, instalações, aparelhos, instrumentos e outros objetos de trabalho, e ainda, assessorar e dirigir unidades penais e realizar outras tarefas correlatas, conforme a legislação pertinente.

É salutar evidenciar que, o cargo de agente estadual de execução penal não deve ser confundido com o cargo de auxiliares de segurança penitenciária. A estes cabem as atribuições de abrir e fechar celas com a supervisão do agente, abrir e fechar cadeados, executar a revista dos presos e seus visitantes, algemar presos, revistar celas e veículos, acompanhar agentes em escoltas e demais atividades que não envolvam o manuseio de armas de fogo, pois, estes não possuem a prerrogativa do porte de armas.

Os princípios institucionais inerentes ao exercício do cargo estão disciplinados no instrumento normativo tido como a Lei Ordinária Estadual nº 8.593 de 27 de abril de 2007, que dispõe sobre a reorganização do grupo Ocupacional das Atividades Penitenciárias, e dá outras providências.

Art. 5º São princípios institucionais do Grupo Ocupacional Atividades Penitenciárias.

I - hierarquia funcional;

II - disciplina;

III - respeito à dignidade e direitos da pessoa humana, garantindo a sua integridade física e moral, na forma estabelecida na Constituição Federal, na Constituição Estadual e na Lei de Execução Penal;

IV - exercício das atividades penitenciárias com probidade, moderação e respeito;

V - isenção de ânimos pessoais no exercício de suas funções;

VI - compromisso com os fins da Execução Penal à luz das leis disciplinadoras da matéria;

VII - constantes buscas de formas alternativas à melhoria do sistema prisional e penal, com vistas à ressocialização dos apenados. (MARANHÃO, 2007).

Por fim, dentre os requisitos para a propositura do cargo, estão as exigências de ser brasileiro nato ou naturalizado, e no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo Estatuto de Igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo de direitos políticos, ter escolaridade de nível superior, carteira nacional de habilitação – CNH com categoria B e ser aprovado em Concurso público.

2.2.2 O Agente Estadual de Execução Penal frente aos riscos físicos e psicológicos do exercício da função

De acordo com Kurowski e Moreno-Jimenez (2002) e Vasconcelos (2000), o trabalho no sistema penitenciário pode ser comumente caracterizado e considerado um trabalho depreciativo, dessa forma, a atividade do agente penitenciário resta inserida no rol das atividades que, por diversas razões, são classificadas como uma ocupação de risco.

A categoria profissional do Agente Estadual de Execução Penal pode ser classificada como uma categoria imersa no rol das atividades laborais que expõem a integridade física e psicológica de seus integrantes à diversos riscos. É uma atividade perigosa e estressante. Essa atividade tem potencial para conduzir o indivíduo a distúrbios de várias ordens, envolvendo a saúde física e emocional. Os indivíduos que atuam nessa esfera estão vulneráveis às intempéries inerentes às características do trabalho realizado no cárcere institucional (LOURENÇO, 2010).

Ainda nesta abordagem, Correia (2006) define a profissão de Agente Estadual de Execução Penal, em sua própria natureza, como uma profissão que requisita de forma expressiva de um planejamento de segurança, com medidas que objetivem proteger os profissionais inseridos nesta categoria, garantindo não apenas sua integridade física, mas, também prezando pela garantia de sua integridade social, econômica e psicológica.

Correia (2006) defende, ainda, a necessidade do instituto da formação continuada para estes trabalhadores, assim como, aduz a necessidade de diferenciação no tratamento destes profissionais na esfera trabalhista.

Em pesquisa sobre o trabalho de servidores penitenciários, cujo o intuito era avaliar as condições laborais e sua possível influência na saúde dos trabalhadores, Rumin (2006) chegou à conclusão de que um dos grandes fatores que desencadeiam a má execução do trabalho, e o conseqüente adoecimento do trabalhador, é o ínfimo contingente profissional que compõe o quadro laboral do sistema carcerário. Causando, assim, a sobrecarga de trabalho.

Rumin (2006) identificou, ainda, que os profissionais penitenciários, assim por ele denominado, estão expostos a diversos riscos, incluindo riscos biológicos, afinal atuam diretamente vinculados à população carcerária que por muitas vezes

encontram-se acometida de patologias e pouco ou ineficiente tratamento de saúde, onde as doenças mais comuns são a tuberculose e hepatites.

Um estudo realizado por Santos (2010), que tinha por objetivo a identificação da influência negativa da atividade profissional sobre os agentes penitenciários do Estado do Rio Grande do Sul e do Estado do Rio Grande do Norte, sob a perspectiva deles próprios, concluiu que as condições de trabalho deles se assemelham as da Idade Média, e que a superlotação carcerária é o principal fator de risco, levando a constatação de que o problema não é a relação do agente com o encarcerado, mas, do agente com o Estado.

Desta feita, o fenômeno da superlotação condiciona o aumento do risco de comportamentos violentos, e possíveis confrontos internos, cometidos pelos encarcerados entre si, e contra os servidores que atuam no local, sendo que, o agente penitenciário é o profissional responsável pela contingência de um possível ataque. Conseqüentemente, e de forma reflexiva, existe o aumento da violência, da corrupção interna, das patologias e da promiscuidade nas unidades carcerárias.

A partir dos estudos de Rumin (2006) e Santos (2010), acima destacados, conclui-se que o agente penitenciário, verdadeiramente, encontra-se submetido a riscos diários inerentes a diversas vertentes.

Lourenço (2010) constatou que, diante do olhar dos Agentes Penitenciários, as autoridades não conhecem a esfera prisional, e por isso, não valorizam os profissionais que mantêm o funcionamento das unidades do sistema prisional.

Além da desvalorização profissional, os Agentes Penitenciários, principalmente os que estão no exercício da função por mais tempo, reclamam de não serem ouvidos pelas autoridades. Não podendo, então, manifestar opiniões de como o sistema prisional deveria funcionar, ou sobre o que poderia ser realizado para a obtenção de melhorias no seu funcionamento. Afinal, são eles que vivenciam o cotidiano das unidades prisionais, podendo contribuir de forma positiva, com melhor chance de sucesso e efetividade, para com a funcionalidade dos procedimentos adotados (LOURENÇO, 2010).

2.2.3 Legislação Pertinente

A profissão, atuação e particularidades, do agente de execução penal é regulada por um conjunto de leis estaduais e federais, que tratam do regime jurídico,

plano de carreira, segurança, seguridade social e outros. Assim, importa conhecer o aparato legal que regula a atividade.

Inicialmente, cabe ratificar que o agente estadual de execução penal é um servidor público. Desta feita, a Lei Estadual nº 8.593/07 aduz que o regime jurídico administrativo do referido cargo é o constante na Lei nº 6.107, de 27 de julho de 1994 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão.

Ademais, o agente estadual de execução penal é subordinado ao Estado, por meio da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária, tendo seu plano de carreiras, cargos e remuneração disciplinados pelas Leis Estaduais nº 8.956/09 e nº 9.664/12, que dispõem sobre o Plano Geral de Carreiras e Cargos dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual – PGCE.

Diante do grau de periculosidade das funções desempenhadas pelo agente estadual de execução penal, e prevendo a necessidade de autodefesa ou de defesa de terceiros, em 2014, a Lei Federal nº 10.826, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, dispõe também sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, foi alterada para conceder porte de arma funcional a este profissional.

Em 2017, a então denominação para o cargo de agente penitenciário passou a vigorar como agente estadual de execução penal, por força da Lei Estadual nº 10.598/17, que dispõe sobre a alteração do regime jurídico dos servidores ocupantes de cargos do Subgrupo Atividades Penitenciárias. A Referida lei oportunamente enquadrou os agentes na nova estrutura de carreiras do Subgrupo Atividades Penitenciária, conforme o anexo III da lei.

Ainda em 2017, o Estado do Maranhão, por meio da Lei nº 10.738, integrou a composição da guarda prisional do Estado, considerando para tanto os agentes estaduais de execução penal, os inspetores estaduais de execução penal e auxiliares de segurança penitenciária, e os concedeu a indenização para aquisição de fardamento.

Quanto à seguridade social, os profissionais do Subgrupo Atividades Penitenciárias estão inseridos em um regime jurídico único estatutário, amparado pelo Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria - FEPA, instituído pela Lei Complementar nº 035, de 12 de setembro de 1997, gerido pelo Instituto de

Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV, que, posteriormente, foi reorganizado pela Lei Complementar nº 040, de 29 de dezembro de 1998.

Ademais, o sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão está previsto na Lei Complementar nº 073, de 4 de fevereiro de 2004, que visa assegurar o direito relativo à previdência social, à saúde e à assistência social de seus segurados, ativos e inativos, seus dependentes e pensionistas, compreendendo o conjunto de benefícios e serviços que atendam às seguintes finalidades:

- I - garantia de pagamento dos proventos de aposentadoria, reserva remunerada e reforma, decorrentes de atos de concessão praticados pela Gerência de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, como unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social.
- II - garantia de pagamento de pensão por morte;
- III - garantia dos meios de subsistência do evento de morte e natalidade;
- IV - auxílio-reclusão;
- V - assistência à saúde aos segurados e seus dependentes; (MARANHÃO, 2004).

A manutenção do Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos Estaduais é realizada pelo Estado do Maranhão, por seus Poderes, pelas suas autarquias e fundações públicas e pelos segurados, e constituído pelo FEPA, de natureza contábil e previdenciária, e pelo Fundo de Benefícios dos Servidores do Estado do Maranhão FUNBEN, de natureza assistencial, e pelo Tesouro Estadual. Esses órgãos arcam com a responsabilidade pelos benefícios e serviços que compõe a seguridade social no Maranhão, sendo-lhes destinados recursos próprios, inexistindo, entre os Fundos, em qualquer situação, solidariedade, subsidiariedade ou supletividade.

Por fim, é salutar acrescentar que no ano de 2017 foi criado o Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão - IPREV, na forma de autarquia, dotado de autonomia administrativa e financeira, patrimônio próprio, com sede e foro na Capital do Estado, vinculada à Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores - SEGEP, regido pela Lei Complementar nº 197.

O IPREV foi criado com a finalidade de gerir, planejar, coordenar e supervisionar a execução e o controle do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos do estado do Maranhão.

Os temas contemplados nesta revisão, quais sejam, a qualidade de vida e o agente estadual de execução penal, apontam para características gerais acerca da atividade profissional por estes desenvolvidas. Como visto, são diversos os critérios

que definem a qualidade de vida, em seus focos objetivos e subjetivos. Observa-se, também, que a área de estudo possui IDH alto, fato que deve ser levado em consideração na interpretação dos resultados. Portanto, cabe a leitura e interpretação dos resultados a partir dos fundamentos apresentados nesta seção.

3 MÉTODO

Este capítulo tem a finalidade de apresentar os procedimentos metodológicos utilizados nesta pesquisa, que possibilitaram a viabilização e a obtenção de dados satisfatórios para responder o problema proposto e alcançar os objetivos deste trabalho.

3.1 Tipo de pesquisa

A pesquisa abordou a qualidade de vida do agente estadual de execução penal inserido no sistema carcerário da região de Imperatriz - MA.

O estudo foi desenvolvido por meio de pesquisa quantitativa, possibilitando, assim, a obtenção de resultados de forma específica.

Quanto ao seu objeto, encontra-se revestido do caráter descritivo, que na visão de Oliveira (2011), busca conhecer e interpretar a real situação, sem interferir e alterar seus aspectos, observando assim, os fenômenos existentes para descrevê-los, classificá-los e interpretá-los, expondo, então, as características de uma população.

Em atendimento aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi realizada por meio de pesquisa de campo, que no entendimento de Martins, Mello e Turrioni (2013), é um método que possibilita obter dados, informações sobre as características, ideias, sentimentos, planos e opiniões da população estudada.

A coleta de dados formou-se a partir da análise de dois instrumentos que possibilitaram atingir os resultados da pesquisa, sendo eles o WHOQOL-bref e um questionário de caráter sociodemográfico.

3.2 Área de realização

A pesquisa foi realizada em 03 (três) estabelecimentos prisionais da jurisdição do sistema carcerário da cidade de Imperatriz – MA, a saber: Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz; Unidade Prisional de Ressocialização de Davinópolis; e Presídio Regional de Imperatriz.

3.3 População e amostra

A população de um estudo, podendo ser também entendida como o universo, é o conjunto de seres que possuem determinadas características (RICHARDSON, p.157,1999).

Os indivíduos inseridos no contexto da pesquisa realizada perfazem o quantitativo de 61 (sessenta e um) profissionais, sendo que o objetivo foi adotar procedimentos viáveis para alcançar toda a população, por meio de convite estendido a toda a classe laboral da área de realização da pesquisa.

Quanto à definição de amostra, Segundo Marconi e Lakatos (2002), afirmam que esta é uma porção, uma parcela, uma fração que deve ser selecionada do todo para então reduzir a quantidade de indivíduos submetidos ao estudo, é um subconjunto do universo.

Inicialmente, todos os indivíduos que compõem a população objeto deste estudo foram convidados a participar da pesquisa.

Desta feita, a amostra foi então definida pelo quantitativo de aceitação destes profissionais, o que caracterizou uma amostra por acessibilidade, totalizando 29 indivíduos.

Estes indivíduos foram submetidos à aplicação dos questionários que compõem os instrumentos da pesquisa, o que possibilitou a análise dos dados e elaboração dos resultados.

3.4 Instrumentos

Para obtenção dos dados, que possibilitam uma minuciosa análise da situação da população objeto desse estudo, foram aplicados dois instrumentos. Um deles foi um questionário de informações gerais sociodemográficas e da percepção de qualidade de vida do indivíduo, elaborado pela autora. Este primeiro questionário é composto por 14 (quatorze) questões, que permitiram identificar o perfil sociodemográfico da população, bem como, permitiu compreender a percepção, quanto à qualidade de vida, que os indivíduos inseridos neste contexto possuem sobre a óptica do cargo desempenhado.

Foram analisados referenciais sobre saúde física e psicológica, sobre as relações interpessoais, o reconhecimento social, a situação econômica, a segurança e o lazer dos indivíduos. O questionário encontra-se no Apêndice A

Posteriormente, a amostra foi submetida ao segundo instrumento de mensuração para atingir os resultados, sendo este, o questionário WHOQOL-bref (Anexo A). Trata de uma versão abreviada do WHOQOL-100. O referido questionário é composto por 26 (vinte e seis) questões, e é um instrumento desenvolvido pela OMS, com o objetivo de mensurar a qualidade de vida dos indivíduos de uma determinada classe.

Os domínios analisados compreendem o domínio físico, o psicológico, as relações sociais e o meio ambiente. Os resultados apresentam relevância diante dos escores de domínio físico, psicológico, relações sociais e de meio ambiente.

Os domínios são classificados em médias de 0 a 20, sendo que, quanto mais alta a média, maior satisfação no domínio analisado.

Desta feita, os escores mais baixos representam baixa qualidade de vida e escores altos representam alta qualidade de vida.

3.5 Coleta dos dados

Inicialmente, foram enviadas às unidades prisionais, objeto da pesquisa, as cartas de apresentação da Universidade de Taubaté – UNITAU. As referidas cartas foram direcionadas aos Srs. Diretores das Unidades Prisionais de Ressocialização do município de Imperatriz – MA e de Davinópolis – MA, bem como, ao Sr. Diretor da Penitenciária Regional de Imperatriz – MA.

As cartas de apresentação seguiram juntamente com uma reprografia do projeto desta dissertação, para, assim, prestar os esclarecimentos quanto aos objetivos e relevância da pesquisa, foram acompanhadas também, pelo Termo de Autorização Institucional, o que contemplou a possibilidade da realização da pesquisa nas unidades carcerárias da região de Imperatriz – MA.

Posteriormente, após a aprovação deste projeto pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o parecer nº 3.396.198, se deu início ao procedimento de coleta dos dados.

A aplicação transcorreu subdividida por turmas, obedecendo a escala de plantão dos agentes estaduais de execução penal, que compuseram a amostra da população submetida à pesquisa.

3.6 Análise dos dados

Os dados coletados com a aplicação dos questionários foram armazenados em um banco de dados específico criado no programa Microsoft Office Excel, versão 2016, que possibilitou a tabulação das informações de forma conclusiva, para identificar a familiaridade com o problema apresentado e respaldar os resultados apresentados.

Após a verificação de erros e inconsistências, foi realizada uma análise descritiva estatística utilizando-se cálculos de frequência, percentuais, médias e desvio padrão das características avaliadas.

O instrumento WHOQOL-BREF foi utilizado para avaliar a qualidade de vida da amostra pesquisada, contemplando quatro domínios: domínio físico, representado pelos itens 3, 4, 10, 15, 16, 17 e 18, o qual mensura a percepção da própria condição física; o domínio psicológico, que se refere a aceitação de si, este mensurado mediante os itens 5, 6, 7, 11, 19 e 26; o domínio de relações sociais, que envolve a satisfação com os demais membros da vida social, itens 20, 21 e 22; e, por fim, o domínio ambiental, que corresponde aos aspectos voltados para a segurança e ao acesso aos bens e serviços, itens 8, 9, 12, 13, 14, 23, 24 e 25.

Os resultados foram alcançados utilizando-se também de dados complementares sobre os indivíduos e sua percepção de qualidade de vida, dados abstraídos do questionário de informações gerais sociodemográficas que restam demonstradas por gráficos e tabelas.

Na sequência, foram analisadas as correlações entre a saúde emocional da amostra e o tempo de atuação no cargo. Bem como, a correlação entre a percepção quanto a integridade física e psicológica e o gênero da amostra. E, por fim, a correlação entre o reconhecimento social e a satisfação no trabalho.

Para avaliar possíveis associações entre as variáveis, foram utilizados testes de Qui-quadrado, exato de Fisher ou de Fisher-Freeman-Halton (GIBBONS; CHAKRABORTI, 2014), de acordo com o comportamento dos dados. Todas as análises dos dados e testes foram realizadas por meio do *software Statistical*

Package for the Social Sciences - IBM SPSS (IBM SPSS Statistics, 2016) a 5% de significância, ou seja, para todo valor- $p \leq 0,05$ o resultado é considerado significativo, apontando dependência entre as variáveis correlacionadas.

4 RESULTADOS

4.1 Caracterização da Amostra

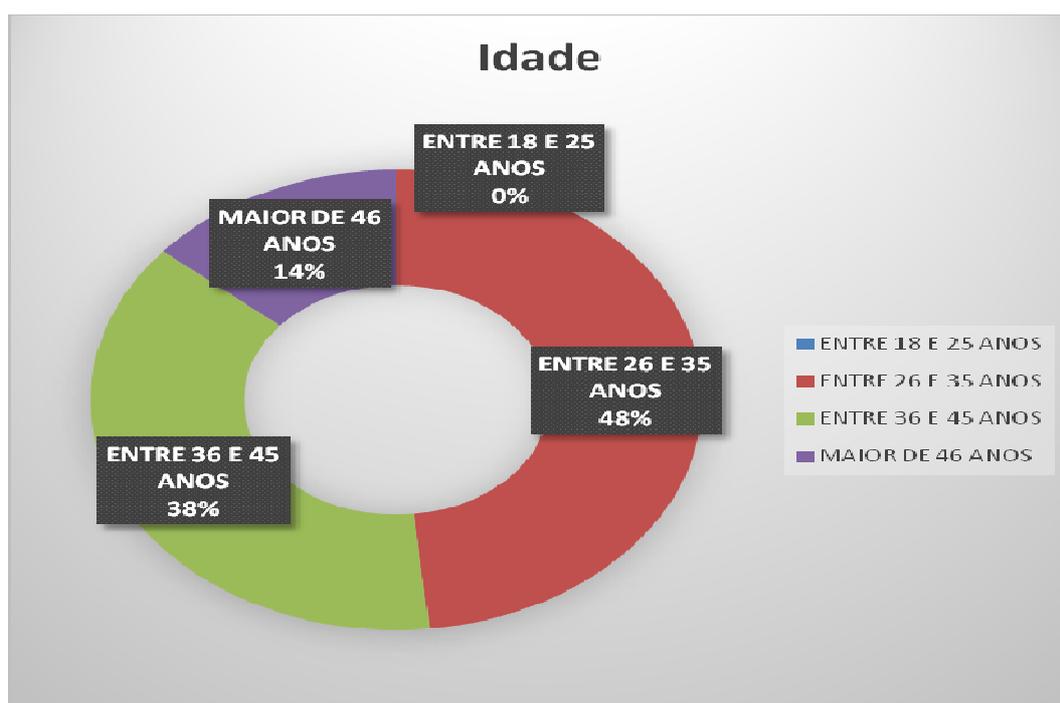
Esta seção tem a finalidade de demonstrar as características da amostra que compôs a pesquisa.

Desta feita, seguem os gráficos para demonstração dos resultados, onde serão contempladas as informações sobre a idade dos indivíduos, o seu tempo de atuação no cargo de agente estadual de execução penal, o gênero, as informações sobre o estado civil, e grau de escolarização. Serão contempladas também, informações inerentes a renda per capita da amostra submetida.

Os resultados obtidos foram alcançados a partir do tratamento dos dados adquiridos mediante os questionários que foram utilizados como instrumentos de captação destes dados, o que possibilitou conhecer a característica da população objeto deste estudo.

Inicialmente, apresentam-se os dados referentes à idade da população pesquisada.

Gráfico 1. Idade dos participantes da pesquisa



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Observando o Gráfico 1, identifica-se que, em sua grande maioria, a amostra participante da pesquisa é composta por pessoas com idade inferior a 46 anos de idade, e que não possui agentes com menos de 25 anos. Sendo compreendida por 48% de pessoas entre 26 a 35 anos de idade, e 38% de agentes com idade entre 36 e 45 anos de idade, enquanto, somente 14% de pessoas com mais de 46 anos ocupam o quadro funcional.

O Gráfico 2 traz os dados relativos ao tempo de atuação na função de agente estadual de execução penal.

Gráfico 2. Tempo de atuação na função de agente estadual de execução penal



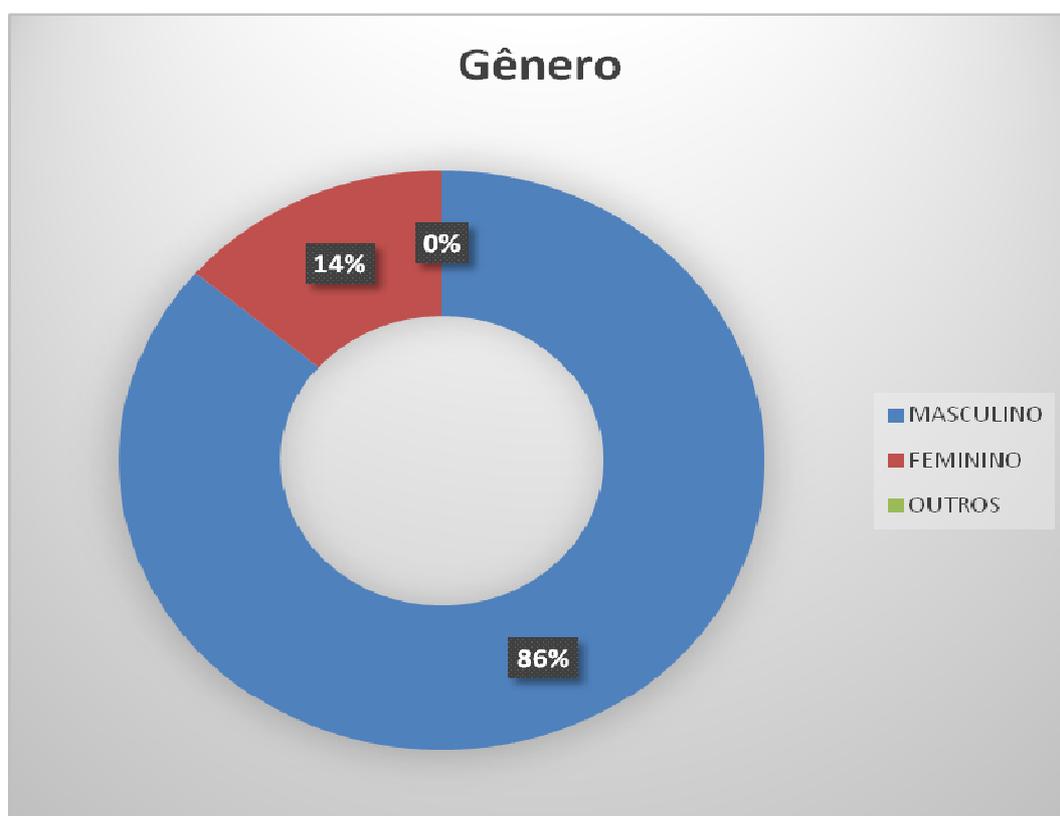
Fonte: dados da pesquisa (2019).

O resultado demonstra que somente 4% dos entrevistados exercem a função de agente estadual de execução penal há menos de um ano. A maioria dos indivíduos submetidos ao estudo tem entre 1 a 3 anos de profissão, sendo estes correspondentes a 55% da amostra pesquisada. Os que atuam há mais de 3 anos e menos de 5 correspondem a 10%, e correspondem a 31% os que estão investidos no cargo há mais de 5 anos.

Na sequência, o Gráfico 3 traz os dados relativos ao gênero, e comprova a existência da grande demanda masculina, em desfavor da demanda feminina no exercício desta profissão. O gênero masculino ocupa 86% das vagas destinadas ao cargo, enquanto somente 14% é ocupado por mulheres.

De acordo com o Relatório Consolidado sobre o sistema carcerário do Estado do Maranhão, emitido pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, o quantitativo de presos custodiados no Estado do Maranhão era de 8.341, sendo que apenas 423 eram mulheres, os demais 8.764 eram compostos por homens, fator este que pode justificar os dados do Gráfico 3.

Gráfico 3. Distribuição por gênero

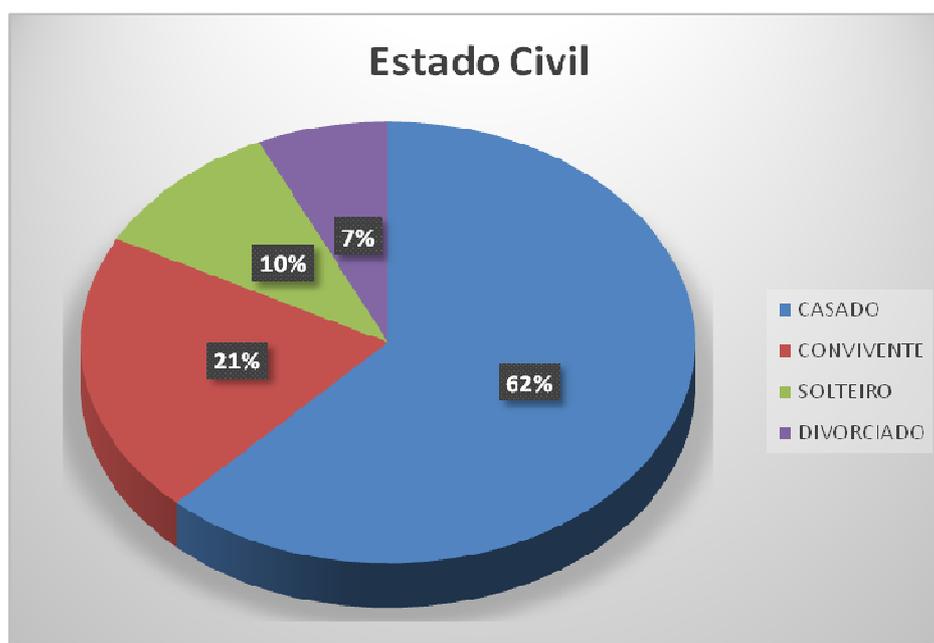


Fonte: dados da pesquisa (2019).

Visto que a população carcerária feminina é consideravelmente menor do que a masculina, os concursos contemplam menos para mulheres do que para homens, para o preenchimento de vagas de agente estadual de execução penal.

Com relação ao estado civil, verifica-se que a maior parte dos participantes são casados ou convivem em união estável. Os dados estão no Gráfico 4.

Gráfico 4. Distribuição por Estado Civil

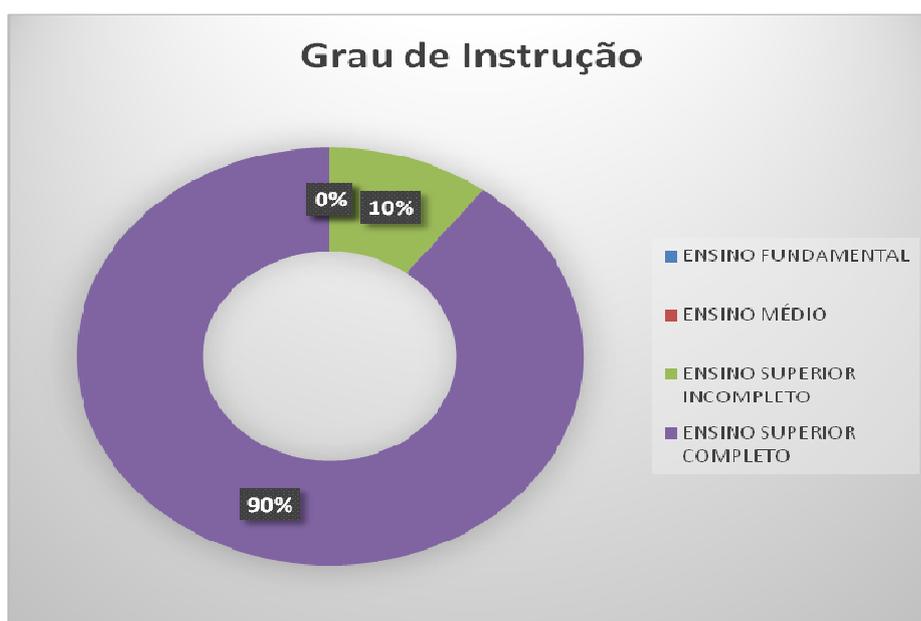


Fonte: dados da pesquisa (2019).

Constata-se que os casados ocupam 62% do quadro funcional, em detrimento de 21% que vivem em situação de sociedade de fato, a conhecida união estável. Ademais, 17% é o índice de solteiros e divorciados da amostra desta pesquisa.

Os dados acerca da escolarização estão representados no Gráfico 5.

Gráfico 5. Grau de Instrução



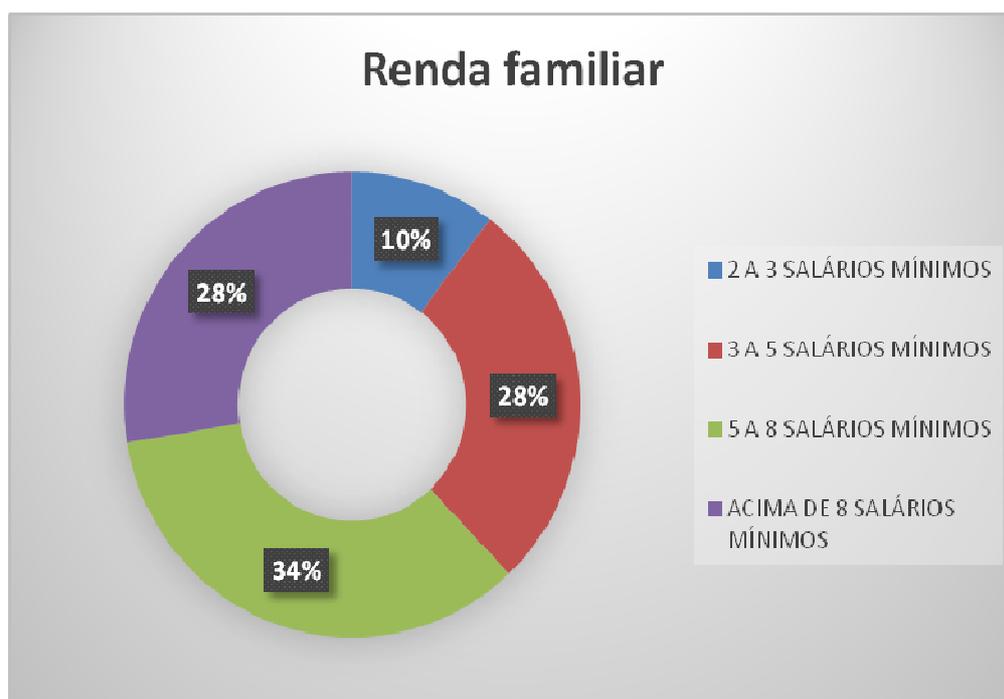
Fonte: dados da pesquisa (2019).

Constata-se que o percentual de 90% da amostra se encontra enquadrada na classificação de profissional de nível superior e 10% são profissionais com nível superior incompleto, não existindo profissionais na classificação de nível médio.

Em relação aos resultados sobre escolarização, os últimos concursos públicos realizados com previsão de preenchimento de vagas para o cargo de Agente Estadual de Execução Penal no Estado do Maranhão previam nível de escolaridade superior, por esta razão, observa-se que são poucos os profissionais que ainda se encontram sem nível superior completo.

O Gráfico 6 é direcionado à apresentação da renda familiar dos profissionais pesquisados. A renda familiar deve compreender a unificação do valor percebido por todas as pessoas economicamente integrantes do grupo familiar de cada indivíduo.

Gráfico 6. Renda familiar



Fonte: dados da pesquisa (2019).

O resultado alcançado conclui que a renda familiar de 10% dos indivíduos da amostra se encontra entre 2 a 3 salários mínimos; 28% auferem renda equivalente entre 3 a 5 salários mínimos; 34% da amostra pesquisada tem renda familiar entre 5 a 8 salários mínimos; e, 28% alcançam a renda de mais de 8 salários mínimos.

Ao buscar informações sobre a jornada de trabalho dos servidores da classe dos agentes estaduais de execução penal, identificou-se que todos os indivíduos

que participaram do estudo laboram em regime de escalas de plantão de 12h trabalhadas por 36h de descanso interjornada, sendo este o modelo de escala de trabalho adotada pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária – SEAP.

Contudo, existe exceção à jornada laborativa dos diretores das unidades carcerárias, vez que investidos em função distinta da função do agente, atuam em horário administrativo, perfazendo 8h diárias, compreendidas das 8h às 18h com descanso intrajornada.

Objetivando a melhor compreensão do leitor sobre os resultados alcançados diante da caracterização da amostra da população da classe submetida ao estudo, apresenta-se a Tabela 1 com uma síntese dos dados, e apresentação dos resultados em frequência e porcentagem.

Tabela 1. Informações Gerais Sociodemográficas da Amostra estudada

		Frequência	Porcentagem
Gênero	Masculino	25	86,2
	Feminino	4	13,8
Idade	26 a 35 anos	14	48,3
	36 a 45 anos	11	37,9
	≥ 46 anos	4	13,8
Tempo de atuação	Menos de 1 ano	1	3,4
	1 a 3 anos	16	55,2
	3 a 5 anos	3	10,3
	> 5 anos	9	31,0
Estado Civil	Casado(a)	18	62,1
	Convivente	6	20,7
	Solteiro(a)	3	10,3
	Divorciado(a)	2	6,9
Grau de instrução	Ensino Superior incompleto	3	10,3
	Ensino Superior completo	26	89,7
Renda	2 a 3 salários mínimos	3	10,3
	3 a 5 salários mínimos	8	27,6
	5 a 8 salários mínimos	10	34,5
	> 8 salários mínimos	8	27,6
Jornada de trabalho semanal	12x36h	5	17,2
	40h	12	41,4
	48h	11	37,9
	60h	1	3,4

Fonte: dados da pesquisa (2019).

4.2 Percepção da Qualidade de Vida da Amostra segundo o indivíduo

Com o intuito de conhecer a percepção da qualidade de vida do indivíduo, a amostra envolvida na pesquisa foi questionada, de forma subjetiva, sobre como classificam sua qualidade de vida.

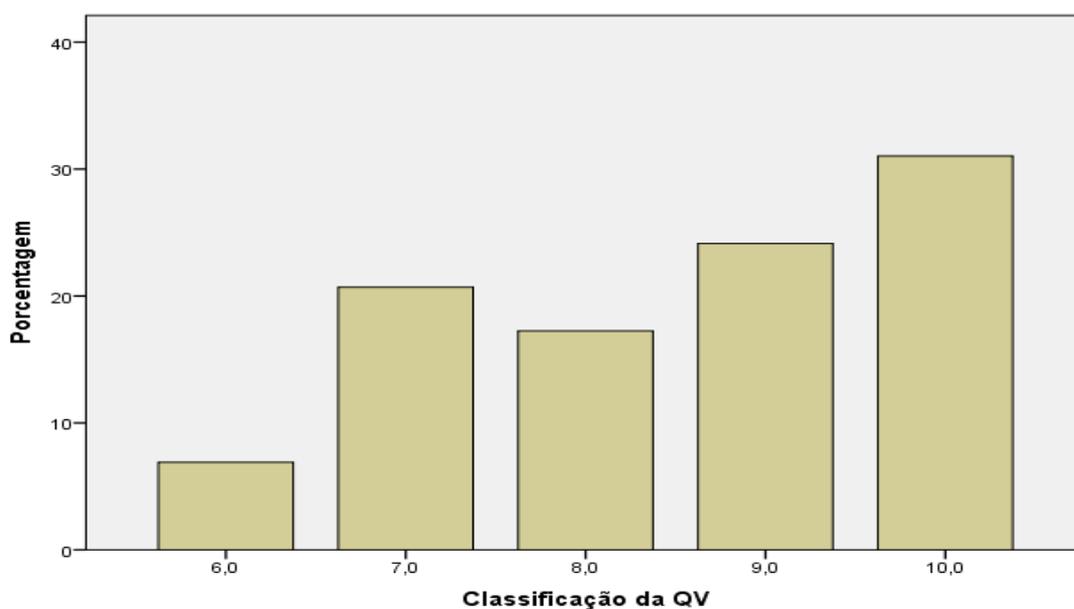
Tabela 2. Classificação subjetiva da qualidade de vida dos agentes de execução penal

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	6,0	2	6,9	6,9
	7,0	6	20,7	27,6
	8,0	5	17,2	44,8
	9,0	7	24,1	69,0
	10,0	9	31,0	100,0
Total	29	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa (2019).

A amostra respondeu ao questionário, classificando como se sentem diante de sua qualidade de vida atual. É importante salientar que essa classificação se deu mediante sua percepção subjetiva, através de uma escala de 0 a 10, onde o 0 significa a pior vida possível e 10 a melhor vida possível

Gráfico 7. Classificação subjetiva da qualidade de vida dos participantes



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Na Tabela 2 e no Gráfico 7 restam demonstradas a frequência e a porcentagem das respostas da pesquisa, quanto à classificação da qualidade de vida, informada pelo próprio indivíduo. Pode-se observar, que os resultados obtidos quanto ao questionamento sobre como os indivíduos classificam sua qualidade de vida demonstram que 31% dos envolvidos a classificam como tendo a melhor vida possível, e 6,9% a pior vida possível. Constatase, também, que só há resposta para os intervalos de 6 a 10.

4.3 Mensuração da qualidade de vida extraída da aplicação do instrumento WHOQOL-bref e do questionário sobre informações gerais

A Mensuração da qualidade de vida, segundo os domínios analisados nesta pesquisa, é apresentada na Tabela 3.

Tabela 3. Médias de percepção de Qualidade de Vida diante dos domínios analisados

DOMÍNIO	Média	DP	CV	Mínimo	Máximo	Amp
Físico	16,43	2,05	12,46	12,00	20,00	8,00
Psicológico	16,41	1,74	10,60	12,67	19,33	6,67
Relações Sociais	16,18	2,10	12,97	12,00	20,00	8,00
Meio Ambiente	14,14	1,92	13,56	11,50	19,50	8,00
Autoavaliação da Qualidade de Vida	16,34	2,27	13,90	12,00	20,00	8,00
TOTAL	15,69	1,66	10,61	12,46	18,77	6,31

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Uma vez que a amostra foi questionada de forma objetiva sobre a situação em que a vida dos indivíduos se encontra atualmente, tivemos a obtenção da média geral de 15,69.

Os resultados inerentes aos domínios estudados foram submetidos ao tratamento de dados, que possibilitou encontrar um parâmetro médio para definir como a amostra reflete em cada um destes domínios.

Para alcançar o referido resultado, considerou-se uma escala, onde os escores correspondem a uma escala entre 0 e 20, em que 0 significa a pior vida possível e 20 a melhor vida possível, definida da seguinte forma: péssimo: 0-5; ruim:

6-10; boa: 11-15 e ótima: 16-20. Diante do resultado obtido, constatou-se que a amostra da pesquisa considera desfrutar de uma boa qualidade de vida.

Desta feita, a partir da Tabela 3, pode-se identificar que o domínio físico apresentou o índice de 16,43, o domínio psicológico obteve o índice de 16,41, o domínio das relações sociais foi retratado pela média de 16,18, e, sendo o menor deles, o domínio ambiental é representado pela média de 14,14. Ademais, a autoavaliação para qualidade de vida apresentou resultado de 16,34.

Nesse viés, partindo da análise que um cidadão adulto pleno deve ser produtivo na sociedade, está pronto para colaborar com o desenvolvimento da sua localidade e está ciente de seus direitos e deveres, é necessário que haja resguardo, caso ocorra falência no desenvolvimento do indivíduo. Pois, ele poderá ser excluído da sociedade, causando e tendo problemas em sua vida familiar, social e trabalhista. Uma situação indesejável para todos, mas, que pode ser prevista e corrigida desde que detectada a tempo. Algumas características, como problemas relacionais familiares, ansiedade e depressão, evasão escolar, comportamento hiperativo, uso de bebidas alcoólicas, cigarro e drogas ilícitas, bulimia, anorexia, automutilação, autoagressão, suicídio, violência e criminalidade podem comprometer a vida do indivíduo (SILVA; OLIVEIRA, 2016).

Uma vez que a pesquisa é direcionada para conhecer o nível da qualidade de vida da classe profissional dos Agentes Estaduais de Execução Penal atuante no sistema carcerário da Região de Imperatriz – MA, os instrumentos utilizados e os resultados alcançados foram quesitos primordiais para que as análises realizadas resultassem na classificação geral de qualidade de vida da categoria profissional estudada, diante dos domínios escolhidos.

Passa-se, então, a análise de cada um dos domínios de forma específica, abordando os resultados e levantando as discussões que contribuirão para que os dados coletados com a aplicação dos instrumentos mensuradores surtissem os efeitos e alcançassem os objetivos da pesquisa.

Inicia-se com a análise do domínio físico, posteriormente analisaremos os itens do domínio psicológico, na próxima seção serão apresentados os resultados referentes ao domínio das relações sociais, e por fim será apresentada uma abordagem do domínio ambiental.

4.3.1 Qualidade de Vida: Domínio Físico

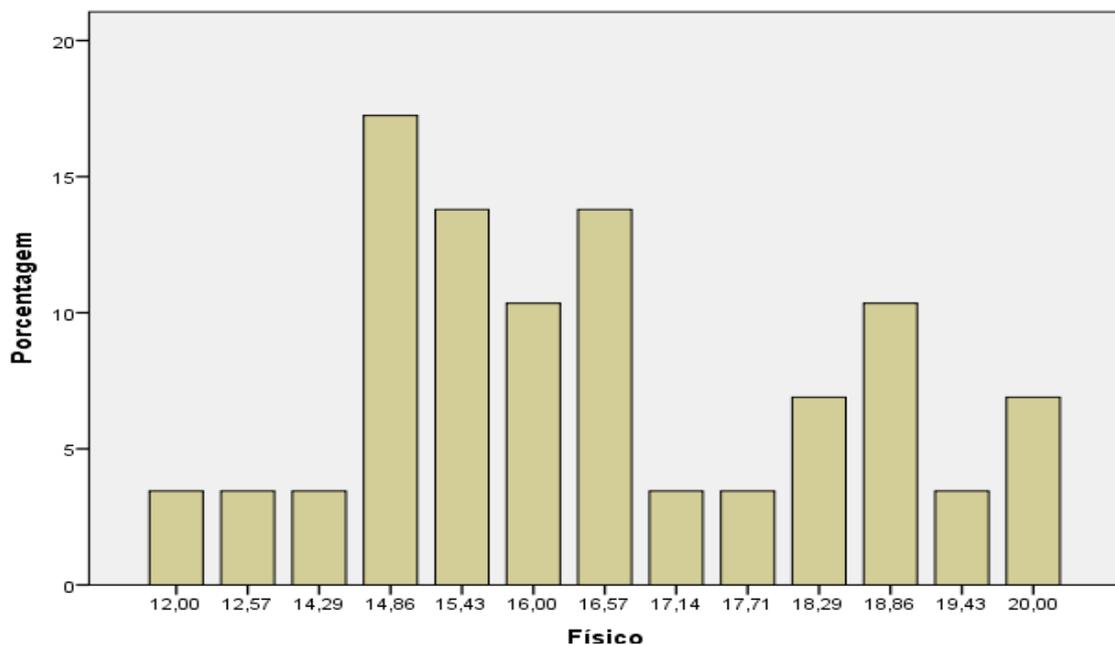
Os resultados específicos para o domínio físico são apresentados na Tabela 4 e no Gráfico 8, a seguir.

Tabela 4. Domínio Físico (SPSS)

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	12,00	1	3,4	3,4
	12,57	1	3,4	6,9
	14,29	1	3,4	10,3
	14,86	5	17,2	27,6
	15,43	4	13,8	41,4
	16,00	3	10,3	51,7
	16,57	4	13,8	65,5
	17,14	1	3,4	69,0
	17,71	1	3,4	72,4
	18,29	2	6,9	79,3
	18,86	3	10,3	89,7
	19,43	1	3,4	93,1
	20,00	2	6,9	100,0
	Total	29	100,0	100,0

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Gráfico 8. Domínio Físico (SPSS)



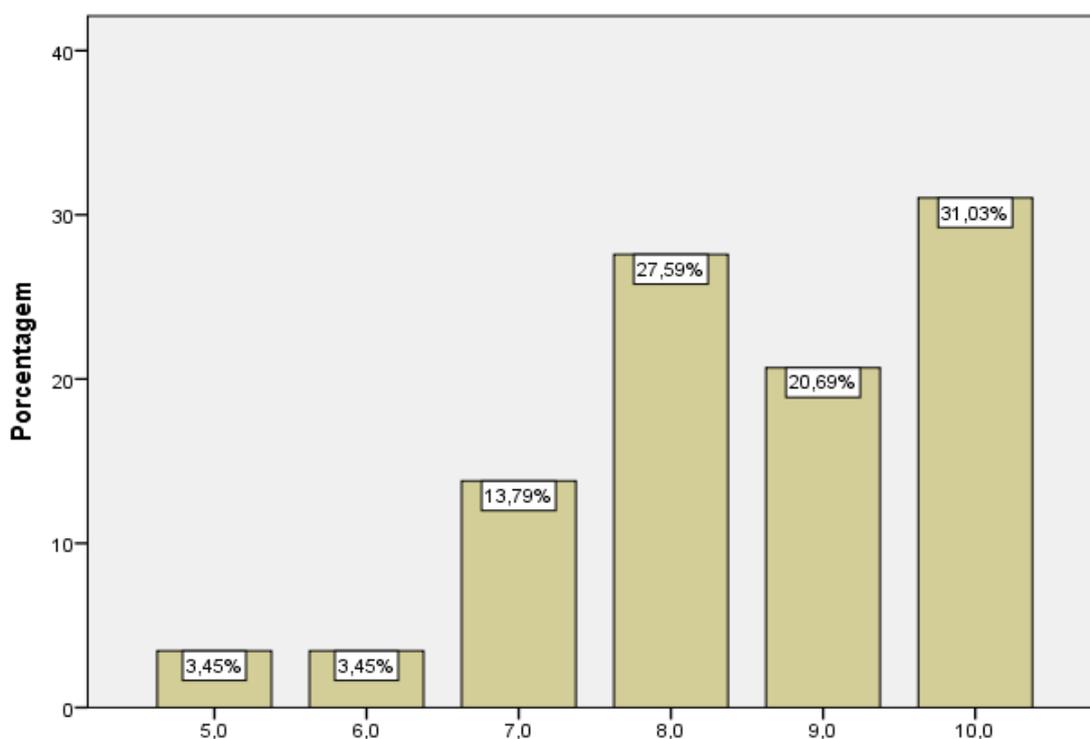
Fonte: dados da pesquisa (2019).

Os dados da Tabela 4, também representados no Gráfico 8, demonstram que em relação ao domínio físico, a maioria dos indivíduos tiveram uma avaliação de boa a ótima, obtendo variação entre 12 e 20, com média geral de 16,43, não existindo avaliação como péssima ou ruim.

Os gráficos de 9 a 12 foram elaborados a partir do questionário complementar sobre “Informações Gerais: sociodemográficas e da percepção da qualidade de vida do indivíduo”, com o fim de auxiliar a condução da pesquisa, e conhecer a percepção da qualidade de vida, segundo os entrevistados, em relação a cada domínio.

O Gráfico 9 trata da percepção dos agentes quanto à saúde física, dentro de uma escala de 1 (muito insatisfeito) a 10 (muito satisfeito).

Gráfico 9. Percepção subjetiva da saúde física



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Quanto ao domínio da saúde física, a maioria da amostra, representada por 31,03% dos participantes da pesquisa, respondeu que está totalmente satisfeita com sua saúde física. As menores notas atribuídas foram 5 e 6, cada uma representada por 3,45% dos indivíduos.

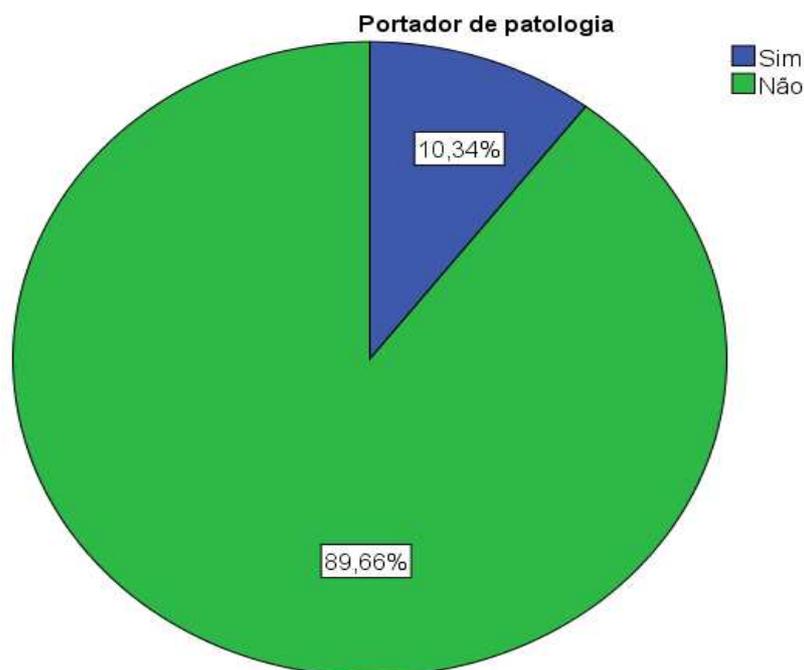
No quesito analisado, não houve caso de insatisfação total, nenhum indivíduo classificou sua saúde física como péssima.

A saúde física dos profissionais, objeto deste estudo, não vem sendo alvo de preocupação. Não obstante, persiste a necessidade de prevenção de inúmeras patologias, pois, como demonstrado na classificação da amostra, a maioria da população dos agentes estaduais de execução penal é formada por pessoas jovens e com pouco tempo no exercício da função.

Quando questionados sobre possível existência patologias, quer sejam físicas, quer sejam psicológicas, os indivíduos que compõem a amostra se apresentaram da seguinte forma: 10,34% respondeu que sofre alguma patologia e 89,66% respondeu que não sofre nenhum tipo de patologia.

O Gráfico 10 apresenta os resultados.

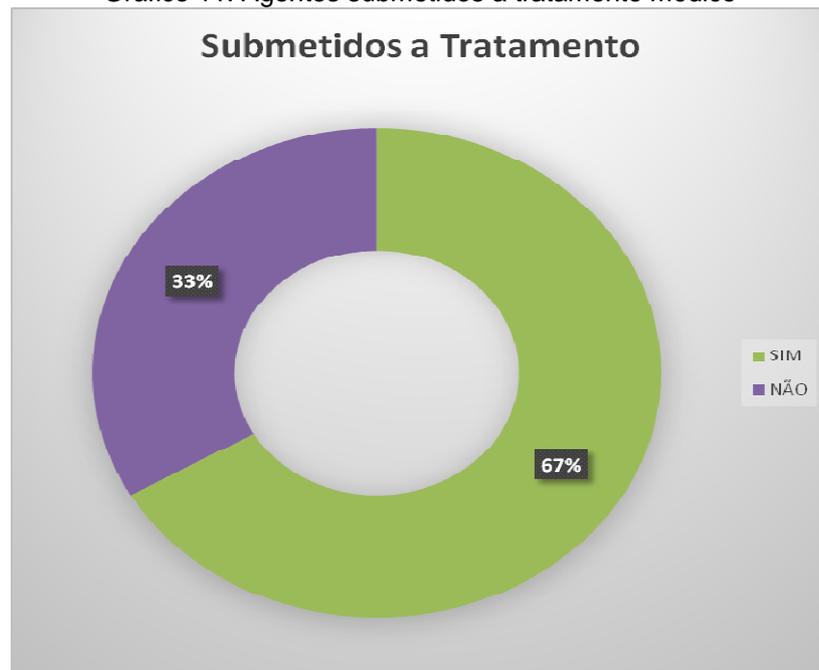
Gráfico 10. Acometimento de patologias físicas ou psicológicas



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Dentre os que declararam estar acometido por algum tipo de patologia, a maior parte, 67%, afirmou estar submetido a tratamento de saúde, ao passo que 33% não estão submetidos a qualquer tipo de tratamento para sanar a patologia existente. Os dados estão no Gráfico 11.

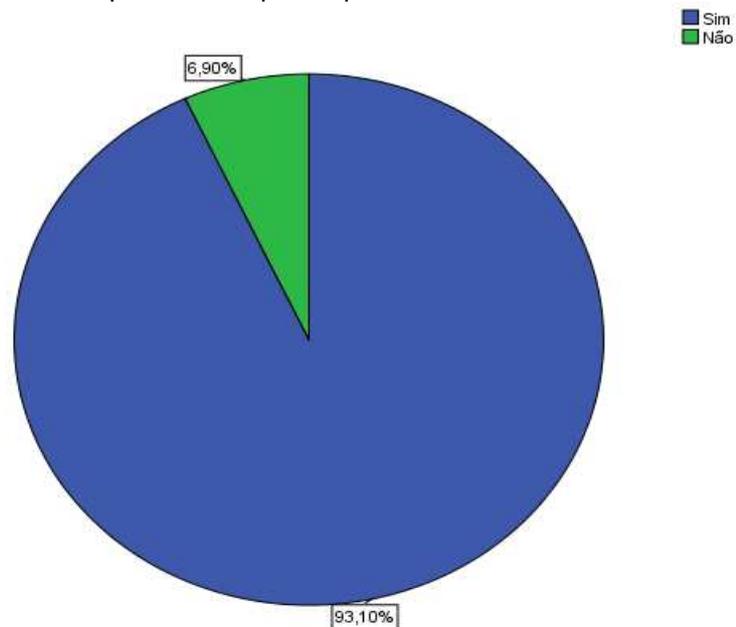
Gráfico 11. Agentes submetidos a tratamento médico



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Ainda neste tema, a amostra desta pesquisa foi questionada sobre a disponibilidade de tempo em sua rotina diária para a realização de exercícios físicos. Os resultados são apresentados no Gráfico 12.

Gráfico 12. Disponibilidade para a prática de exercícios físicos ou esportes



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Diversos são os fatores que podem desencadear possíveis patologias físicas no ser humano, um destes fatores é a ausência da prática de exercícios físicos na rotina da pessoa. Por diversas vezes, essa ausência pode ser ocasionada pelo preenchimento do tempo diário da pessoa, tornando escasso o tempo para realização do exercício.

Contudo, a partir da leitura do Gráfico 12, percebe-se que o motivo para a existência de patologias físicas nos indivíduos envolvidos na pesquisa não é a ausência de tempo para a realização da prática destes exercícios, pois, apenas 6,90% responderam que não tempo disponível para se exercitar. Podemos, então, considerar que existem outros fatores para o acometimento de doenças nestes indivíduos.

4.3.2 Qualidade de Vida: Domínio Psicológico

A Tabela 5 e o Gráfico 13 trazem os resultados do questionário quanto ao domínio psicológico.

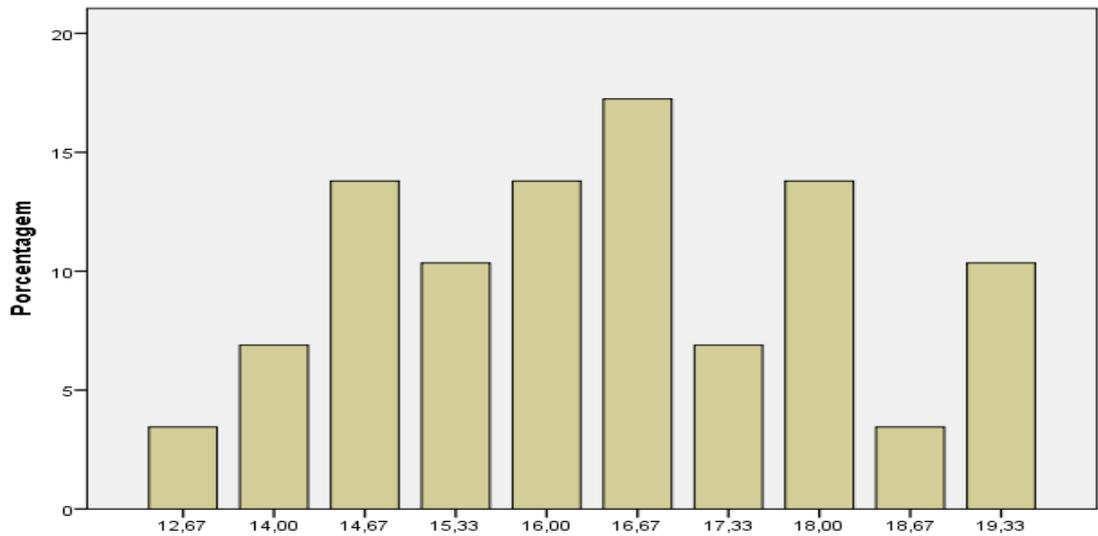
Tabela 5. Domínio Psicológico (SPSS)

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
	12,67	1	3,4	3,4
	14,00	2	6,9	10,3
	14,67	4	13,8	24,1
	15,33	3	10,3	34,5
	16,00	4	13,8	48,3
Válido	16,67	5	17,2	65,5
	17,33	2	6,9	72,4
	18,00	4	13,8	86,2
	18,67	1	3,4	89,7
	19,33	3	10,3	100,0
Total	29	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Quanto a este domínio, os resultados demonstram que não houve avaliação que expressasse classificação péssima ou ruim para tal. A variação do escore restou entre 12,67 e 19,33, onde a frequência dos resultados determinou o domínio psicológico como bom, tendo como média geral o índice de 16,41.

Gráfico 13. Domínio Psicológico (SPSS)

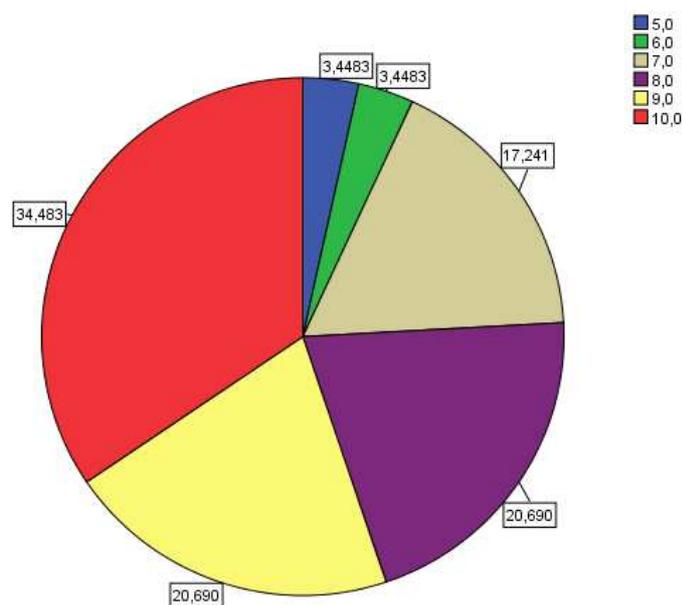


Fonte: dados da pesquisa (2019).

O Gráfico 14, construído a partir dos dados coletados pelo questionário sociodemográficos, complementa a pesquisa, possibilitando o confronto com dados coletados pelo instrumento Whoqol-bref.

Questionados sobre sua como se dá sua satisfação pessoal para com sua saúde emocional, os agentes tiveram que classificá-la entre 1 e 10, em que 1 representa insatisfação, e 10 representa alta satisfação. Os dados estão representados no Gráfico 14.

Gráfico 14. Satisfação pessoal com a saúde emocional



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Mais da metade dos sujeitos pesquisados, 55,173%, indicaram nota 9 (20,69%) ou nota 10 (34,48%) na escala apresentada, conforme se extrai do Gráfico 14. Os resultados retratam que a maioria dos sujeitos está muito satisfeita com sua saúde emocional.

Ademais, na visão do indivíduo, não se constatou casos de insatisfação total para com a saúde emocional.

Por fim, algumas variáveis notáveis do questionário sociodemográfico foram correlacionadas, utilizando o Teste de Fisher-Freeman-Halton, a fim de se obter resultados que retratam a influência de uma na outra. Neste diapasão, foi estabelecida a correlação entre a saúde emocional da amostra e o tempo de atuação no cargo através do Teste de Fisher-Freeman-Halton. Dados na Tabela 6.

Tabela 6. Correlação entre saúde emocional e tempo de atuação

Tempo de atuação	Saúde emocional										<i>p</i> -valor*		
	5,0		6,0		7,0		8,0		9,0			10,0	
	N	%	n	%	N	%	n	%	N	%		n	%
Menos de 1 ano	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0	0,75
1 a 3 anos	1	6,3	1	6,3	3	18,8	3	18,8	2	12,5	6	37,5	
3 a 5 anos	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	66,7	0	0,0	1	33,3	
> 5 anos	0	0,0	0	0,0	2	22,2	1	11,1	4	44,4	2	22,2	

*Teste de Fisher-Freeman-Halton. Fonte: dados da pesquisa (2019).

O teste realizado avalia a dependência entre as variáveis saúde emocional e idade. O resultado de $\rho = 0,75$, ou seja, $\rho > 0,0$, que é o valor de referência para significância (GIBBONS; CHAKRABORTI, 2014), indica independência entre as variáveis.

4.3.3 Qualidade de Vida: Domínio Social

A Tabela 7 e o Gráfico 15, abaixo, apresentam os resultados relativos ao domínio das relações sociais.

Tabela 7. Domínio Relações sociais (SPSS)

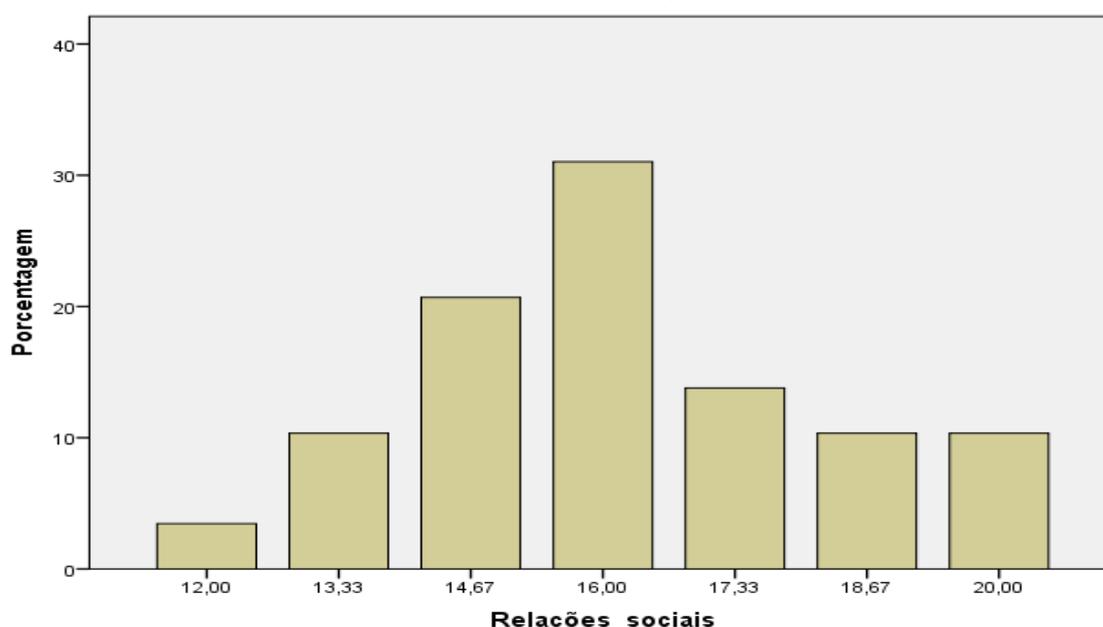
		Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
Válido	12,00	1	3,4	3,4	3,4
	13,33	3	10,3	10,3	13,8

14,67	6	20,7	20,7	34,5
16,00	9	31,0	31,0	65,5
17,33	4	13,8	13,8	79,3
18,67	3	10,3	10,3	89,7
20,00	3	10,3	10,3	100,0
Total	29	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Os resultados apontam escores com variação entre 12 a 20, sendo classificados de boa a ótima. Com a obtenção de uma média geral de 16,18, em 54,50% das avaliações, considerou-se, então, que o domínio das relações sociais tem avaliação boa.

Gráfico 15. Domínio Relações Sociais (SPSS)



Fonte: dados da pesquisa (2019).

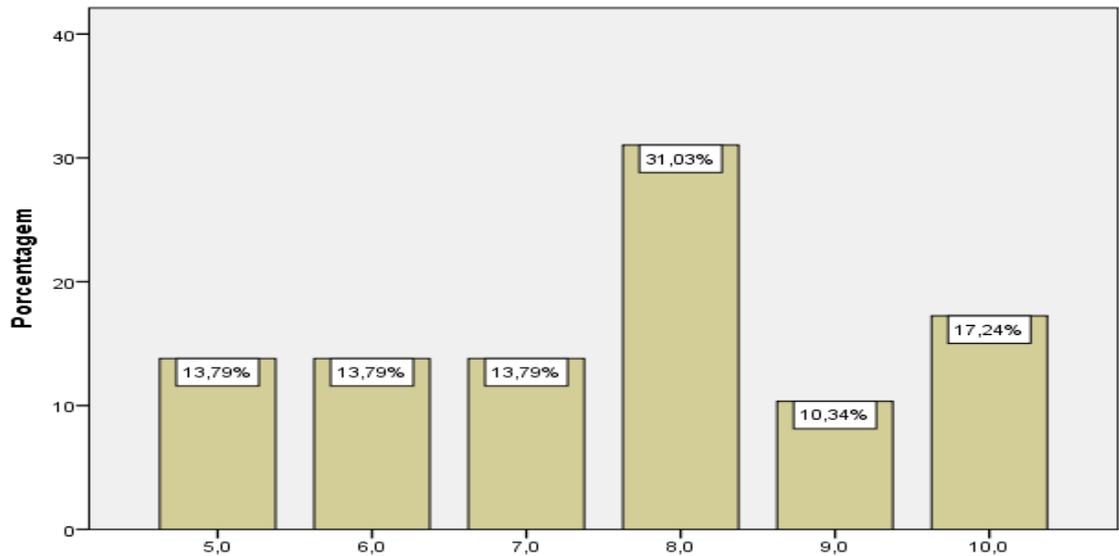
A seguir, os Gráficos de 16 a 25 retratam os resultados do questionário sociodemográfico inerente às relações sociais do indivíduo.

Inicialmente, apresentam-se os resultados para a satisfação no trabalho, dentro de uma escala de 1 a 10, e que 1 significa muito insatisfeito e 10 muito satisfeito.

O Resultado demonstra que a maioria das respostas pontuaram satisfação a partir de 8, sendo distribuídos em 32,03% para 8, o valor de 10,34% para 9, e o valor 17,24% atribuíram nota 10, que representa completa satisfação em relação ao

trabalho. Considerando que a menor nota atribuída foi 5, conclui-se que não houve casos de insatisfação total. Dados no Gráfico 16.

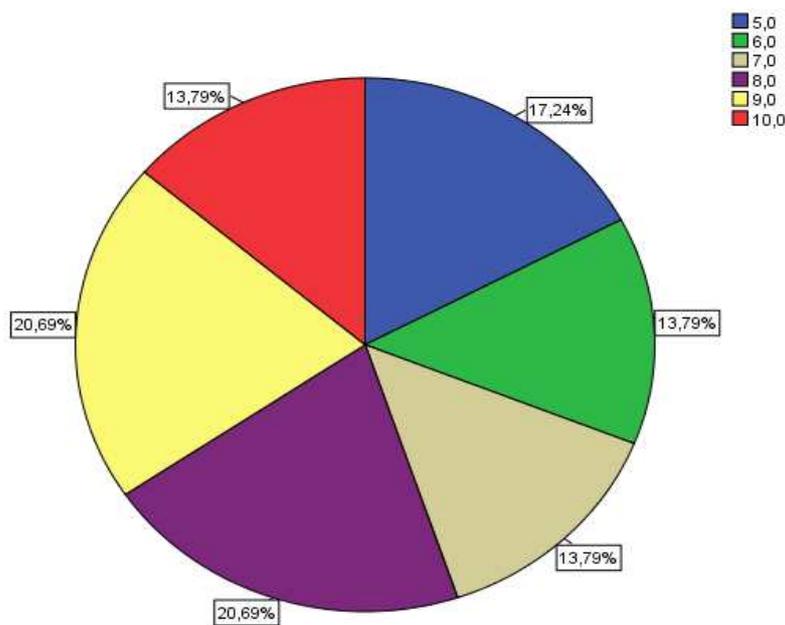
Gráfico 16. Satisfação com o trabalho



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Seguindo, os participantes foram questionados acerca da satisfação com sua própria situação econômica, dentro de uma escala de 1 (muito insatisfeito) a 10 (muito satisfeito). Os dados estão no Gráfico 17.

Gráfico 17. Satisfação com a própria situação econômica

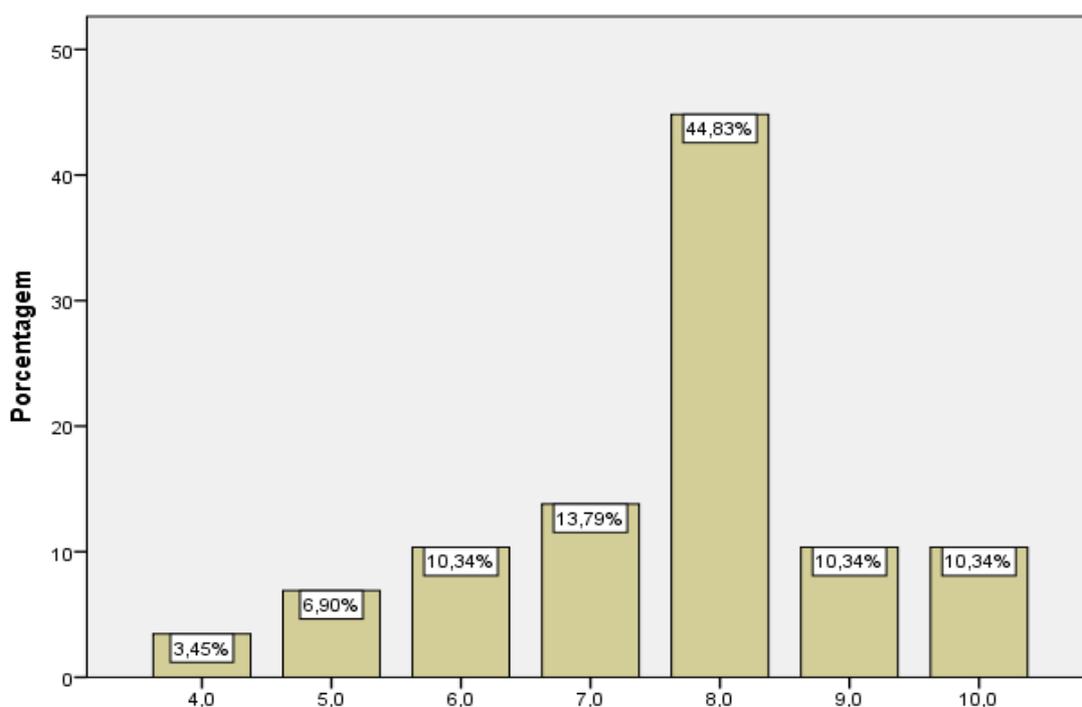


Fonte: dados da pesquisa (2019).

Os resultados indicam que não há casos de insatisfação total, pois, a amostra atribuiu escores de 5 a 10. Contudo, os resultados desta satisfação retrataram percentuais aproximados, variando entre 13,79 com atribuição da menor nota, que foi a nota 5 e 20,96 com atribuição da maior nota, que foi a nota 9.

Ainda no tema da situação econômica, considerando que o poder de compra é importante indicador, o Gráfico 18 apresenta os dados relativos a satisfação com a possibilidade de compra, dentro da escala de 1 (muito insatisfeito) a 10 (muito satisfeito).

Gráfico 18. Satisfação com o poder de compra

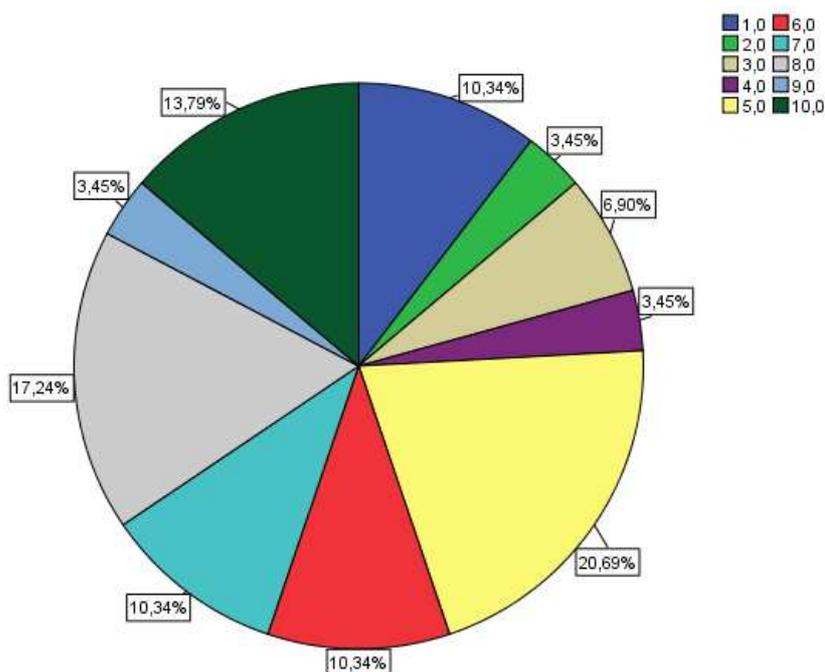


Fonte: dados da pesquisa (2019).

A possibilidade de compra expressou um resultado bem particular, ante aos demais itens do questionário sociodemográfico aplicado. Neste caso, a maioria dos indivíduos, representados por um percentual de 44,83%, atribuiu nota 8 a satisfação para com a possibilidade de compra, em detrimento de 3,45%, com atribuição de nota 4. Pode-se observar, então, que quase 50% dos indivíduos expressaram que não estão totalmente satisfeitos com o poder de compra que possuem.

Em continuidade, o Gráfico 19 traz resultados relativos à satisfação com o reconhecimento social.

Gráfico 19. Satisfação com o reconhecimento social



Fonte: dados da pesquisa (2019).

No quesito satisfação para com o reconhecimento social, tem-se um resultado bastante dinâmico, com todos os escores de 1 a 10. Foi possível a constatação de resultados de insatisfação total do indivíduo, representado pelo percentual de 10,34%. A maioria atribuiu nota 5, representando um percentual de 20,69.

No âmbito do reconhecimento social, foi avaliado a sua correlação com a satisfação no trabalho, através do Teste de Fisher-Freeman-Halton. Os dados são apresentados na Tabela 8.

Tabela 8. Correlação entre reconhecimento social de acordo com a satisfação no trabalho

Reconhecimento social	Satisfação no trabalho												p-valor*
	5,0		6,0		7,0		8,0		9,0		10,0		
	N	%	N	%	N	%	n	%	N	%	n	%	
1,0	1	33,3	1	33,3	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	33,3	0,09
2,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	
3,0	0	0,0	0	0,0	1	50,0	1	50,0	0	0,0	0	0,0	
4,0	0	0,0	1	100,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	
5,0	2	33,3	0	0,0	2	33,3	1	16,7	1	16,7	0	0,0	
6,0	0	0,0	1	33,3	0	0,0	2	66,7	0	0,0	0	0,0	
7,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	2	66,7	1	33,3	0	0,0	
8,0	0	0,0	0	0,0	1	20,0	3	60,0	1	20,0	0	0,0	

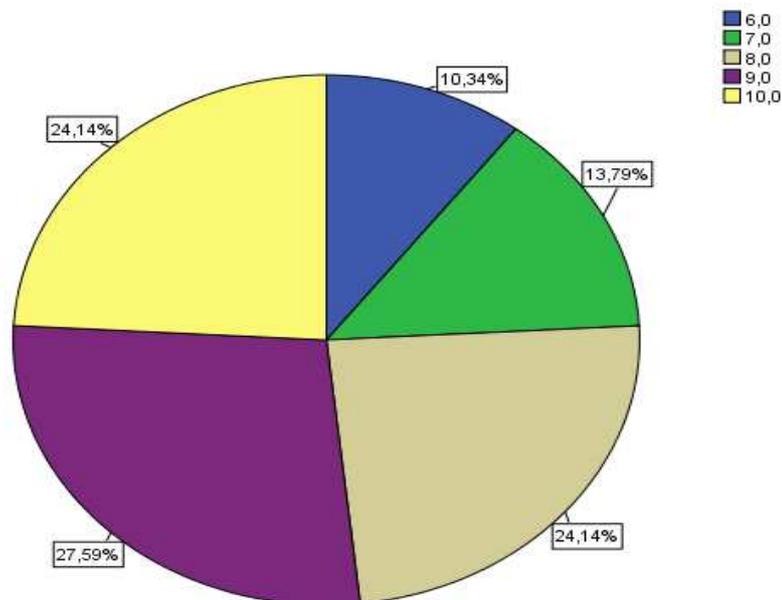
9,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	1	100,0
10,0	0	0,0	1	25,0	0	0,0	0	0,0	0	0,0	3	75,0

*Teste de Fisher-Freeman-Halton. Fonte: dados da pesquisa (2019).

O teste avalia a relação entre o relacionamento social e o nível de satisfação no trabalho. O resultado de $p = 0,09$ é maior que 0,05, que é o valor de referência, indicando que não existe interferência do nível de satisfação no trabalho com o reconhecimento social.

O Gráfico 20 traz resultados referentes à satisfação com convívio com colegas de trabalho.

Gráfico 20. Satisfação com o ambiente de trabalho



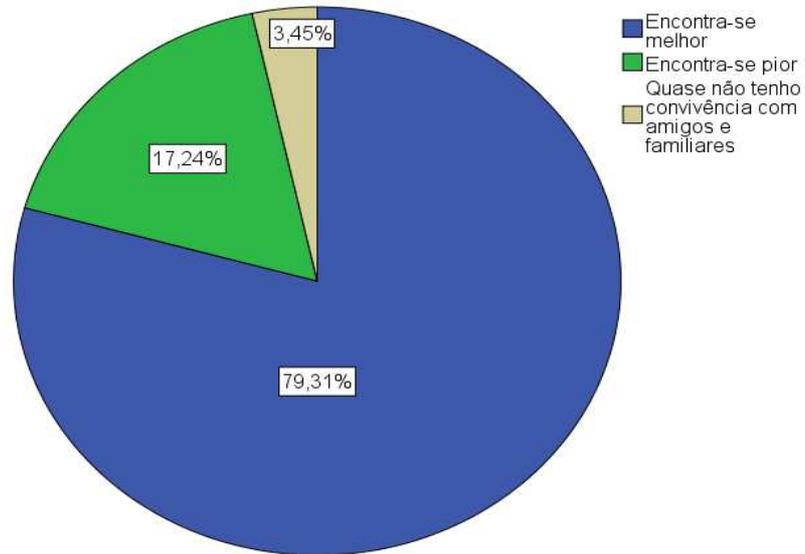
Fonte: dados da pesquisa (2019).

O convívio com os colegas no ambiente de trabalho, com relação à classe profissional estudada, é classificado como bom. Pois, a maioria dos indivíduos atribuíram nota 9, na escala apresentada, seguido do percentual de 24,14% cada, para as notas 10 e 8. Não houve representação para insatisfação total.

O Gráfico 21 discute a relação da atividade profissional exercida com a convivência social com amigos e familiares, partindo de uma comparação entre o antes e o depois do exercício do cargo. Os resultados revelam que os indivíduos têm uma melhor convivência com suas famílias e seu ciclo de amizade após o exercício

da atividade, do que antes de exercerem a função de agente estadual de execução penal. Essa conclusão se dá pela expressividade do percentual de 79,31% para a resposta “encontra-se melhor”, do questionário sociodemográfico.

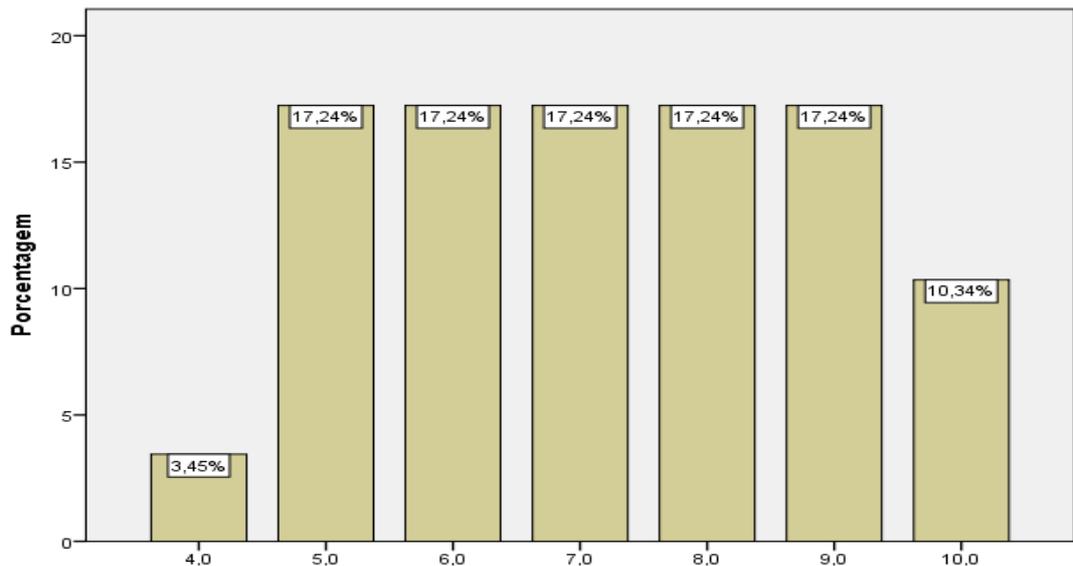
Gráfico 21. Convivência social antes e depois do trabalho de agente



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Retomando o debate sobre a situação econômica, o Gráfico 22 apresenta os resultados para a satisfação com a remuneração proveniente do exercício da atividade de agente estadual de execução penal.

Gráfico 22. Satisfação com a remuneração



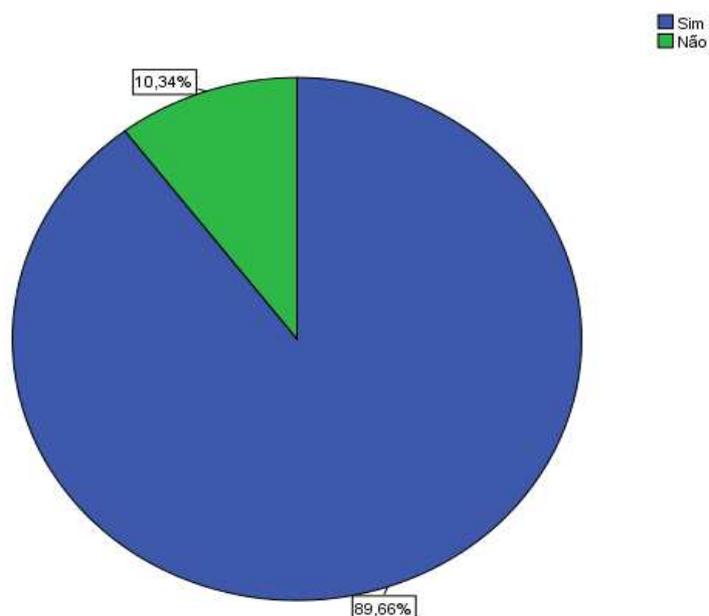
Fonte: dados da pesquisa (2019).

Pode observar-se, que somente 10,34% dos indivíduos encontram-se totalmente satisfeitos com a remuneração que percebem. As atribuições para as notas 5, 6,7,8, encontra-se representadas pelo mesmo percentual, 17,24%. E ainda, 3,45% atribuíram nota 4 para o nível de satisfação inerente a sua remuneração.

Os Gráficos 23, 24 e 25 retratam o tempo disponível para realização de atividades de cultura e lazer, estudo, e religião, respectivamente.

Os resultados apontam que 10,34% dos indivíduos da amostra não possui tempo disponível para realizar atividades culturais e de lazer. Contudo, 89,66% da amostra submetida ao questionamento respondeu que dispõe de tempo para a realização de tais atividades. Dados no Gráfico 23.

Gráfico 23. Disponibilidade de tempo para atividades de lazer e cultura

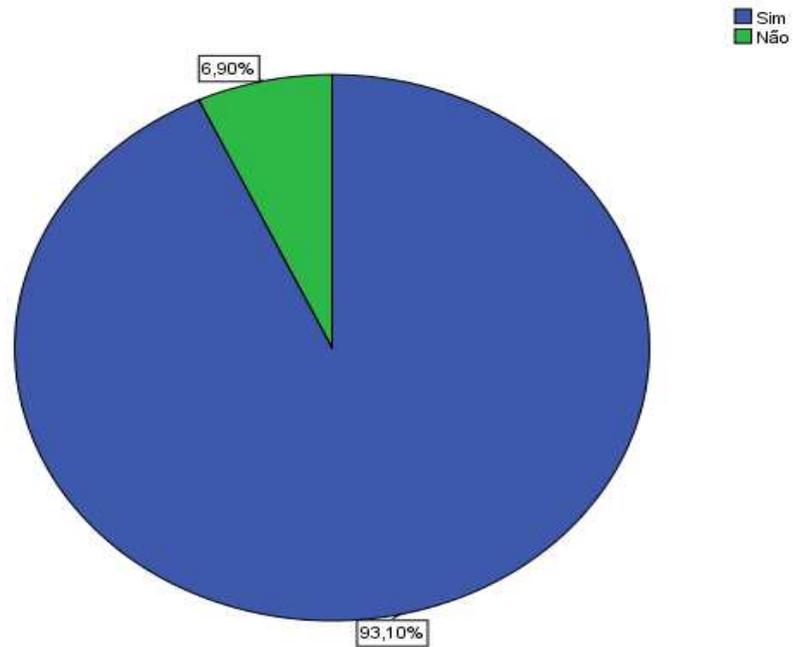


Fonte: dados da pesquisa (2019).

A partir desse resultado, observa-se que a classe destes profissionais não está imersa em uma rígida jornada de trabalho que os impossibilite a realização de atividades de lazer e atividades culturais que possam vim a realizar.

Quanto ao tempo disponível para realizar atividades de estudo, a maioria dos indivíduos, representando 93,10% da amostra, respondeu que possui tempo disponível, em contrapartida de 6,90%, que respondeu que não. Dados no Gráfico 24.

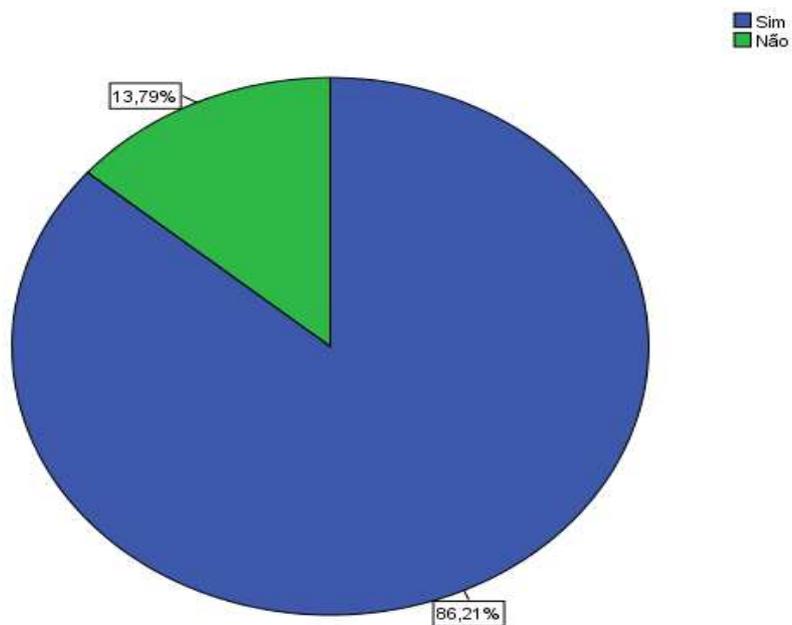
Gráfico 24. Disponibilidade para atividades de estudo



Fonte: dados da pesquisa (2019).

As atividades de convívio religioso dos indivíduos também não sofrem grandes interferências, em função do tempo disponível que eles possuem. Dados no Gráfico 25.

Gráfico 25. Disponibilidade de tempo para atividades religiosas



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Considerando que 13,79% da amostra respondeu não possuir tempo disponível para atividades religiosas, e 86,21% responderam possuir esse tempo disponível, e com base nos dados anteriores, percebe-se que o tempo disponível para as atividades com lazer, cultura e estudo é maior do que a disponibilidade para atividades religiosas.

4.3.4 Qualidade de Vida: Domínio Ambiental

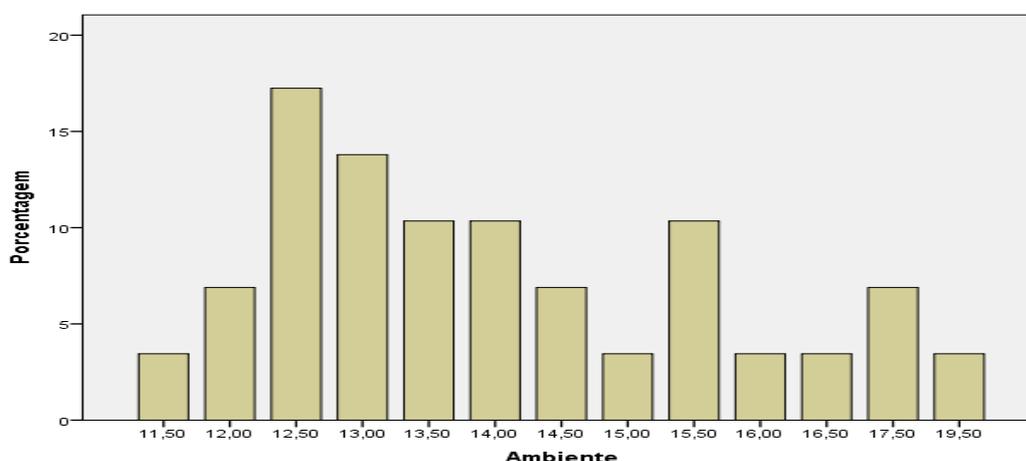
A Tabela 9 e o Gráfico 26 apresentam os resultados para o domínio ambiental.

Tabela 9. Domínio Ambiente (SPSS)

	Frequência	Porcentagem	Porcentagem válida	Porcentagem acumulativa
11,50	1	3,4	3,4	3,4
12,00	2	6,9	6,9	10,3
12,50	5	17,2	17,2	27,6
13,00	4	13,8	13,8	41,4
13,50	3	10,3	10,3	51,7
14,00	3	10,3	10,3	62,1
Válido 14,50	2	6,9	6,9	69,0
15,00	1	3,4	3,4	72,4
15,50	3	10,3	10,3	82,8
16,00	1	3,4	3,4	86,2
16,50	1	3,4	3,4	89,7
17,50	2	6,9	6,9	96,6
19,50	1	3,4	3,4	100,0
Total	29	100,0	100,0	

Fonte: dados da pesquisa (2019).

Gráfico 26. Domínio Ambiente (SPSS)

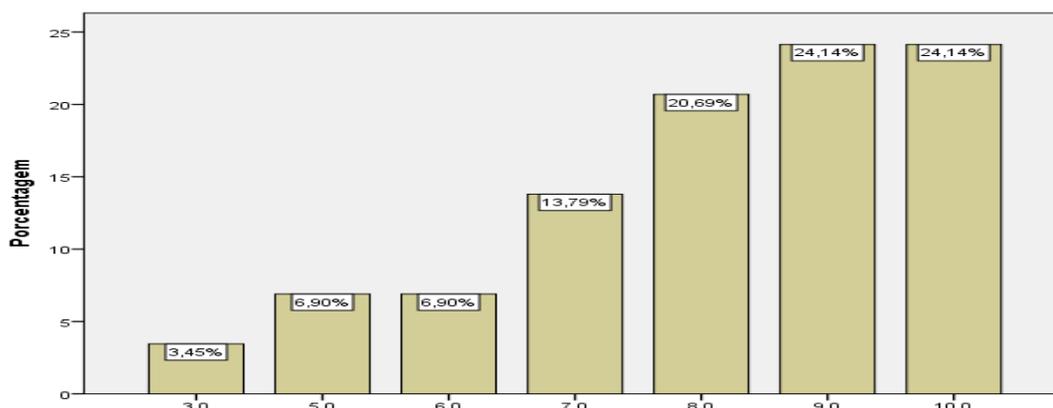


Fonte: dados da pesquisa (2019).

Os resultados apresentados nos Gráficos de 27 a 30 foram coletados com a aplicação do questionário sociodemográficos, aplicado para auxiliar o desenvolvimento da pesquisa.

Inicialmente, os participantes foram questionados acerca da cidade onde vivem, e sua satisfação com ela, dentro de escala de 1 (muito insatisfeito) a 10 (muito satisfeito). Dados no Gráfico 27.

Gráfico 27. Satisfação com a cidade onde vive

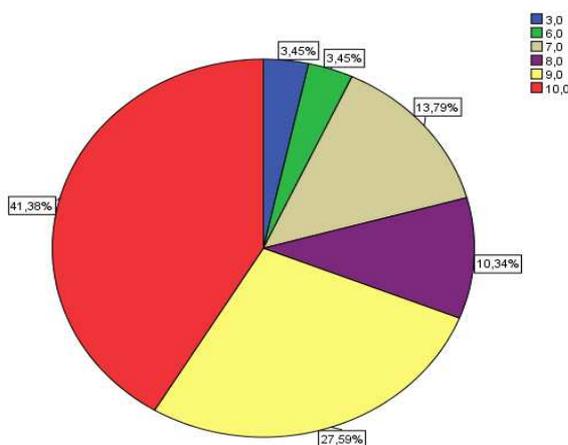


Fonte: dados da pesquisa (2019).

Como evidenciado nos resultados, 24,14% da amostra atribuiu nota 9 e outros 24,14% atribuiu nota 10 para classificar a satisfação referente a cidade onde vivem. Não se constatou insatisfação total, sendo 3 a menor nota atribuída, indicada por apenas 3,45% dos participantes.

Seguindo, o Gráfico 28 traz os resultados para satisfação com habitação.

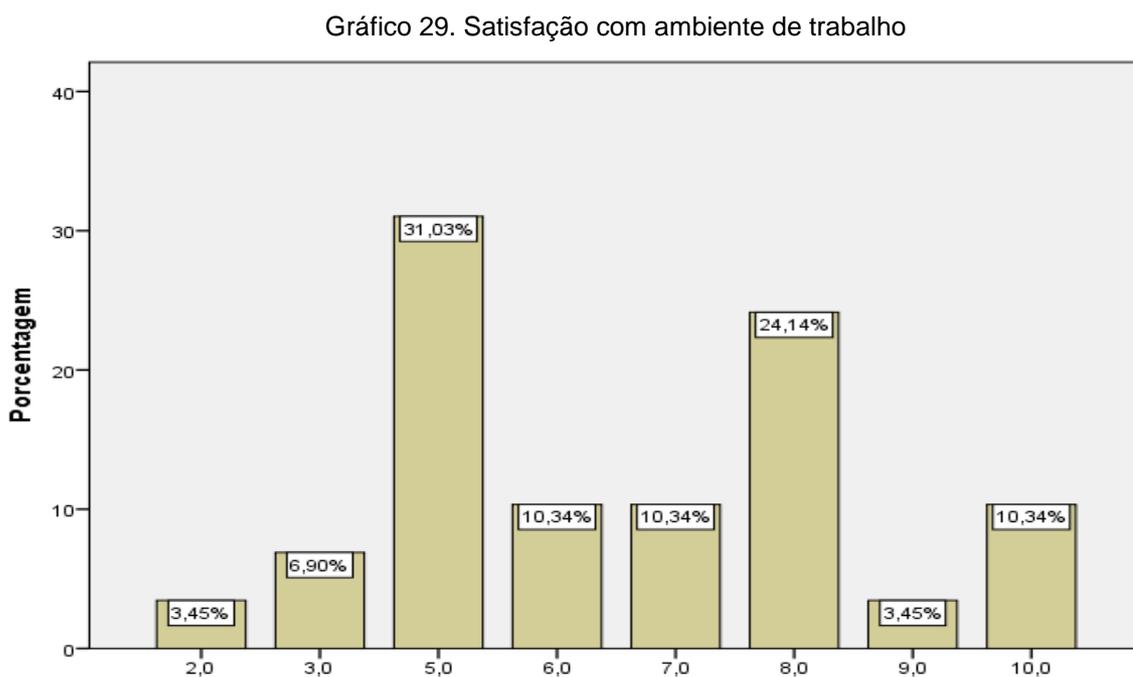
Gráfico 28. Satisfação com a habitação



Fonte: dados da pesquisa (2019).

A maioria dos indivíduos da amostra, representados por 41,38% dos indivíduos, demonstra-se totalmente satisfeita com sua habitação. A menor nota atribuída foi a nota 3, com o percentual de apenas 3,45%.

O Gráfico 29 apresenta os resultados para satisfação com as instalações sanitárias do ambiente de trabalho.



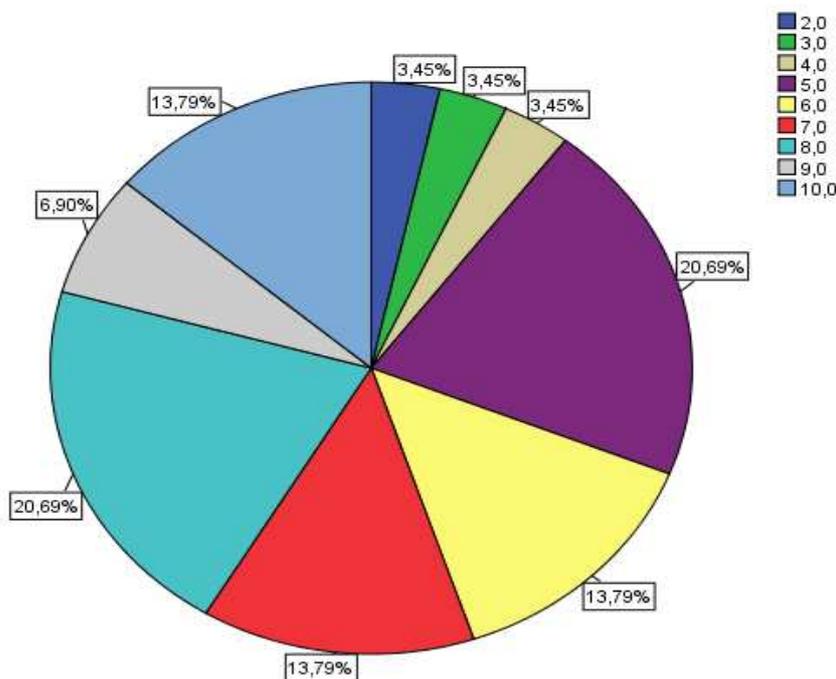
Fonte: dados da pesquisa (2019).

Os resultados apresentam uma avaliação bastante diversificada, apresentando desde o escore 2 ao escore 10. Desta feita, 3,45% dos indivíduos classificaram as instalações sanitárias do ambiente de trabalho como péssimas, a maioria, num total de 31,03%, classificou como mediana, atribuindo nota 5, e apenas 10,34% estão totalmente satisfeitos.

Por fim, a segurança do agente estadual de execução penal também foi alvo de questionamento. O Gráfico 30 traz a classificação, segundo os participantes, da segurança com a integridade física e psicológica.

A classificação para segurança no ambiente de trabalho, com a integridade física e psicológica, é bastante divergente, com respostas que vão do escore 2 até o escore 10, com percentuais bem diferenciados.

Gráfico 30. Classificação da segurança com a integridade física e psicológica



Fonte: dados da pesquisa (2019).

Para as notas 2, 3 e 4 os percentuais foram de 3,45%, cada. O percentual de 20,69% dos indivíduos atribuiu nota 5, e o mesmo percentual nota 8. Não se contatou casos de total sentimento de insegurança.

Ademais, apesar de ser considerado um ambiente exposto a riscos físicos e psicológicos, 13,79% dos participantes da pesquisa se sentem totalmente seguros no ambiente de trabalho.

Para a melhor compreensão deste resultado, foi estabelecida a correlação entre a percepção quanto a segurança com integridade física e psicológica e o gênero da amostra, através do Teste de Fisher-Freeman-Halton. Dados na Tabela 10.

Tabela 10. Correlação entre integridade física e psicológica de acordo com o gênero

Integridade física e psicológica	Masculino		Feminino		<i>p-valor*</i>
	N	%	n	%	
2,0	1	4,0	0	0,0	0,90
3,0	1	4,0	0	0,0	
4,0	1	4,0	0	0,0	
5,0	5	20,0	1	25,0	
6,0	3	12,0	1	25,0	
7,0	4	16,0	0	0,0	
8,0	4	16,0	2	50,0	

9,0	2	8,0	0	0,0
10,0	4	16,0	0	0,0

*Teste de Fisher-Freeman-Halton. Fonte: dados da pesquisa (2019).

O teste realizado tem a finalidade de avaliar a significância da associação entre as variáveis (GIBBONS; CHAKRABORTI, 2014). Neste caso, as variáveis são a integridade física e psicológica e o gênero. Assim, os resultados de $p = 0,90$ (ou seja, $p > 0,05$) indica insignificância, denotando que o gênero não tem influência sobre a segurança que os participantes têm acerca da integridade física e psicológica.

Diante das análises do domínio ambiental em relação aos demais domínios anteriores, percebe-se que a menor média existente foi identificada no domínio ambiental. O resultado se deu, especialmente, em razão da insatisfação do indivíduo quanto as instalações sanitárias do ambiente de trabalho ao qual estão submetidos.

5 DISCUSSÃO

5.1 O perfil do agente estadual de execução penal no Maranhão

Os dados demográficos do presente estudo demonstram que 86% da amostra participante da pesquisa é composta por pessoas com idade inferior a 46 anos de. Estes valores vão ao encontro de outras pesquisas, como a de Souza et al. (2015), realizada em Catalão - GO, com o intuito de levantar as características sociodemográficas dos agentes penitenciários, em que se identificou que 60% dos agentes penitenciários têm entre 31 e 45 anos de idade, e 80% nasceram em Goiás, 10% em Tocantins e 10% em Minas Gerais. A amostra foi composta por 38 participantes, entre homens e mulheres.

Em relação ao tempo de permanência no cargo (Gráfico 2), este estudo demonstra que 69% dos entrevistados exercem a função de agente estadual de execução penal há menos de cinco anos, ao passo que somente 31% da amostra tem mais de cinco anos de atuação.

Em sentido contrário, em pesquisa realizada por Oliveira e Gonçalves (2019), que tratava sobre aspectos de saúde dos agentes penitenciários de Rondonópolis-MT, em que 204 agentes penitenciários foram entrevistados, identificou-se que a maior parte dos agentes penitenciários tem mais de 9 anos nesta ocupação.

Neste sentido, França (2011) defende que a satisfação no trabalho é fundamental para que os trabalhadores se mantenham motivados e continuem apresentando bons indicadores de desempenho, que são importantes para os interesses empresariais; sendo exemplos clássicos do assunto referido: desempenho e produtividade, permanência na empresa e redução de faltas ao trabalho.

O gênero masculino ocupa 86% das vagas destinadas ao cargo, enquanto, somente 14% são ocupados por mulheres (Gráfico 3). Isso pode ser justificado pela maior incidência de homens na população carcerária, necessitando assim de um percentual maior de servidores masculinos no exercício da função. Ademais, este resultado está em consonância com o estudo de Santos (2007), pois o autor afirma, em estudo sobre o fenômeno da prisionização com agentes penitenciários do estado do Pará, que 90% deles são do sexo masculino. No Pará, na época da pesquisa,

das vinte e uma unidades prisionais paraenses, apenas duas abrigam unicamente presas, e são essas unidades que têm a maior concentração de profissionais de segurança feminino.

Sobre o estado civil dos participantes, ocupando 83% do quadro funcional estão os casados ou conviventes, em detrimento de 17% que estão solteiros ou divorciados (Gráfico 4). O estudo de Oliveira et al. (2015) corroboram com o que se apresenta, pois, a situação conjugal de seus entrevistados é de uma frequência de 65%, em uma população de 493 agentes efetivados, e 67,2% para a população de 662 agentes concursados. Além disso, 29,7% de uma população de 225 encontram-se solteiros e são efetivados, enquanto 24,3% de 167 são contratados.

O Gráfico 5 relata que o percentual de 90% da amostra se encontra enquadrada na classificação de profissional de nível superior e 10% são profissionais com nível superior incompleto, não existindo profissionais na classificação de nível médio. O resultado corrobora com a pesquisa de Bonez, Dal Moro e Sehnem (2013), realizada com agentes penitenciários de Santa Catarina, que constatou que 63,15% tem o ensino médio ou superior, concluindo pela alta escolarização entre eles.

Nesse viés, Souza et al. (2015) verificaram que 60% (06) dos agentes penitenciários concluíram o Ensino Médio, Superior ou Pós-graduação há menos de cinco anos, 30% deles entre seis e dez anos, e 10% deles concluíram os estudos há mais de dez anos. Constatou-se, ainda, que 80% dos agentes penitenciários realizaram seus cursos em instituições privadas com recursos próprios, 10% em instituições privadas com subsídios e 20% em instituições públicas.

Dando seguimento a premissa anterior, a maioria dos agentes penitenciários possui o Ensino Superior Completo, em Direito, Administração de redes de computadores, Geografia, Serviço Social e em Gestão de Segurança Pública. Constatou-se que os agentes mais interessados em participar da pesquisa, foram os que possuem Curso Superior, em razão de eles reconhecerem a importância de estudos na área.

Portanto, percebe-se que há na atualidade uma tendência para o crescimento da escolarização entre os agentes penitenciários. E ainda, que o aumento das taxas de escolarização do ensino superior pode estar diretamente ligada a uma tendência de crescimento da rede privada de ensino superior, visto que a maioria teve formação nesta rede.

Ao buscar informações sobre a jornada de trabalho dos servidores da classe dos agentes, todos os indivíduos submetidos ao estudo laboram em regime de escalas de plantão de 12h trabalhadas por 36h de descanso interjornada, sendo este o modelo de escala de trabalho adotada pela Secretaria Estadual de Administração Penitenciária – SEAP (Gráfico 6). Esse dado difere do objeto de estudo de Oliveira e Gonçalves (2019), o que evidenciou que a maior parte dos agentes penitenciários trabalhavam com jornada de 40 horas semanais.

Resultados da pesquisa de Dimenstein et al. (2017), com 403 agentes penitenciários, também em um estado nordestino, usando o teste Alcohol, *Smoking and Substance Involvement Screening Test*, ferramenta da OMS, constataram que: os agentes penitenciários são extremamente prejudicados no que tange a sua saúde emocional e qualidade de vida, pois, se submetem a um maior tempo de trabalho realizando outra ocupação nas horas vagas ou realizando hora extra na instituição prisional, ou tendo mais tempo de carreira na profissão de agente estadual de execução penal.

A partir dos dados inerentes ao agente estadual de execução penal na região de Imperatriz – MA, aqui apresentados, pode-se destacar que a maioria destes agentes, é do sexo masculino, com idade inferior a 46 anos, responsáveis pela manutenção da família, estão no cargo há menos de cinco anos e possuem ensino superior e recebem mais de 5 salários mínimos como remuneração.

Esse conjunto de fatores pode influenciar, direta ou indiretamente, para resultados de qualidade de vida satisfatórios, como se discutirá a seguir, da mesma forma que estes fatores favorecem a formação de uma classe profissional com perfil diferente de outras regiões.

5.2 A qualidade de vida do agente estadual de execução penal

Os resultados para qualidade de vida foram apresentados em perspectivas subjetivas e objetivas.

É importante ressaltar que no levantamento bibliográfico, as pesquisas identificadas nos bancos de dados consultados não utilizaram o mesmo instrumento aplicado nesta pesquisa, no caso o WHOQOL bref. Contudo, foram parâmetros considerados interessantes para comparações e reflexões para com os dados alcançados na presente pesquisa de campo.

Na Tabela 2 e no Gráfico 7 é demonstrada a classificação da qualidade de vida informada pelo próprio indivíduo em sua subjetividade. Pode-se observar que os resultados obtidos, quanto ao questionamento sobre como os indivíduos classificam sua qualidade de vida, demonstram que 31% dos envolvidos a classificam como tendo a melhor vida possível, e 6,9% a pior vida possível.

Oliveira e Kamimura (2015), em estudo sobre Saúde, Qualidade de vida e Desenvolvimento, relatam que, atualmente, para medir a qualidade de vida das populações é necessário ampliar os conceitos atrelados à temática; sendo assim, aspectos econômicos e sociais como saúde, educação, lazer, moradia, trabalho e transporte foram incluídos para observar o indivíduo em sua totalidade. Além disso, as autoras afirmam que indicadores sociais foram sendo utilizados para medir a qualidade de vida das populações (taxa de evasão escolar, nível de escolaridade, taxa de violência e saneamento básico).

Dessa forma, leva-se em consideração que o perfil dos trabalhadores brasileiros mudou em virtude dos avanços tecnológicos e, portanto, a qualidade de vida no trabalho passa a ser entendida como um processo que viabiliza humanização do trabalho, aumento do bem-estar dos trabalhadores. É necessário também, que haja incentivos à prática de hábitos saudáveis para que o trabalhador se sinta motivado a estabelecer uma relação de equilíbrio entre a sua vida no trabalho e o bem-estar pessoal. Este processo gera resultados positivos a curto, médio e longo prazo proporcionando o aumento da longevidade, a redução de enfermidades e incapacidades dos funcionários (SIQUEIRA, 2013).

Entre os instrumentos para aprofundamento sobre os estudos referentes à qualidade de vida está o instrumento WHOQOL-BREF, que leva em consideração características como capacidade funcional, dor, estado geral de saúde, vitalidade, aspectos sociais, emocionais e saúde mental. O WHOQOL-*bref*, uma versão abreviada do WHOQOL-100, desenvolvido e recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), valoriza a percepção individual, podendo avaliar a QV em diversos grupos e situações, independentemente do nível de escolaridade. O instrumento apresenta propriedades psicométricas satisfatórias e demanda pouco tempo de aplicação. Por meio desse instrumento, é possível descrever a percepção subjetiva de um indivíduo em relação à sua saúde física e psicológica, às relações sociais e ao ambiente em que vive, de acordo com Almeida et al. (2017).

O WHOQOL-*bref*, é composto por duas questões a respeito da qualidade de vida em geral (QV geral), e as demais representam cada uma das 24 facetas que compõem o instrumento original. As questões do WHOQOL-*bref* são formuladas para respostas em escalas tipo Likert, incluindo intensidade (“nada” a “extremamente”), capacidade (“nada” a “completamente”), frequência (“nunca” a “sempre”) e avaliação (“muito insatisfeito” a “muito satisfeito”; “muito ruim” a “muito bom”). As pontuações de cada domínio foram transformadas numa escala de 0 a 100 e expressas em termos de médias, conforme preconiza o manual produzido pela equipe do WHOQOL, sendo que médias mais altas sugerem melhor percepção de QV, segundo Almeida et al. (2017).

Para alcançar o referido resultado, considerou-se uma escala, onde os escores correspondem a uma escala entre 0 e 20, onde 0 significa a pior vida possível e 20 a melhor vida possível definida da seguinte forma: péssimo: 0-5; ruim: 6-10; boa: 11-15 e ótima: 16-20.

Desta feita, pode-se identificar, neste estudo, que o domínio físico apresentou o índice de 16,43, o domínio psicológico obteve o índice de 16,41, o domínio das relações sociais foi retratado pela média de 16,18, sendo o menor deles o domínio ambiental, este representado pela média de 14,14.

Ademais, o resultado de 16,34 para o domínio autoavaliação da qualidade de vida é classificado como ótimo, dentro dos parâmetros desta pesquisa. Coaduna com essa autoavaliação a percepção subjetiva dos participantes, quando 55,1% (os que atribuíram nota 9 ou 10, Tabela 2) declararam ter a melhor vida possível.

Diante do resultado obtido constatou-se então que a amostra da pesquisa considera desfrutar de uma boa qualidade de vida. Mas, importa aprofundar na análise de cada uma das dimensões que compuseram este resultado, como se faz a seguir.

5.3 A saúde física do agente estadual de execução penal

Os dados da Tabela 4, também representados no Gráfico 8, demonstram que a maioria dos indivíduos classificou o domínio físico de bom a ótimo, obtendo variação entre 12 a 20, com média geral de 16,43, não existindo avaliação como péssima ou ruim.

No que tange ao domínio físico, leva-se em consideração questões como dor e desconforto, mobilidade, atividades da vida cotidiana, sono e repouso, dependência de medicação ou de tratamentos e capacidade de trabalho. A partir deste pressuposto, os indivíduos precisam ser ativos para serem indivíduos saudáveis. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera suficiente a prática de 30 minutos diários, por pelo menos cinco dias na semana, de atividade leve ou moderada; ou 20 minutos diários de atividade vigorosa, em três ou mais dias da semana. Atividades que estão disponíveis e são acessíveis: caminhada ao ar livre, em esteira, musculação, hidroginástica, ginástica em geral, natação, artes marciais, ciclismo e voleibol são práticas leves ou moderadas. Além disso, existe a corrida ao ar livre, em esteira, ginástica aeróbica, futebol, basquetebol e tênis (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

Esses achados corroboram com os estudos de Domingues e Araújo (2004), que defendem que a prática regular de exercícios físicos ajuda na prevenção e reabilitação de doenças cardíacas. Conclui-se, portanto, que a prática regular de exercícios físicos é um fator de proteção contra processos degenerativos no organismo humano. Os autores informaram que, diante da dificuldade de encontrar um instrumento validado para a obtenção dos dados, desenvolveram um estudo transversal com a aplicação de questionário elaborado pelos mesmos.

Sobre a satisfação para como a sua saúde física (Gráfico 9), a maioria da amostra, representando 31,03% dos participantes da pesquisa, responderam que estão totalmente satisfeitos com sua saúde física, as menores notas atribuídas foram 5 e 6, ambas representadas por 3,45% dos indivíduos. Não obstante a isso, existe a necessidade de prevenção de inúmeras possíveis patologias.

Logo, em consonância com o estudo aqui apresentado, Siqueira (2013) pontua que nas últimas décadas tem-se discutido sobre os modelos e medidas que podem explicar o estilo de vida e outros aspectos relacionados à saúde e ao bem-estar, tais como os fatores relacionados a nutrição, prática de atividade física e controle do estresse. O autor considera como comportamento preventivo o acompanhamento da pressão arterial e colesterol, hábitos em relação ao fumo, ao consumo de álcool e respeito às normas de trânsito. Dessa maneira, nutrição, atividade física, comportamento preventivo, relacionamento social e stress são aspectos fundamentais para se atentar no que se refere ao cuidado para um estilo de vida ativo.

Referente às possíveis patologias quer sejam físicas, quer sejam psicológicas, apenas 10,34% respondeu que sofre alguma patologia e 89,66% respondeu que não sofrem nenhum tipo de patologia (Gráfico 10). Já no gráfico 11, dentre os portadores de alguma patologia, 67% estão submetidos a tratamento de saúde e 33% não estão submetidos a qualquer tipo de possível tratamento para sanar a patologia existente. Apesar de não se ter especificado quais doenças são existentes no grupo participante da pesquisa, a Organização Mundial de Saúde preconiza que a alimentação pouco saudável e a falta de atividade física são, as principais causas das doenças não transmissíveis como as cardiovasculares, a diabetes tipo 2, determinados tipos de câncer, e a baixa ingestão de frutas, verduras e legumes contribuem substancialmente para aumento da morbidade, mortalidade e incapacidade.

Alimentação adequada conjuntamente a atividades físicas regulares gera uma situação de balanço energético positivo, minimizando o risco de doenças cardiovasculares, hipertensão arterial e diabetes além de diminuir a obesidade, associada ao sedentarismo. Em uma alimentação diária considerada saudável é recomendada uma ingestão diária de 4 a 5 porções de hortaliças e de 3 a 5 porções de frutas (SIQUEIRA, 2013).

Com relação à prática de atividades físicas, apenas 6,90% dos participantes responderam que não tempo disponível para se exercitar (Gráfico 12). Assim, percebe-se que o motivo que leva a existência de patologias físicas nos indivíduos envolvidos na pesquisa não é a ausência de tempo para a realização da prática destes exercícios. Pode-se, então, considerar que existam outros fatores para o acometimento de doenças nestes indivíduos.

Por conseguinte, Oliveira e Lorencini (2014), em estudo sobre a contribuição das ações de promoção de saúde para qualidade de vida da população da região do Vale do Paraíba Paulista, concluíram que dentre um grupo de 106 pessoas, 45 referiram que o programa contribuiu para que houvesse mais conhecimento sobre as patologias existentes, e para que soubessem lidar melhor com elas, e 53 referiram que o programa contribuiu muito. Sendo assim, a partir do aprendizado e conscientização, os participantes podem entender a importância da promoção da saúde e prevenção das mesmas. O Referido estudo se desenvolveu mediante pesquisa documental e de campo com a aplicação de questionário/formulário elaborado pelas autoras.

Kamimura (2011) remete para a Organização Mundial de Saúde, afirmando que saúde não é apenas ausência de doenças, mas, um estado completo de bem-estar físico, social e mental. Como uma das questões centrais tratadas no campo da saúde, que vem ocorrendo em praticamente todas as dimensões da sua análise, incluindo o referencial de saúde em sentido mais amplo, e como importante componente e instrumento da qualidade de vida e bem-estar.

Atrelado a isso, Czeresnia (2003) relata que a promoção de saúde envolve, além do meio ambiente, entendido em um sentido mais amplo, aspectos físicos, psicológicos e sociais dos sujeitos. Para ela, pode-se dizer que há promoção de saúde quando se fortalece a capacidade individual e coletiva das pessoas para lidar com aquilo que condiciona a saúde. Assim, a saúde se fortalece pela capacidade de escolha dos sujeitos.

Diante disto, verifica-se a importância de analisar a saúde para além do estado físico, mas, também, no aspecto psicológico e emocional, como se procede na seção seguinte.

5.4 A saúde psicológica do agente estadual de execução penal

Continuando o debate sobre saúde, agora dentro do domínio psicológico, os resultados demonstram que não houve avaliação que expressasse classificação péssima ou ruim para tal. A variação do escore restou entre 12,67 e 19,33, onde a frequência dos resultados determinou o domínio psicológico como bom, tendo como média geral o índice de 16,41 (gráfico 13).

Esse achado corrobora com o de Oliveira e Kamimura (2015), em sua pesquisa sobre Saúde, Qualidade de vida e Desenvolvimento, anteriormente citada, uma vez que, quando perguntados se consideravam felizes, 92,8% dos trabalhadores participantes da pesquisa responderam que sim. Para atingir os resultados, o estudo foi realizado por meio de aplicação de um questionário desenvolvido pelas autoras, composto por 16 perguntas fechadas.

Quando relacionado ao trabalho, o cenário atual está cada vez mais competitivo, o funcionário deve trabalhar buscando estabelecer equilíbrio entre a sua vida pessoal e o seu profissional. A conciliação entre a vida pessoal, carreira e o equilíbrio da qualidade de vida é um desafio diário que a população brasileira tem se deparado. Nesta perspectiva, é necessário que funcionários e empresas conheçam

e busquem entender conceitos como qualidade de vida e qualidade de vida no trabalho, aspectos e definições sobre trabalho e os critérios e dimensões de QVT (SIQUEIRA, 2013).

De acordo com Minayo et al (2000, p. 10), a qualidade de vida é uma noção eminentemente humana, que tem sido aproximada ao grau de satisfação encontrado na vida familiar, amorosa, social e ambiental e à própria estética existencial. Pressupõe a capacidade de efetuar uma síntese cultural de todos os elementos que determinada sociedade considera seu padrão de conforto e bem-estar. O termo abrange muitos significados, que refletem conhecimentos, experiências e valores de indivíduos e coletividades que a ele se reportam em variadas épocas, espaços e histórias diferentes, sendo, portanto, uma construção social com a marca da relatividade cultural.

Existem diversos fatores que são determinantes para que o indivíduo tenha boa qualidade de vida. Sendo assim, leva-se em consideração seu meio ambiente físico, psíquico e social, a família, as condições ambientais e de saúde, a cultura, o lazer, a educação, as políticas governamentais, o próprio indivíduo e por fim o trabalho (SIQUEIRA, 2013).

Logo, para que haja boa percepção sobre a própria condição psicológica, esses fatores devem estar alinhados e sendo bem desenvolvidos.

No Gráfico 14, o percentual de 34,483% retrata que a maioria dos sujeitos envolvidos no estudo afirma estar muito satisfeita com sua saúde emocional, pontuando como 10 na escala de 0 a 10, ou pontuando como 9 (20,690%), o que também retrata uma boa saúde emocional.

Já em outro estudo feito por Silva e Suñe (2011), que objetivava verificar os níveis de estresse e atividade física dos Agentes Penitenciários Administrativos que trabalham nas Casas Prisionais e no Órgão Central da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE), apesar de não terem sido constatados altos níveis de estresse no trabalho em nenhuma das populações investigadas, foi detectada elevada demanda psicológica, que poderia configurar-se como um elemento estressor, se outros fatores como o nível de controle e de apoio social não tivessem se apresentado em níveis semelhantemente altos.

Conforme Ghaddar, Ronda e Nolasco (2011), o ambiente ocupacional nos presídios é psicologicamente exigente. Bonez, Dal Moro e Sehnem (2013) pesquisaram sobre as variáveis que interferem na saúde mental do agente

penitenciário de Santa Catarina, e concluíram que eles possuem saúde mental relativamente boa, mas, que estão sujeitos a altos níveis de estresse. No mesmo sentido, Morse, et. al (2011) pesquisaram sobre os riscos de saúde aos quais os agentes de segurança pública estão submetidos, e concluíram que eles sofrem com altos níveis de estresse, devido, principalmente, às obrigações que cumprem no trabalho, e que essa condição tem refletido em doenças de vários tipos como a hipertensão arterial sistêmica, além de implicações negativas sobre o relacionamento familiar.

A saúde emocional pode ser correlacionada ao tempo de exercício no cargo. Nesta pesquisa, a partir do Teste de Fisher-Freeman-Halton, obteve-se o valor de $p = 0,75$ (Tabela 6), resultado que indica que não há uma dependência significativa entre as duas variáveis, dentro do grupo estudado. Contudo, a pesquisa de Bonez, Dal Moro e Sehnem (2013), referida anteriormente, aponta para uma correlação entre o tempo de exercício no cargo e a saúde mental deles, apontando que os que possuem menor tempo na função estão menos sujeitos a problemas como estresse e ansiedade.

A falta de controle no trabalho parece característica do processo laboral, e reflete diretamente sobre os aspectos mais críticos entre os elementos estressores. Existem riscos psicossociais que se associam diretamente às responsabilidades de manter a ordem na prisão, pois, o agente pode ser agredido e ser contaminado por doenças infecciosas, ou seja, se coloca constantemente em posição de risco. Logo, o estresse pode surgir da dificuldade que o agente tem em lidar com determinadas atitudes dos detentos, fazendo-os sentirem-se mortificados, humilhados e desafiados. Diante de situações como esta, é necessário que o trabalhador encontre um equilíbrio emocional dentro desse ambiente, pois, são implicações do variável controle no trabalho, a falta de segurança nas atividades, os requisitos administrativos e os atributos próprios do trabalho (FERNANDES; et. al 2016).

O trabalho pode ser percebido como um mediador da relação indivíduo e sociedade. É um processo dinâmico e possui um fim. Nesse processo, ocorre interações fundamentais para o bom desenvolvimento de toda a equipe e comunidade, interage o trabalhador/operador/agente com seu ambiente técnico e, nessa interação, todo o conjunto de técnicas e trabalhadores pode se transformar. É – o trabalho – fonte de constrangimentos e, ao mesmo tempo, de elos sociais essenciais para a realização do ser humano em sociedade. Por isso, pode ser

entendido como um espaço de conflitos, contradições e divergências (BASTOS; et. al, 2013).

Em busca de estabelecer uma relação entre programas de promoção da saúde e a qualidade de vida, uma pesquisa desenvolvida por Oliveira e Lorencini (2014) com trabalhadores do Vale do Paraíba, constatou que a maioria dos participantes teve melhora na saúde, física e emocional, bem como, na qualidade de vida, após a participação nos programas estudados. Portanto, as ações e programas que tenham por objetivo a promoção da saúde de trabalhadores influenciam na qualidade de vida. Assim, defende-se que programas deste tipo devem ser desenvolvidos em todas as regiões e setores, como ferramenta para melhoria da qualidade de vida.

5.5 As relações sociais do agente de execução penal

A Tabela 7 e o Gráfico 15 demonstram os resultados quanto aos dados do domínio relações sociais, neste caso a variação dos escores ocorreram entre 12 e 20, sendo classificada de boa a ótima. Com a obtenção de uma média geral de 16,18 em 54,50% das avaliações. Considera-se, então, que o domínio das relações sociais tem avaliação boa.

O apoio social recebido dentro da prisão (pelos colegas e pelos supervisores) ameniza os efeitos da tensão do trabalho sobre a saúde, ele é um fator relevante evidenciado nos estudos sobre estresse (incluindo burnout) e sobre sofrimento psíquico. Uma liderança de boa qualidade é analisada como um fator de proteção contra o estresse no trabalho, assim como uma de baixa qualidade se relaciona de forma significativa com ele. Agentes que percebem apoio em seus supervisores ou chefes relataram menos estresse e níveis de satisfação mais elevados (OLIVEIRA; GONÇALVES, 2019). O suporte de colegas também é valorizado como um fator eficaz contra esse problema de saúde, de acordo com Bezerra (2017).

O Gráfico 16 demonstra que, quando questionados sobre a satisfação que sentiam em relação ao trabalho, a nota 8 alcança maior concentração, com um percentual de 31,03%, mas, também há atribuição de nota 9 e 10, com 10,3% e 17,24%, respectivamente. Assim, a classificação para satisfação no trabalho é de regular a boa. Visto que a menor nota atribuída foi 5, conclui-se que não há casos de insatisfação total.

A satisfação no trabalho se relaciona com a qualidade de vida, a partir da concepção de que, o sentimento em relação ao ambiente de trabalho é capaz de refletir nos mais diversificados aspectos da vida, em especial, na saúde e no bem-estar (SIQUEIRA, 2008). Com os resultados obtidos, verifica-se que a satisfação no trabalho destes agentes penitenciários pode contribuir para uma boa qualidade de vida.

Discordando com os dados aqui apresentados, estudo sobre sofrimento psíquico de agentes penitenciários, realizado através de triangulação de métodos, no Rio de Janeiro, identificou-se que as condições ambientais, em especial, a superlotação crescente, a falta de recursos humanos, materiais e a sobrecarga de trabalho foram indicados por muitos agentes penitenciários, são fatores geradores de tensão e insatisfação tanto para eles, quanto para os presos (BEZERRA, 2017).

Diante da leitura do Gráfico 17, percebe-se que uma vez questionados quanto à satisfação para com a situação econômica, não há casos de insatisfação total, e a amostra atribuiu escore de 5 a 10 para tal. Contudo, os resultados desta satisfação retrataram percentuais aproximados, variando entre 13,79% a menor concentração percentual, com nota 7, e a maior concentração o percentual de 20,96% que teve a nota 9. Menandro, Trindade e Almeida (2010) se pautam na teoria das representações sociais para afirmar que o sujeito é ator indissociável dos laços sociais e históricos, sendo, portanto, alvo e fonte de influência social. Esse aspecto informa que o sujeito não é apenas biologicamente constituído, mas fruto dos espaços sociais em que convive.

Do perfil sociodemográfico da população estudada, extraiu-se que elas se dividem em quatro grupos: os que possuem renda entre 2 a 3 salários mínimos (10%); os que têm renda entre 3 a 5 salários mínimos (28%); os que ganham entre 5 a 8 salários mínimos (34%); e os que ganham mais de 8 salários mínimos (28%). Ou seja, 62% dos entrevistados ganham acima de 5 salários mínimos.

Em comparação à faixa salarial de agentes penitenciários de outros estados, a exemplo de Santa Catarina, em que somente 21,05% dos agentes recebem mais de 5 salários-mínimos (BONEZ; DAL MORO; SEHNEM, 2013), observa-se que a remuneração do agente de execução penal no estado do Maranhão pode ser considerada alta.

Ainda, segundo os dados do IBGE, trazidos na revisão de literatura, que todos estão acima da renda média do município de Imperatriz. Apesar disso, há alto grau

de insatisfação a remuneração que percebem com a função de agente estadual de execução penal.

No Gráfico 22 pode-se observar que, somente 10,34% dos indivíduos encontram-se totalmente satisfeitos com a remuneração que percebem. As atribuições para as notas 5, 6, 7,8, encontram-se representadas pelo mesmo percentual, 17,24%, cada; e apenas 3,45% atribuíram nota 4 para o nível de satisfação inerente a sua remuneração.

Nessa linha de raciocínio, os estudiosos que analisam as sociedades em que as desigualdades e heterogeneidades são muito fortes mostram que os padrões e as concepções de bem-estar são também estratificados: a ideia de qualidade de vida está relacionada ao bem-estar das camadas superiores e à passagem de um limiar a outro. A distribuição de bens e serviços dá origem a poder, riqueza, renda, pobreza, prestígio, acesso ou não a educação. A distribuição de riqueza ou renda inclui um marco de desigualdade e uma das características estruturais mais importantes. Além disso, a religião, os dogmas também estão envolvidos com as questões e percepções de qualidade de vida, já afirma Pereira, et. al (2009).

Em diversos países, muitos políticos têm utilizado o conceito de qualidade de vida em suas campanhas e isso, acarretou o desenvolvimento de mais pesquisas sobre o tema. Em um primeiro momento nos Estados Unidos, os indicadores econômicos eram o parâmetro primordial de avaliação, sendo, em um segundo momento analisados junto aos indicadores sociais. Isso se deve, em parte, ao fato de que com uma ascensão econômica do país, problemas como violência e criminalidade emergiram apesar da riqueza econômica. Assim, os pesquisadores passaram a considerar indicadores sociais como críticos para definir o bem-estar da nação. No entanto, as informações de cunho social, coletadas nessa época, se focalizavam apenas em fatores externos, presumidamente determinantes da qualidade de vida, como instrução, renda e moradia, de acordo com Pereira, Teixeira e Santos (2012).

Os indivíduos da presente pesquisa, em sua maioria, representando um percentual de 44,83% atribuíram nota 8 para a satisfação para com a possibilidade de compra, em detrimento de 3,45% com atribuição de nota 4. Pode-se, então, observar que a maioria neste caso, representa quase 50% dos indivíduos expressando que não estão totalmente satisfeitos com a possibilidade de compra

que possuem, mas, atribuíra nota 8, o que caracteriza estarem regularmente satisfeitos.

Dessa forma, corroborando com este estudo e podendo ser atrelado ao poder de compra, Bezerra (2017), em pesquisa sobre sofrimento psíquico de agentes penitenciários do Rio de Janeiro, anuncia que eles relataram atividades que costumam realizar durante a folga do trabalho. As mais citadas em ordem decrescente são: ficar em casa (93,0%), descansar (85,5%), ir a bares (85,4%), ver TV (85,4%), dormir (84,4%), passear (81,1%), encontrar os amigos (75,5%), ler (91,4%), namorar (71,3%), praticar esportes (62,2%), ir ao cinema (60,8%), ir a festas (60,2%), ir à igreja (53,2%), viajar (51,0%), entre outras. No que se refere às estratégias utilizadas nos momentos de lazer, a pesquisa concluiu que pessoas que não praticam atividades como viajar, ir ao cinema e passear, que são atividades ligadas ao poder de compra do indivíduo, têm maiores chances de apresentar sofrimento psíquico, quando comparados aos que praticam tais atividades.

Siqueira (2013) sugere que o trabalho assume facetas relacionadas a aspectos técnicos, que dizem respeito a adaptações fisiológicas e sociológicas; aspectos fisiológicos, que se referem à adaptação homem-lugar de trabalho-meio físico e à questão da fadiga; aspecto moral, que engloba aptidões, consciência, as satisfações e a relação entre a atividade executada e a personalidade do trabalhador e o aspecto econômico, como fator de produção de riqueza ou suprimento de necessidades financeiras.

O Gráfico 19 demonstra que a satisfação para com o reconhecimento social gerou um resultado dinâmico, neste quesito foi possível constatar insatisfação total do indivíduo, que representou o percentual de 10,34% destes. Os resultados apresentaram todos os escores de 1 a 10, a maioria atribuiu nota 5, representando um percentual de 20,69. Depreende-se deste resultado, que os agentes estaduais de execução penal no Maranhão não se sentem socialmente reconhecidos.

Em pesquisa sobre o reconhecimento social dos agentes penitenciários do Tocantins, Braga (2019) destaca que a função deles é carregada de estigma social, e que isso afeta o reconhecimento social dos agentes, comprometendo também a construção de suas identidades.

Além dos estigmas sociais, Braga (2018) defende que distorções na carreira e a baixa destinação de recursos para as unidades prisionais contribuem para a falta de reconhecimento social. Assim, ele aponta para uma correlação entre o

reconhecimento social e a satisfação no trabalho. Contudo, os resultados para essa correlação, obtidos através do Teste Fisher-Freeman-Halton, indicam um valor $p=0,09$, maior que 5%, portanto, com pouca significância.

Nessa linha de raciocínio, o convívio com os colegas no ambiente de trabalho entre a classe profissional estudada é classificada como boa, pois, a maioria dos indivíduos atribuíram nota 9 para classificar o convívio com os colegas de trabalho, representados por 27,59%; seguido do percentual de 24,14% para os que responderam com nota 10 e 8, respectivamente, (Gráfico 20). Não houve representação para insatisfação total. Corrêa (2006) corrobora com este resultado, pois entende a qualidade de vida no trabalho como um fenômeno que somente aos poucos vem sendo desvendado. Enunciando a QVT como uma aplicação concreta de uma filosofia humanística, pela introdução de métodos participativos, visando modificar aspectos do local de trabalho, a fim de criar uma situação nova, mais favorável à satisfação dos empregados.

Para identificar os fatores e dimensões que afetam de maneira mais representativa o trabalhador, o estudo de Siqueira (2013), optou pelo modelo criado por Richard Walton, que demonstra ser mais completo. Este modelo propõe categorias conceituais, tais como compensação justa e adequada; segurança e saúde nas condições de trabalho e oportunidade futura para crescimento contínuo e garantia profissional.

Sendo assim, é referência na questão de análise de QVT e satisfação do funcionário. Visando fornecer um método de se avaliar a qualidade de vida no trabalho, estabeleceu um rol de oito critérios básicos, os quais compreendem o diagnóstico de aspectos como compensação justa e adequada, segurança e saúde nas condições humanas, integração social na organização, constitucionalismo, o papel e o espaço do trabalho na vida do empregado e a relevância social do trabalho (SIQUEIRA, 2013).

No quesito convivência com familiares e amigos, concluiu-se que, atualmente, os indivíduos submetidos a pesquisa têm uma melhor convivência com suas famílias e seu ciclo de amizade. Essa conclusão se dá pela expressividade do percentual de 79,31% para a resposta “encontra-se melhor” do questionário sociodemográficos. Sendo assim, pode-se relacionar essa melhoria com o conceito de promoção de saúde, pois abrange a capacitação da comunidade para atuar na melhoria de sua saúde e também da qualidade de vida. O estado completo de bem-estar físico,

mental e social pode ser atingido através da identificação de aspirações, satisfazendo necessidades e também através da modificação do meio ambiente. Além disso, leva-se o conceito de qualidade de vida como questão amplamente cultural (OLIVEIRA; LORENCINI, 2014).

O Whoqol se mostra interessante dentro da pesquisa, pois apresenta a vantagem de permitir a comparação de seus resultados entre diferentes populações por ser validado de forma similar para muitos países e apresentar uma abordagem multicultural. Além disso, Instrumentos como o SF-36 e o Whoqol possuem aspectos positivos por possuírem sua validade e qualidades psicométricas confirmadas e permitem a comparação com outros estudos (PEREIRA, 2008).

O Gráfico 23, conclui que apenas 10,34% dos indivíduos da amostra informaram que não possuem tempo disponível para realizar atividades de lazer e cultura, enquanto 86,66% responderam que dispõem de tempo para a realização das atividades relacionadas a lazer e cultura.

O Gráfico 24, que trata do tempo disponível para realizar atividades de estudo, indica que a maioria dos indivíduos, representando 93,10% da amostra, respondeu que possui tempo disponível, e 6,90% respondeu que não.

Além disso, 13,79% da amostra respondeu não possuir tempo disponível para atividades religiosas e 86,21% responderam possuir esse tempo disponível. Assim, em análise a esse conjunto de dados, percebe-se que o tempo disponível para as atividades com lazer, cultura e estudo é maior do que a disponibilidade para atividades religiosas.

A relação entre programas de promoção da saúde e a qualidade de vida, estudada dentro da pesquisa de Oliveira e Lorencini (2014), com trabalhadores do Vale do Paraíba, concluiu que a participação dos trabalhadores nessa espécie de ação contribuiu para redução de sintomas como ansiedade e depressão, que os participantes indicaram apresentarem antes de participarem do programa. Participantes relataram que tiveram melhorias nos aspectos psicológicos, nível de independência, aumento da disposição para tarefas do dia a dia, do trabalho, e para sair de casa, situação que levou ao reconhecimento de melhoria ou muita melhoria para a qualidade de vida em 87% dos participantes da pesquisa referida. Portanto, a inserção de momentos que proporcionem cultura e lazer na vida particular dos indivíduos é de fundamental importância para que haja engajamento no melhoramento da qualidade de vida deles.

5.6 As relações ambientais do agente estadual de execução penal

Conforme Minayo et al. (2000), o patamar mínimo e universal para se falar em QV está relacionado à satisfação das necessidades mais elementares da vida humana: “alimentação, acesso à água potável, habitação, trabalho, educação, saúde e lazer; elementos essenciais que têm como referência noções relativas de conforto, bem-estar e realização individual e coletiva”.

A qualidade e condições de vida tem forte influência sobre a saúde. Dessa maneira, medir a QV é um importante parâmetro no planejamento de políticas que elevem a participação da população no engajamento de ações que promovam mais saúde para a comunidade de modo geral e de promoção de melhorias na QV. Assim, há chance de problemas enraizados terem perspectivas de mudanças sólidas e construtivas (MINAYO; HARTZ e BUSS, 2000).

Oliveira e Lorencini (2014) afirmam também que, a partir do seu estudo, um dos benefícios gerados à população é o empoderamento. Além disso, há a função educativa e o empoderamento que os programas beneficiam os sujeitos participantes. Capacitando-os ao controle de determinantes de sua saúde e de aspectos que podem melhorar sua condição de vida e como consequência sua QV de maneira geral.

Quando interrogados sobre a satisfação diante da cidade onde vivem, 24,14% atribuíram notas 9 e 10 para classificar sua satisfação com a cidade onde vive, não se constatou insatisfação total. A menor nota atribuída foi nota 3, indicada por apenas 3,45% dos participantes (Gráfico 27).

A maioria dos indivíduos da amostra, representados por 41,38% dos indivíduos, demonstra-se totalmente satisfeita com suas habitações, a menor nota atribuída foi a nota 3 com apenas o percentual de 3,45%. Além disso, 3,45% dos indivíduos classificaram as instalações sanitárias do ambiente de trabalho como péssimas, a maioria, num total de 31,03%, classificou como mediana, atribuindo nota 5 e apenas 10,34% estão totalmente satisfeitos (Gráfico 28).

Sendo assim, Gomes e colaboradores (2014) corroboram com este estudo, pois, quanto ao Meio Ambiente – Domínio 4 do WHOQOL-BREF, a maioria das respostas ficaram no nível de insatisfação e satisfação no meio termo, sendo que as proporções variaram para as dimensões avaliadas e entre o DF e o Entorno. Na análise multivariada para $p < 0,05$, a variável significativa associada com

insatisfações na QV, no aspecto do meio ambiente, foi a variável gênero, de modo que indivíduos do gênero feminino apresentaram maior grau de insatisfações quanto ao meio ambiente.

Por fim, quando abordados quanto a segurança para com a integridade física e psicológica no ambiente de trabalho, os indivíduos se mostraram bem divididos, as respostas apresentaram desde o escore 2 até escore 10, e como pode-se observar na leitura do gráfico 30, com percentuais bem diferenciados. Onde, para as notas 2, 3 e 4 os percentuais foram de 3,45%, cada; o percentual de 20,69% dos indivíduos atribuíram nota 5; e o mesmo percentual nota 8. Não se contatou casos de total sentimento de insegurança. Em síntese, nota-se insatisfação neste quesito.

Os resultados são indiferentes para homens e mulheres, pois, a correlação da satisfação com a segurança e integridade física com o gênero gerou valor $p=0,90$, indicando que o gênero não tem influência significativa para o resultado.

Siqueira (2008) ensina que fatores pessoais, como o perfil sociodemográfico do trabalhador, tem menor impacto sobre a satisfação no trabalho do que fatores do contexto sócio-organizacional. Portanto, este resultado de relativa insatisfação quanto à segurança com a integridade física, que é um fator sócio-organizacional desta atividade profissional, denota preocupação, pois, é fator preponderante para a qualidade de vida.

Referente à insatisfação quanto a esse aspecto da satisfação com a segurança, Lopes (2002) aponta que, apesar de toda insatisfação, falta de reconhecimento social e de valorização por parte do Estado, os agentes acabam se habituando ao ofício, gradativamente deixam de lado o desejo de buscar outros trabalhos, ainda que afirmando a falta de interesse pelo que fazem. Em pesquisa feita pela autora, poucos assumem o gosto pela profissão.

Nesse viés, Scartazzini e Borges (2018) apresentam o papel dos agentes penitenciários como limitadores do acesso dos detentos aos serviços sanitários e o impacto das representações e práticas de saúde dos mesmos no cotidiano prisional. A conclusão encontrada foi que, através de uma tomada de consciência dos agentes penitenciários quanto às representações e práticas de saúde, é possível contribuir para a desconstrução de ideias estereotipadas e aumentar o engajamento em ações de prevenção de doenças e assistência em saúde.

Em resumo, através da discussão aqui apresentada, nota-se a importância e necessidade de correto desenvolvimento de ações para melhoria da qualidade de

vida dos Agentes, para que os trabalhos que são executados diariamente sejam o resultado de uma boa saúde mental e qualidade de vida. Assim, também evidenciam-se as dificuldades enfrentadas no decorrer da carreira de um agente estadual de execução penal. E por fim, o que é consenso, é a necessidade de atenção e cuidado com esta categoria profissional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação buscou caracterizar o perfil sociodemográfico do agente estadual de execução penal inserido do sistema carcerário da região de Imperatriz – MA. Por conseguinte, prezou por conhecer os fatores aos quais estes profissionais encontram-se submetidos e mensurar a qualidade de vida destes profissionais com ênfase nas peculiaridades do cargo exercido.

É importante lembrar a existência da categoria de servidores públicos, que obstante inseridos no rol das atividades penitenciárias, realizam funções hierarquicamente distintas das funções do agente estadual de execução penal, que são os auxiliares de segurança penitenciária. A estes não lhe é exigido escolaridade de nível superior, suas atribuições são de cunha mais operacional e ocorrem sob a supervisão do agente estadual de execução penal. Na presente pesquisa, a população alvo de estudo foi exclusivamente a de agentes estaduais de execução penal.

O perfil sociodemográfico identificado é congruente com o perfil de agentes de outros estados, o que, a princípio, poderia sugerir que a população de agentes penitenciários responde de forma semelhante aos diversos fenômenos sociais aos quais estão submetidos.

Contudo, muitos dos resultados que foram alcançados na presente pesquisa apontam que alguns problemas comuns em agentes outras unidades federativas não se reproduzem no Maranhão, como por exemplo, insatisfação com a saúde emocional e baixos níveis de qualidade de vida, os quais foram identificados em outros locais, como apresentado na literatura que fundamentou esta pesquisa.

Ainda no tema do perfil sociodemográfico, cabe destacar a escolaridade pautada em nível superior, que pode ser explicado pela exigência de escolaridade mínima para o cargo. Esse fator pode ser um desafio para a gestão pública, pois, quanto mais elevada a escolarização, maior e a elevação das expectativas do profissional. Assim, é necessário que em estudos futuros seja investigado se o nível de escolarização exerce influência significativa sobre a satisfação no trabalho, o que poderia subsidiar ações efetivas para promoção e para a manutenção da satisfação laboral.

Destaca-se, ainda, o pouco tempo de exercício no cargo dos agentes estudados, pois a maioria está em atividade há menos de cinco anos. Acredita-se que esta peculiaridade pode ser aproveitada pela gestão pública para promover a satisfação no trabalho, enquanto os Agentes Estaduais de Execução Penal desenvolvem suas respectivas carreiras profissionais.

Nessa acepção, o estudo aqui apresentado é de valiosa importância para que haja conhecimento sobre a realidade dos agentes estaduais de execução penal e que haja mudanças substanciais nas lacunas existentes dentro da profissão, dignificando e valorizando o exercício dessa comunidade.

Quanto aos resultados para a qualidade de vida, do ponto de vista subjetivo, ela pode ser classificada de boa a ótima, visto que 55,1% atribuíram nota 9 ou 10. Representando a média de 15,69 que se enquadra na faixa "boa qualidade de vida". Assim, constatou-se que apesar do ambiente laboral em que os agentes estaduais de execução penal ser considerado um ambiente perigoso e hostil, a qualidade de vida desses profissionais é satisfatória, concluindo-se, que a função realizada por estes, não influencia negativamente na qualidade de vida do indivíduo. Este resultado é coerente com a autoavaliação para o domínio qualidade de vida, que resultou na média de 16,34, classificado como ótimo.

Ademais, este resultado é compatível também, com a qualidade de vida obtida pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Imperatriz, que em 2010 foi classificado como 0,731, qualificando o município como um município de faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). Este fator conseqüentemente influencia para a boa qualidade de vida da classe estudada.

A mensuração da qualidade de vida se deu diante da análise dos seguintes aspectos: físico, psicológico, relações sociais e relações ambientais. Objetivou-se assim, identificar se o desempenho das funções inerentes ao cargo de agente estadual de execução penal interfere na qualidade de vida destes profissionais.

O domínio físico apresentou um bom resultado com média 16,43%. O resultado pode ser explicado pelo fato de que a maioria dos agentes estaduais de execução penal não apresenta qualquer tipo de patologia, e dentre os poucos que apresentam, a maioria está submetida a tratamento; e ainda, a maior parte possui disponibilidade de tempo para realização de exercícios físicos.

Conclui-se, portanto, que a saúde física dos agentes está em boas condições, sendo necessárias apenas medidas preventivas aplicáveis à população em geral.

Quanto à minoria que apresentou alguma patologia, apesar de serem poucas as ocorrências, importa investigar de forma aprofundada se as patologias têm alguma ligação com a atividade profissional em estudo.

O domínio psicológico também apresentou resultado positivo, com média de 16,41%. O resultado se deve ao fato de que foram identificados altos níveis de satisfação com a saúde mental, enquanto, em outras pesquisas semelhantes se verifica a presença de altos níveis de estresse e sofrimento psíquico. Assim, é necessário investigar, através de método comparativo, quais os fatores influenciam para tal resultado.

Ainda, o pouco tempo de atuação no cargo não influencia para este resultado, pois a correlação entre saúde emocional e o tempo no cargo se mostrou não significativa; é provável que esse resultado seja em razão do grande número de agentes que estão no cargo há menos de cinco anos, inviabilizando maiores comparações com aqueles que desempenham o cargo há muito tempo.

O domínio das relações sociais apresentou média de 16,18%. Neste quesito, observa que há altos níveis de satisfação com a relação com os colegas de trabalho, bem como, melhorias nas relações com amigos e familiares, e alta disponibilidade de tempo para lazer, cultura, educação e religião. Mas, há uma relativa satisfação com outros fatores, como trabalho, situação econômica, poder de compra e remuneração; além de uma insatisfação com o fator reconhecimento social.

Portanto, dentro deste domínio, o fator reconhecimento social é o que enseja maior atenção, e merece interferência do Poder Público, através de políticas públicas, para correção de desvios.

Ainda no âmbito do reconhecimento social, foi avaliado a sua correlação com a satisfação no trabalho, e também resultou em não significativa. Não havendo correlação significativa entre os dois fatores, importa investigar de forma mais aprofundada quais fatores contribuem para os baixos resultados do reconhecimento social. Pode-se destacar, com base na literatura referenciada na discussão, que o reconhecimento social destes profissionais é afetado por questões como o estigma social.

O domínio ambiental foi o campo que apresentou o pior resultado, com média de 14,14%. De um lado, há alto nível de satisfação com os fatores cidade e habitação, fato que pode ser explicado pelo alto IDH que Imperatriz-MA possui, não restando dúvidas de que esse fator contribui para a boa qualidade de vida. Por outro

lado, há insatisfação para com os fatores de instalação sanitária do ambiente de trabalho e segurança com a integridade física e psicológica.

Portanto, os aspectos que mais afetam a qualidade de vida negativamente estão ligados à atividade profissional exercida e ao ambiente de trabalho. Neste sentido, é importante um aprofundamento no estudo deste tema em específico, com metodologia adequada, para identificar o grau de importância e influência que esses fatores têm para o quadro geral de QVT destes profissionais, diante da natureza de suas funções.

A correlação entre a percepção quanto à segurança com integridade física e psicológica e o gênero da amostra restou não significativa. O resultado dessa correlação pode ser explicado pela grande desproporção entre o número de homens e mulheres na função de agente de execução penal, o que leva a pouca significância entre as divergências eventualmente existentes.

Considerando que os aspectos inseridos no domínio ambiental são os resultados que mais afetaram a qualidade de vida de forma negativa, em pesquisas futuras, sugere-se que tais aspectos sejam investigados de forma mais aprofundada, em especial as questões relativas às condições de trabalho que são dadas a esses trabalhadores.

Por conseguinte, espera-se que os resultados alcançados possam contribuir para com a elaboração de demais estudos que abordam a temática, bem como serem divulgados na modalidade de artigos de revistas, conferências, publicações eletrônicas, jornais, apresentações públicas dentre outros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. A.; MARQUES, R.; GUTIERREZ, G. **Qualidade de Vida**: definição, conceitos e interface com outras áreas de pesquisa. São Paulo: EACH/USP, 2012.

ALMEIDA, C.C. et al. **Qualidade de vida e características associadas**: aplicação do whoqol-bref no contexto da atenção primária à saúde. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2017.v22n5/1705-1716/#>. Acesso em 15 abr. 2020.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. **[recurso on line]**. 2020. Disponível em: http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/imperatriz_ma. Acesso em 11 abr. 2020.

BASTOS, A. V. B.; et al. **Compromisso social e ético: desafios para a atuação em psicologia organizacional e do trabalho. O trabalho e as organizações: atuações a partir da Psicologia**, v. 1, p. 25-52, 2013.

BEZERRA, Cláudia de Magalhães. Sofrimento psíquico e estresse no trabalho de agentes penitenciários do estado do Rio de Janeiro. **Tese**. Programa de Pós graduação em Saúde Pública. 2017. Fundação Oswaldo Cruz: Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://bvssp.icict.fiocruz.br/lildbi/docsonline/get.php?id=5090>. Acesso em 15 abr. 2020.

BONEZ, A.; DAL MORO, E.; SEHNEM, S. B. Saúde mental de agentes penitenciários de um presídio catarinense. **Psicologia Argumento**, v. 31, n. 74, 2017. <https://periodicos.pucpr.br/index.php/psicologiaargumento/article/view/20585>

BOURDIEU, P. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

BRAGA, G. R. O agente penitenciário: entre a formação identitária e o reconhecimento social. **Dissertação**. Universidade Federal do Tocantins. 2019. Disponível em: <http://umbu.uft.edu.br/handle/11612/1291>. Acesso em 15 abr. 2020.

BRASIL, **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BRASIL, Decreto nº 5.123 de 1º de julho de 2004. **Regulamenta a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes**. Brasília, DF. 2004.

BRASIL, Decreto nº 26.042, de 17 de dezembro de 1948. **Constituição Mundial da Saúde**. Brasília, DF. 1948.

BRASIL, Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN. **Relatório Consolidado**. Disponível em: <<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen/relatorios-sinteticos/relatorios-sinteticos>>. Acesso em: 19 de out. 2019.

BRASIL, Lei Federal nº 8.213: **Planos de benefícios da previdência social e dá outras providências**. Brasília, DF. 1991.

BRASIL, Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003. **Dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências**. Brasília, DF. 2003

BRASIL, Lei nº 12.993. **Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para conceder porte de arma funcional**. Brasília, DF. 2014.

BRASIL, Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal**. Brasília, DF. 1984.

BRASIL, Ministério da Saúde do Brasil. Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil. 2001. (Série A. Normas e Manuais Técnicos; n.114).

BRASIL, Ministério da Saúde, Portaria nº 1.125. **Propósito da Política de Saúde do Trabalhador para o SUS**. Brasília, DF. 2005.

BRASIL, Ministério da Saúde, Portaria nº 1.339. **Relação de doenças relacionadas ao trabalho**. Brasília, DF. 1999.

BRASIL, Ministério da Saúde, Portaria nº 1.823. **Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora**. Brasília, DF. 2012.

BRASIL, Ministério da Saúde. **Manual de procedimento para o serviço de saúde**. Brasília, DF. 2001.

CANAVARRO, M. C., et al. **Qualidade de Vida e Saúde**: aplicações do WHOQOL. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.21/770>>. Acesso em: 27 mar. 2019.

CZERESNIA, D. **O CONCEITO DE SAÚDE E A DIFERENÇA ENTRE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO**. Versão revisada e atualizada do artigo "The concept of health and the difference between promotion and prevention", publicado nos Cadernos de Saúde Pública (Czeresnia, 1999). In: Czeresnia D, Freitas CM (org.). **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003. p.39-53. Disponível em: <<http://www.fo.usp.br/wp-content/uploads/AOconceito.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2019.

CORREIA, A. P. **UMA ANÁLISE DOS FATORES DE RISCO DA PROFISSÃO DO AGENTE PENITENCIÁRIO: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA E SAÚDE NA GESTÃO PENITENCIÁRIA**. 2006. 66 páginas. Monografia no Curso de Especialização – Lato Sensu – Gestão Penitenciária: Problemas e Desafios – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, 2006.

DEJOURS, C. **A psicodinâmica do trabalho na pós-modernidade**. In A. M. Mendes, S. C. Cruz Lima & E. Facas (Orgs.), **Diálogos em psicodinâmica do trabalho**. Brasília: Paralelo15. 2007.

DEJOURS, C. **Suicídio no trabalho: O que fazer?** Brasília: Paralelo 15. 2010.

DIMENSTEIN, M. et al. Uso abusivo de álcool e outras drogas entre trabalhadores do sistema prisional. **Revista Psicologia: Organizações e Trabalho**. 2017;17(1): 62-70. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572017000100008>. Acesso em 15 abr. 2020

DOMINGUES, M. R.; ARAÚJO, C. L. P. **Conhecimento e percepção sobre exercício físico em uma população adulta urbana do sul do Brasil**. Cadernos de Saúde Pública, v. 20, p. 204-215, 2004.

ECCEL, C. S.; GRISCI, C. L. I.; TONON, L. **Representações do corpo em uma revista de negócios**. (2010). Disponível

em:<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010271822010000200011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 19 out. 2019.

FERNANDES, A. L. C; et al. **Qualidade de vida e estresse ocupacional em trabalhadores de presídios**. Revista Produção Online, v. 16, n. 1, p. 263-277, 2016.

FERNANDES, R. C. P.; SILVANY N, A. M.; SENA, G. M., LEAL, A. S., CARNEIRO, C. A. P., e COSTA, F. P. M. **Trabalho e cárcere: um estudo com os agentes penitenciários da região metropolitana de Salvador, Brasil**. (2002). Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2002000300024&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 19 out. 2019.

FERREIRA et al.; C. F. **Compartilhando Responsabilidades na Promoção da Justiça**. Simulação das Nações Unidas para Secundaristas – SINUS. Brasília, DF. 2014.

FERRO, F. F. **Instrumentos para medir a qualidade de vida no trabalho e a ESF: uma revisão de literatura**. TCC (Especialização em atenção básica em Saúde da Família). Universidade Federal de Minas Gerais. Brumadinho – MG. 2012.

FLECK, M. P. de A. **O instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100): características e perspectivas**. Ciênc. saúde coletiva [online]. 2000, vol.5, n.1, pp.33-38. ISSN 1413-8123.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141381232000000100004&script=sci_abstract&tlng=pt> . Acesso em: 03 abril 2019.

FRANÇA, D. **A satisfação no trabalho dos agentes penitenciários do Complexo Médico Penal do Estado do Paraná**. 2011.

FREEMAN, G.H., HALTON, T.R. (1951). **Note on exact treatment of contingency, goodness-of-fit and other problems of significance**. Biometrika, 38, 141-149.

GHADDAR, A.; RONDA, E.; NOLASCO, A. **Work ability, psychosocial hazards and work experience in prison environments**. Occup Med (Lond), v. 61, n. 7, p. 503-8, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1093/occmed/kqr124>>. Acesso em: 03 set. 2019.

GIBBONS, J.D.; CHAKRABORTI, S. **Nonparametric Statistical Inference: Revised and Expanded**. CRC press, 2014.

GIMENES, G. F. **Entre a qualidade de vida e uma vida com qualidades. Dissertação** (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2015.

GONÇALVES, A.; VILARTA, R. Qualidade de Vida: identidades e indicadores. In: GONÇALVES, A. e VILARTA, R. (orgs.). **Qualidade de Vida e atividade física: explorando teorias e práticas**. Barueri: Manole, 2004, p.03-25.

GRISCI, C. L. I. **Trabalho, tempo e subjetividade: impactos da reestruturação produtiva e o papel da psicologia nas organizações**. Psicologia: Ciência & Profissão, 19(1), 2-13.1999

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Imperatriz: Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=210530> >. Acesso em 05 jun. 2019.

IBM Corp. Released 2016. **IBM SPSS Statistics for Windows**, Version 24.0. Armonk, NY: IBM Corp.

KAMIMURA, Q.P. **Gestão da Saúde e Segurança no Trabalho**. Taubaté: Editora Universidade de Taubaté. Taubaté – SP, 2011.

KUROWSKI, C. M., & MORENO-JIMÉNEZ, B. **A Síndrome de Burnout em funcionários de Instituições penitenciárias**. In A. M. T. Benevides-Pereira (Org.), **Burnout: Quando o trabalho ameaça o bem-estar do trabalhador**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2002.

LANCMAN, S.; JARDIM, T. A. **O impacto da organização do trabalho na saúde mental: um estudo em psicodinâmica do trabalho**. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, 15(2), 84-96. 2004. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rto/article/view/13943>>. Acesso em: 19 out. 2019.

LIMA, M. C. **Monografia: a engenharia da produção acadêmica**. 2.ed. São Paulo. Saraiva, 2008.

LOPES, R. **Psicologia jurídica o cotidiano da violência: o trabalho do agente de segurança penitenciária nas instituições prisionais**. Psicol. Am. Lat., 00, (2002) (paginação irregular).

LOURENÇO, L. C. **Batendo a tranca: Impactos do encarceramento em agentes penitenciários da região metropolitana de Belo Horizonte**. 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/7181>>. Acesso em: 19 out. 2019.

MARANHÃO, Decreto nº 27.640, de 25 de agosto de 2011. **Disciplina o funcionamento das Unidades Prisionais do Estado do Maranhão e dá outras providências**. São Luis, MA. 2011

MARANHÃO, Lei Complementar nº 035, de 12 de setembro de 1997. **Instituiu o Fundo estadual de Pensão e Aposentadoria e dá outras providências.** São Luis, MA. 1997.

MARANHÃO, Lei Complementar nº 040, de 29 de dezembro de 1998. **Reorganiza o Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria do Estado do Maranhão – FEPA, e dá outras providências.** São Luis, MA. 1998.

MARANHÃO, Lei Complementar nº 073, de 4 de fevereiro de 2004. **Dispõe sobre o Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão e dá outras providências.** São Luis, MA. 2004.

MARANHÃO, Lei Complementar nº 165, de 8 de abril de 2014. **Altera Dispositivo da Lei Complementar nº 073, de 4 de fevereiro de 2004.** São Luis, MA. 2014.

MARANHÃO, Lei Complementar nº 166, de 9 de maio de 2014. **Altera e acrescenta Dispositivo na Lei Complementar nº 073, de 4 de fevereiro de 2004 e dá outras providências.** São Luis, MA. 2014.

MARANHÃO, Lei Complementar nº 176, de 6 de julho de 2015. **Altera a redação do §2º e acrescenta o §3º ao art. 59 da Lei Complementar nº 073, de 4 de fevereiro de 2004 que dispões sobre o Sistema de Seguridade Social dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão.** São Luis, MA. 2015.

MARANHÃO, Lei Complementar nº 197, de 6 de novembro de 2017. **Dispões sobre a criação do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado do Maranhão – IPREV e dá outras providências.** São Luis, MA. 2017.

MARANHÃO, Lei Complementar nº 205, de 29 de dezembro de 2017. **Altera a lei Complementar nº 197, de 6 de novembro de 2017 que dispões sobre a criação do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão – IPREV e dá outras providências.** São Luis, MA. 2017.

MARANHÃO, Lei Estadual nº 6.513. **Estatuto dos Policiais Militares da Polícia Militar do Maranhão.** São Luis, MA. 1995.

MARANHÃO, Lei nº 10.224 de 15 de abril de 2015. **Dispõe sobre a criação de cargo efetivo de Auxiliar de Segurança Penitenciária da Carreira de Segurança Penal, no âmbito do Poder Executivo Estadual e dá outras providências.** São Luis, MA. 2015.

MARANHÃO, Lei nº 10.738 de 12 de dezembro de 2017. **Dispõe sobre a composição da guarda prisional e a concessão de indenização para aquisição de fardamento e dá outras providências.** São Luis, MA. 2017.

MARANHÃO, Lei nº 10.854 de 16 de maio de 2018. **Altera a Lei Estadual nº 9.664, de 17 de julho de 2012, que dispõe sobre o Plano Geral de Carreiras e Cargos dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual - PGCE e revoga dispositivos da Lei Estadual nº 9.299 de 23 de novembro de 2010, que dispõe sobre a criação de cargos efetivos das Carreiras de Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, de**

Planejamento e Orçamento e de Finanças e Controle, no âmbito do Poder Executivo Estadual. São Luis, MA. 2018.

MARANHÃO, Lei nº 6.107 de 27 de julho de 1994. **Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado e da outras providencias.** São Luis, MA. 1994.

MARANHÃO, Lei nº 9.664, de 17 de julho de 2012. **Dispõe sobre o Plano Geral de Carreiras e Cargos dos Servidores da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo Estadual - PGCE, e dá outras providências.** São Luis, MA. 2012.

MARANHÃO, Lei Ordinária Estadual nº 8.593 de 27 de abril de 2007. **Dispõe sobre a reorganização do grupo Ocupacional Atividades Penitenciárias, e da outras providencias.** São Luis, MA. 2007.

MARANHÃO, Lei Ordinária Estadual nº 8.956 de 15 de abril de 2009. **Reorganiza o Plano de Carreiras, Cargos e Remuneração do grupo Ocupacional Atividades Penitenciárias do Estado do Maranhão.** São Luis, MA. 2009.

MARANHÃO, Lei Ordinária nº 10.598 de 09 de junho de 2017. **Dispõe sobre a alteração do regime jurídico dos servidores ocupantes de cargos do Subgrupo Atividades Penitenciárias e dá outras providências.** São Luis, MA. 2017.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa.** São Paulo, Atlas, 2002.

MARTINS, R. A.; MELLO, J. B. P.; TURRIONI, C. H. **Guia para elaboração de monografia e TCC em engenharia de produção.** Atlas. São Paulo – SP. 2013.

MENANDRO, M.C.S.; TRINDADE, Z.A.; ALMEIDA, A.M.O. **Gente jovem reunida: representações sociais de adolescência/juventude em textos jornalísticos.** Vitória: GM, 2010.

MENDES, A. M.; ARAÚJO, L. K. R. **Clínica Psicodinâmica do Trabalho: Práticas Brasileiras.** Brasília: Ex Libris. 2011.

MINAYO, M. C. S.; HARTZ, Z. M. A.; BUSS, P. M. **Qualidade de Vida e saúde: um debate necessário.** Ciência & Saúde Coletiva. Rio de Janeiro, v. 5, n.1, 2000.

MINUZZI, T. R.; KIELING, M. J. **Prazer e sofrimento no trabalho das agentes de segurança penitenciária.** Estudos de Psicologia, vol. 18, núm. 3, julio -septiembre, 2013, pp. 527-535. Universidade Federal do Rio Grande do Norte Natal, Brasil.

MORAES, P. R. B. **A Identidade e o Papel de Agentes Penitenciários.** 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702013000100007&script=sci_abstract>. Acesso em: 28 març. 2019.

MORSE, T., et al. **Talking about health: Correctional employees´assessments of obstacles to healthy living.** Journal of Environmental Medicine, 53(9), 1037-1045. https://journals.lww.com/joem/Fulltext/2011/09000/Talking_About_Health__Correctional_Employees_.13.aspx

OLIVEIRA, A. L.; LORENCINI, D. C. **Contribuições das ações de promoção de saúde para a qualidade de vida da população: Uma análise na Região do Vale do Paraíba Paulista.** In: MACEDO, Rosa Maria Stefanini. (Org.). Família e Comunidade - Pesquisa em Diferentes Contextos. Curitiba: Juruá, 2014, v. 1, p. 241-264.

OLIVEIRA, A. L.; KAMINURA, Q. P. **Saúde, qualidade de vida e desenvolvimento.** Editora da Universidade de Taubaté – EDUNTAU. Taubaté – SP. 2015.

OLIVEIRA, D, et al. **Um estudo exploratório da gestão de pessoas na integração e disseminação da Governança Corporativa.** Augusto Guzzo Revista Acadêmica, v. 2, n. 16. 214-268, 2015. Disponível em: <http://www.fics.edu.br/index.php/augusto_guzzo/article/view/301/400>. Acesso em: 11 abril 2019.

OLIVEIRA, W. J.; GONÇALVES, R. E. **Aspectos emocionais de agentes penitenciários relacionados à suas condições de saúde.** Tcc. Apresentado à Universidade Federal de Mato Grosso. Mato Grosso – MG. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **World health statistics 2018: monitoring health for the SDGs, sustainable development goals.** Geneva: World Health Organization; 2018. Licence: CC BY-NC-SA 3.0 IGO.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. **Qualidade de Vida no Trabalho.** Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=1394:qualidade-de-vida-no-trabalho&Itemid=685>. Acesso em: 27 març. 2019.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. **Relatório Mundial da Saúde: financiamento dos sistemas de saúde, o caminho para cobertura universal.** 2010.

PEREIRA, et al, R. J. **Contribuição dos domínios físico, social, psicológico e ambiental para a qualidade de vida global de idosos.** Revista Psiquiatria do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, v. 28, n. 1, p. 27-38, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rprs/v28n1/v28n1a05.pdf>>. Acesso em: 03 abril 2019.

PEREIRA, et al. **Qualidade de vida: conceitos e variáveis relacionadas.** Revista da Faculdade de Educação Física da UNICAMP. Campinas, v. 7, n. 3, p. 14-28, set./dez. 2009. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/325591759_Qualidade_de_vida_conceito_e_variaveis_relacionadas>. Acesso em: 03 out. 2019.

PEREIRA, É. F. et al. **Qualidade de vida e condições de trabalho de professores de educação básica do município de Florianópolis-SC.** 2008.

PEREIRA, É. F; TEIXEIRA, C. S; SANTOS, A. **Qualidade de vida: abordagens, conceitos e avaliação.** Revista brasileira de Educação Física Esporte. São Paulo, v.26, n.2, p.241-50, abr./jun. 2012. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbefe/v26n2/07.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2019.

PEREIRA, J. R. T. **Qualidade de Vida de pessoas com deficiência mental: um estudo com questionário de qualidade de vida – QQV.** Dissertação (Psicologia do

Desenvolvimento). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG. 2006.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**. Métodos e Técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

RUMIN, C. R. **Sofrimento na vigilância prisional**: O trabalho e a atenção em saúde mental. 2006. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S14149893200600040005>. Acesso em: 19 out. 2019.

SANTA CATARINA, Lei Complementar nº 675, DE 3 de Junho de 2016. **Institui o Plano de Carreira e Vencimentos dos cargos de Agente Penitenciário e Agente de Segurança Socioeducativo do Quadro de Pessoal da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania (SJC) e estabelece outras providências**. Florianópolis, SC. 2016.

SANTANA, M. J.; CRUZ, R. M. **Transtornos Mentais e do Comportamento Relacionados ao Trabalho dos Agentes Penitenciários do Estado de Santa Catarina**. International Stress Management Association. 2012. Disponível em: <<http://www.ismabrasil.com.br/trabalho/38>>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

SANTOS, J. R. R. **O fenômeno da prisionização em agentes penitenciários do estado do Paraná**. Monografia de Especialização em Gestão Penitenciária, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil). Disponível em [hp://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/JOSE_%20ROBERTO_%20SANTOS2007.pdf](http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/JOSE_%20ROBERTO_%20SANTOS2007.pdf), 2007. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

SANTOS, M. M. **Agente penitenciário**: trabalho no cárcere. Dissertação (Mestrado Programa de Pós-Graduação em Psicologia). Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade federal do Rio Grande do Norte. 2010.

SCARTAZZINI, L.; BORGES, L. M. **Condição psicossocial do agente penitenciário: uma revisão teórica**. Boletim-Academia Paulista de Psicologia, v. 38, n. 94, p. 45-53, 2018.

SILVA, R.; MOREIRA, F.; OLIVEIRA, C. B. F. **Ciências, trabalho e educação no sistema penitenciário brasileiro**. Caderno Cedes. Campinas, v. 36, n. 98, p. 9-24, 2016.

SILVA, T. T. R. **Estratégias Organizacionais para a promoção de Saúde e Qualidade de Vida**: avaliando a qualidade de vida no trabalho. Dissertação (Faculdade de Educação Física). Universidade Estadual de Campinas – SP. 2008

SILVA, T. A; SUÑE, F. R. **Nível de Estresse e Atividade Física em Agentes Penitenciários Administrativos da SUSEPE – 10ª DPR**. Disponível em: <[http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1374841035_ARTIGO%20-%20Nivel%20de%20Estresse%20e%20Atividade%20Fisica%20em%20Agentes%20Penitenciarios%20Administrativos%20da%20SUSEPE%20_%2010a%20DPR%20por%20TIAGO%20AMARAL%20DA%20SILVA\[1\].pdf](http://www.susepe.rs.gov.br/upload/1374841035_ARTIGO%20-%20Nivel%20de%20Estresse%20e%20Atividade%20Fisica%20em%20Agentes%20Penitenciarios%20Administrativos%20da%20SUSEPE%20_%2010a%20DPR%20por%20TIAGO%20AMARAL%20DA%20SILVA[1].pdf)>. Acesso em: 15 de agosto de 2019.

SIQUEIRA, B; Rodrigo et al. **Educação e competências para o SUS: é possível pensar alternativas à (s) lógica (s) do capitalismo tardio?** **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 1, p. 159-170, 2013.

SIQUEIRA, D. M. C. **Estilo e Qualidade de Vida no Trabalho: Um Estudo com Profissionais de Educação a Distância. Projetos e Dissertações em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento**, v. 2, n. 2, 2013.

SIQUEIRA, M. M. M. Satisfação no trabalho. In: **Medidas do comportamento organizacional: Ferramentas de diagnóstico e de gestão**. Mirlene Maria Matias Siqueira (org.). p. 257-266. Porto Alegre: Artmed, 2008.

SOUZA, I. et al. **O Perfil Sociodemográfico, Acadêmico e Laboral do Agente de Segurança Prisional de Catalão-GO**. CIAIQ2015, v. 3, 2015.

<https://www.proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/140>

VALLA, W. O. **O compromisso e as implicações deontológicas para o militar de polícia**. Revista Direito Militar da Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais, Florianópolis, v. 7, n. 37, p. 10-14, set./out. 2002.

VASCONCELOS, A. S. F. **A saúde sob custódia: um estudo sobre agentes da segurança penitenciária no Rio de Janeiro**. (Dissertação de Mestrado). Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro. 2000. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/5181>>. Acesso em: 19 out. 2019.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, S. L. **Educação e gestão: extraindo significados da base legal**. In. CEARÁ. SEDUC. **Novos Paradigmas de gestão escolar**. Fortaleza: Edições SEDUC, 2005. p. 7 – 20.

APÊNDICE A - INFORMAÇÕES GERAIS: SOCIODEMOGRÁFICAS E DA PERCEPÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA DO INDIVÍDUO

1. Idade: _____
2. Tempo de atuação na função: () menos de 1 ano () 1 a 3 anos () 3 a 5 anos () mais de 5 anos
3. Sexo: () masculino () feminino
4. Estado civil: () Casado(a) () Convivente () solteiro (a) () Viúvo(a) () Divorciado(a)
5. Escolaridade: () Ensino médio completo () Superior incompleto () Superior completo.
6. Renda familiar (somando todos os salários das pessoas que moram na mesma residência que você):
() 2 a 3 salários mínimos () 5 a 8 salários mínimos
() 3 a 5 salários mínimos () acima de 8 salários mínimos
7. Qual sua jornada de trabalho semanal? _____
8. De uma escala de 0 a 10, onde o 0 significa a pior vida possível e 10 a melhor vida possível. Como classificaria a sua? _____
9. Visto que 1 significa muito insatisfeito e 10 muito satisfeito, atribua valor quanto aos aspectos da abaixo?

Satisfação o trabalho	
Sua situação econômica	
A cidade onde vive	
Sua habitação	
Sua saúde física	
Sua saúde emocional	
Possibilidade compra	
Reconhecimento social diante das funções desenvolvidas no cargo que ocupa	

10. É portador de alguma patologia física ou psicológica, se sim, qual seria? _____
11. Caso a resposta anterior tenha sido sim, se encontra submetido a alguma tratamento? _____
12. Considere uma escala onde 1 significa muito insatisfeito e 10 muito satisfeito. Pensando no ambiente de trabalho onde realiza suas funções, qual sua satisfação para com os itens a baixo:

Instalações sanitárias	
Convívio com os colegas de trabalho	
Remuneração	
Segurança com a integridade física e psicológica	

13. Comparando sua convivência com amigos e familiares antes do cargo que exerce atualmente, você diria que?

Encontra-se melhor	
Encontra-se pior	
Quase não tenho convivência com amigos e familiares	

14. Você tem tempo disponível para realizar as atividades abaixo:

	Sim	Não
Atividades físicas e ou esportes		
Lazer cultural		
Estudo		
Convívio religioso		

ANEXO A - WHOQOL-BREF (VERSÃO EM PORTUGUÊS)

Por favor, leia cada questão, veja o que você acha e circule no número e lhe parece a melhor resposta.

		Muito ruim	Ruim	Nem ruim nem boa	Boa	Muito boa
1	Como você avaliaria sua qualidade de vida?	1	2	3	4	5

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
2	Quão satisfeito(a) você está com a sua saúde?	1	2	3	4	5

As questões seguintes são sobre o quanto você tem sentido algumas coisas nas últimas duas semanas.

		Nada	Muito pouco	Mais ou menos	Bastante	Extremamente
3	Em que medida você acha que sua dor (física) impede você de fazer o que você precisa?	1	2	3	4	5
4	O quanto você precisa de algum tratamento médico para levar sua vida diária?	1	2	3	4	5
5	O quanto você aproveita a vida?	1	2	3	4	5
6	Em que medida você acha que a sua vida tem sentido?	1	2	3	4	5
7	O quanto você consegue se concentrar?	1	2	3	4	5
8	Quão seguro(a) você se sente em sua vida diária?	1	2	3	4	5
9	Quão saudável é o seu ambiente físico (clima, barulho, poluição, atrativos)?	1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre quão completamente você tem sentido ou é capaz de fazer certas coisas nestas últimas duas semanas.

		Nada	Muito pouco	Médio	Muito	Completamente
10	Você tem energia suficiente para seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
11	Você é capaz de aceitar sua aparência física?	1	2	3	4	5
12	Você tem dinheiro suficiente para satisfazer suas necessidades?	1	2	3	4	5
13	Quão disponíveis para você estão as informações que precisa no seu dia-a-dia?	1	2	3	4	5
14	Em que medida você tem oportunidades de atividade de lazer?	1	2	3	4	5

As questões seguintes perguntam sobre quão bem ou satisfeito você se sentiu a respeito de vários aspectos de sua vida nas últimas duas semanas.

		Muito ruim	Ruim	Nem ruim nem bom	Bom	Muito bom
15	Quão bem você é capaz de se locomover?	1	2	3	4	5

		Muito insatisfeito	Insatisfeito	Nem satisfeito nem insatisfeito	Satisfeito	Muito satisfeito
16	Quão satisfeito(a) você está com o seu sono?	1	2	3	4	5
17	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade de desempenhar as	1	2	3	4	5

	atividades do seu dia-a-dia?					
18	Quão satisfeito(a) você está com sua capacidade para o trabalho?	1	2	3	4	5
19	Quão satisfeito(a) você está consigo mesmo?	1	2	3	4	5
20	Quão satisfeito(a) você está com suas relações pessoais (amigos, parentes, conhecidos, colegas)?	1	2	3	4	5
21	Quão satisfeito(a) você está com sua vida sexual?	1	2	3	4	5
22	Quão satisfeito(a) você está com o apoio que você recebe de seus amigos?	1	2	3	4	5
23	Quão satisfeito(a) você está com as condições do local onde mora?	1	2	3	4	5
24	Quão satisfeito(a) você está com o seu acesso aos serviços de saúde?	1	2	3	4	5
25	Quão satisfeito(a) você está com o seu meio de transporte?	1	2	3	4	5

As questões seguintes referem-se a com que frequência você sentiu ou experimentou certas coisas nas últimas duas semanas.

		Nunca	Algumas vezes	Frequentemente	Muito frequentemente	sempre
26	Com que frequência você tem sentimentos negativos tais como mau humor, desespero, ansiedade, depressão?	1	2	3	4	5

Alguém lhe ajudou a preencher este questionário?

Quanto tempo você levou para preencher este questionário?

Você tem algum comentário sobre o questionário?

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO

ANEXO B - CARTA DE APRESENTAÇÃO**DEPARTAMENTO DE GESTÃO E NEGÓCIOS**

Taubaté, ____ de _____ de 2019

De: Prof. Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Administração - UNITAU**Ao:** Sr. Renato Lindoso Dantas**Função:** Diretor**Empresa:** Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz I - MA**Endereço:** Rua Dom Pedro II, s/n, bairro Parque do Buriti, Cep.: 65.916-695, Imperatriz - MA**Prezado Senhor:**

A Sra. Bruna Francischetto regularmente matriculada no Programa de Pós-graduação em Administração desta Universidade, desenvolve sua dissertação de Mestrado na área de Gestão e Desenvolvimento Regional. Sua proposta de trabalho intitula-se: **“SAÚDE OCUPACIONAL E QUALIDADE DE VIDA DO AGENTE PENITENCIÁRIO: estudo no sistema carcerário da Região de Imperatriz – MA”**.

Tratando-se de uma pesquisa de campo, gostaria de solicitar a colaboração de V.S^a. no sentido de conceder a aluna autorização para realização da pesquisa nesta instituição. Tais informações serão utilizadas tão somente para fins acadêmicos.

Desde já agradecemos sua colaboração.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira
Coordenador do Programa de Pós-graduação em Administração – UNITAU

ANEXO C - TERMOS DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A Unidade Prisional de Ressocialização de Imperatriz I - MA apoia e autoriza a execução da pesquisa de mestrado intitulada “**SAÚDE OCUPACIONAL E QUALIDADE DE VIDA DO AGENTE PENITENCIÁRIO**: estudo no sistema carcerário da região de Imperatriz – MA” proposta pela pesquisadora Bruna Francischetto.

Declaramos, ainda, conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial a Resolução CNS 510/2016, e que esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Esta autorização está condicionada à aprovação final da proposta pelo Comitê de Ética em Pesquisa responsável por sua avaliação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Imperatriz - MA, 20 de março de 2019.

Atenciosamente,

Diretor

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A Unidade Prisional de Ressocialização de Davinópolis - MA apoia e autoriza a execução da pesquisa de mestrado intitulada “**SAÚDE OCUPACIONAL E QUALIDADE DE VIDA DO AGENTE PENITENCIÁRIO**: estudo no sistema carcerário da região de Imperatriz – MA” proposta pela pesquisadora Bruna Francischetto.

Declaramos, ainda, conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial a Resolução CNS 510/2016, e que esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Esta autorização está condicionada à aprovação final da proposta pelo Comitê de Ética em Pesquisa responsável por sua avaliação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Imperatriz - MA, 20 de março de 2019.

Atenciosamente,

Diretor

TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A Penitenciária Regional de Imperatriz - MA apoia e autoriza a execução da pesquisa de mestrado intitulada “**SAÚDE OCUPACIONAL E QUALIDADE DE VIDA DO AGENTE PENITENCIÁRIO**: estudo no sistema carcerário da região de Imperatriz – MA” proposta pela pesquisadora Bruna Francischetto.

Declaramos, ainda, conhecer e cumprir as resoluções éticas brasileiras, em especial a Resolução CNS 510/2016, e que esta instituição está ciente de suas responsabilidades como instituição coparticipante e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar.

Esta autorização está condicionada à aprovação final da proposta pelo Comitê de Ética em Pesquisa responsável por sua avaliação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

Imperatriz - MA, 20 de março de 2019.

Atenciosamente,

Diretor

ANEXO D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPANTES

PESQUISA: A QUALIDADE DE VIDA DO AGENTE ESTADUAL DE EXECUÇÃO PENAL: estudo no Sistema Carcerário da Região de Imperatriz – MA

1. Natureza da pesquisa: Você é convidado a participar desta pesquisa, que tem como finalidade analisar a qualidade de vida do agente estadual de execução penal inserido no sistema carcerário da região de Imperatriz - MA.

2. Participantes da pesquisa: a população de agentes penitenciários de execução penal inseridos no sistema carcerário da região de Imperatriz - MA, sendo um total de 61 profissionais.

3. Envolvimento na pesquisa: Ao participar do estudo você deverá responder dois questionários que serão aplicados pela pesquisadora responsável Bruna Francischetto, aluna do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional da Universidade de Taubaté. É previsto um único contato com cada participante, que deve durar mais ou menos 30 minutos. Você tem a liberdade de recusar a sua participação, sem qualquer prejuízo. Solicitamos sua colaboração completando o roteiro de perguntas que será solicitado, garantindo assim o melhor resultado para a pesquisa. Sempre que quiser você poderá pedir mais informações sobre a pesquisa. Poderá entrar em contato com a Orientadora da pesquisa Prof^a. Dr^a. Adriana Leonidas de Oliveira através do telefone (12) 9832-6333 (inclusive ligações a cobrar) ou com a aluna pesquisadora responsável Bruna Francischetto, através do telefone (99) 98126-5048 (inclusive ligações a cobrar).

4. Sobre os questionários: A aplicação dos questionários será agendada com antecedência, será solicitado que forneça algumas informações básicas e que responda a um roteiro de perguntas de múltipla escolha ou escolha simples sobre sua Qualidade de Vida.

5. Riscos: A pesquisa apresenta risco mínimo. O possível risco que a pesquisa poderá causar é que o (a) Sr. (a) se sinta desconfortável emocionalmente, inseguro ou não deseje fornecer alguma informação pessoal solicitada pela pesquisadora. Com vistas em prevenir possíveis riscos gerados pela presente pesquisa ficam-lhe garantidos os direitos de anonimato, de abandonar a pesquisa a qualquer momento, de deixar de responder qualquer pergunta que julgue por bem assim proceder, bem como solicitar para que os dados fornecidos durante a coleta não sejam utilizados. Os procedimentos utilizados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução n. 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Os procedimentos utilizados não oferecem riscos à sua dignidade.

6. Confidencialidade: Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Os dados serão identificados com um código, e não com o nome. Você não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

7. Benefícios:

7.1 Benefícios diretos: Esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a qualidade de vida da população de agentes penitenciários de execução penal e que tais informações possam contribuir para reflexão sobre as condições e as demandas da categoria profissional na atualidade e possam vir a subsidiar elaborações de ações em prol da melhoria de tais condições.

7.2 Benefícios indiretos: Esperamos que este estudo traga informações importantes sobre a qualidade de vida da população de agentes penitenciários de execução penal em geral e que tais informações possam contribuir para elaborações de ações em prol da melhoria de tais condições no futuro.

8. Pagamento: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

9. Você pode a qualquer momento, retirar seu consentimento, excluindo a sua participação.

10. Após a conclusão estará à disposição no Programa de Pós-Graduação da Universidade de Taubaté, uma dissertação contendo os resultados obtidos.

11. Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br

Após estes esclarecimentos, solicitamos o seu consentimento de forma livre para participar desta pesquisa.

Portanto, preencha os itens que seguem:

Consentimento pós-informação

Eu, _____, portador do documento de Identidade _____ fui informado (a) dos objetivos da pesquisa “A QUALIDADE DE VIDA DO AGENTE ESTADUAL DE EXECUÇÃO PENAL: estudo no Sistema Carcerário da Região de Imperatriz – MA”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada à oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Assinatura

Imperatriz, _____ de _____ de 2019.

Bruna Francischetto
RG nº 065267702018-0
Pesquisadora responsável

ANEXO E – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Número do Parecer: 3.396.198